ALIJÓ

PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO

[ALÍNEA B, DO Nº 1, DO ART.º 20.º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS (CCP)]

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SEGUROS

CADERNO DE ENCARGOS

MUNICIPIO DE ALIJÓ
Câmara Municipal
Rua General Alves Pedrosa, 13| 5070-051 Alijó

Nipc: 506 859 487
Tel. 259 957 100; Fax. 259 959 738
Correio eletrónico: geral@cm-alijo.pt
Portal oficial: http://www.cm-alijo.pt
Plataforma eletrónica: www.acingov.pt

novembro, 2022

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

PARTE I CLÁUSULAS JURÍDICAS 3
Cláusula 1.ª Objeto 4
Cláusula 2.ª Colocação e acompanhamento técnico do contrato 4
Cláusula 3.ª Proposta 5
Cláusula 4.ª Contrato 5
Cláusula 5.ª Prazo de execução do contrato 6
Cláusula 6.ª Obrigações do prestador de serviços 6
Cláusula 7.ª Prestação do serviço e informação 8
Cláusula 8.ª Dever de sigilo 9
Cláusula 9.ª Preço contratual 9
Cláusula 10.ª Condições de pagamento 10
Cláusula 11.ª Penalidades contratuais 11
Cláusula 12.ª Força maior 11
Cláusula 13.ª Resolução por parte da Entidade Adjudicante 12
Cláusula 14.ª Resolução por parte do prestador de serviços 13
Cláusula 15.ª Gestor do contrato 13
Cláusula 16.ª Caução 13
Cláusula 17.ª Foro competente 14
Cláusula 18.ª Subcontratação e cessão da posição contratual 14
Cláusula 19.ª Comunicações e notificações 14
Cláusula 20.ª Deveres de informação 14
Cláusula 21.ª Contagem dos prazos 15
Cláusula 22.ª Legislação aplicável 15
PARTE II CLÁUSULAS TÉCNICAS 16
Cláusula 23.ª Objeto da prestação do serviço 17
Cláusula 24.ª Contratação por lotes 17
Cláusula 25.ª Seguro de Acidentes de Trabalho 18
Cláusula 26.ª Seguro de Acidentes Pessoais – Programas Ocupacionais promovidos pelo IEFP 24
Cláusula 27.ª Seguro de Acidentes Pessoais - Eleitos Locais 30
Cláusula 28.ª Seguro de Acidentes Pessoais – Utentes de Instalações Desportivas, Recreativas e Culturais 39
Cláusula 29.ª Seguro de Acidentes Pessoais – Atividades Desportivas, Culturais e Recreativas de natureza eventual e temporária 46
Cláusula 30.ª Seguro de Acidentes Pessoais – Campos de Férias 55
Cláusula 31.º Seguro de Acidentes Pessoais – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens 60
Cláusula 32.º Seguro de Acidentes Pessoais – Voluntariado 67
Cláusula 33.ª Seguro de Acidentes Pessoais – Universidade Sénior 74
Cláusula 34.º Seguro de Frota Automóvel 80
Cláusula 35.ª Seguro de Multirriscos Patrimoniais 90
Cláusula 36.ª Seguro de Responsabilidade Civil da Autarquia 99
Cláusula 37.ª Seguro de Responsabilidade Civil – Aplicação Terrestre de Produtos Fitofarmacêuticos 109
Cláusula 38.ª Seguro de Responsabilidade Ambiental 115
Anexos do Caderno de Encargos 121

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

PARTE I
CLÁUSULAS JURÍDICAS

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

Cláusula 1.ª
Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual de Concurso Público que tem por objeto principal a aquisição, para o Município de Alijó, dos seguintes ramos de seguros:
   1.1. Acidentes de Trabalho;
   1.2. Acidentes Pessoais – Programas ocupacionais promovidos pelo IEFP;
   1.3. Acidentes Pessoais – Eleitos Locais;
   1.4. Acidentes Pessoais – Utentes de Instalações Desportivas Recreativas e Culturais;
   1.5. Acidentes Pessoais – Participantes em Atividades Desportivas, Recreativas e Culturais;
   1.6. Acidentes Pessoais – Campos de Férias;
   1.7. Acidentes Pessoais – Membros da Comissão de Proteção Crianças e Jovens;
   1.8. Acidentes Pessoais – Voluntariado;
   1.9. Acidentes Pessoais – Universidade Sénior;
   1.10. Automóvel;
   1.11. Multirriscos Patrimoniais;
   1.12. Responsabilidade Civil Autarquia;
   1.13. Responsabilidade Civil – Aplicação Terrestre de Produtos Fitofarmacêuticos;
   1.14. Responsabilidade Ambiental.
2. Os termos e as condições técnicas legais exigidas pelo Município de Alijó, bem como os critérios de adjudicação das propostas, são os constantes deste caderno de encargos.

Cláusula 2.ª
Colocação e acompanhamento técnico do contrato

1. Após adjudicação, o Corretor de Seguros da Entidade Adjudicante, Sosel – Corretores de Seguros, SA, ficará encarregue da colocação e do acompanhamento técnico dos seguros contratados.

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

ALIJO

Cláusula 3.ª
Proposta

1. A apresentação da proposta deverá, sob pena de exclusão, obedecer aos seguintes critérios:
   1.1. Conter o valor global para todos os ramos de seguro objeto do presente procedimento;
   1.2. Identificar o âmbito e os objetos de cada ramo de seguro;
   1.3. Apresentar os ramos técnicos de forma individualizada e por ramo, com a estrutura e sequência das clausulas técnicas deste Caderno de Encargos;
   1.4. Garantir todos os riscos enunciados por cada ramo técnico deste Caderno de Encargos, admitindo-se, contudo, que alguns seguros possam incluir mais coberturas que as exigidas, devendo estas ser enunciadas;
   1.5. Juntar as Condições Gerais e as Condições Especiais de cada ramo objeto do presente concurso;
   1.6. Apresentar, de forma individualizada, os prémios unitários, os prémios comerciais, os impostos e demais encargos bem como os prémios totais de cada ramo técnico.
2. Aos prémios totais não é aplicável qualquer verba relativa a IVA, conforme disposto no nº 28 do art.º 9.º do *Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA)*.
3. A Entidade Adjudicante está isenta do Imposto de Selo ao abrigo da alínea a) do n.º 1 art.º 6.º do *Código do Imposto do Selo* aprovado pela *Lei n.º 150/99, de 11 de setembro*, alterado e republicado em Anexo III ao *Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro*, na redação atual.

Cláusula 4.ª
Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
   2.1. Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
   2.2. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
   2.3. O presente Caderno de Encargos;
   2.4. A Proposta adjudicada;

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

ALIJO

2.5. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no art.º 99.º do *Código dos Contratos Públicos* e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no art.º 101.º do mesmo código.

Cláusula 5.ª
Prazo de execução do contrato

1. O contrato a celebrar na sequência do presente procedimento entra em vigor às 00h00 do dia 01 de janeiro de 2023, e vigorará por 12 (doze) meses.
2. O prestador de serviços terá de executar o contrato de acordo com a proposta, prevalecendo sempre, para todos e quaisquer efeitos, o que se encontra fixado nas Especificações Técnicas constantes do Caderno de Encargos.

Cláusula 6.ª
Obrigações do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços, as seguintes obrigações principais:
   1.1. Executar a prestação do serviço de seguros em perfeita conformidade com as condições estabelecidas nas Especificações Técnicas, que constam do presente Caderno de Encargos;
   1.2. Manter válidas todas as autorizações legalmente exigidas para o exercício da atividade seguradora;
   1.3. Assumir a prestação de serviços decorrente da contratação das apólices objeto do presente procedimento, perante a Entidade Adjudicante, através da emissão de apólices em nome dessa entidade;

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

1.4. Notificar a Entidade Adjudicante, por escrito, do montante a pagar, assim como da forma de pagamento, com a antecedência mínima de 30 dias em relação à data em que se vence o prémio ou fração deste;

1.5. Proceder às averiguações e peritagens necessárias ao reconhecimento dos sinistros e à avaliação dos danos com prontidão e diligência, sob pena de responder por perdas e danos;

1.6. Pagar as indemnizações logo que concluídas as investigações e peritagens necessárias ao reconhecimento da responsabilidade e à fixação do montante dos danos. Se decorridos 30 dias sobre a posse de todos os elementos indispensáveis à reparação da indemnização acordada, o prestador de serviços, não tiver realizado essa obrigação por causa não justificada ou que lhe seja imputável, incorrerá em mora, vencendo a indemnização juros à taxa legal em vigor;

1.7. Não proceder a qualquer alteração das taxas das apólices ou outras condições particulares ou especiais no decurso da execução do contrato, exceto se essas alterações resultarem de disposição legal, de norma da ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões ou de particular agravamento dos riscos cobertos e, neste caso, com o prévio consentimento da Entidade Adjudicante;

1.8. Não se verificando quaisquer dos pressupostos da alínea anterior, a atualização dos prémios das apólices apenas será aceite em caso de alteração dos objetos seguros, dos capitais seguros, das pessoas seguras ou das massas salariais seguras;

1.9. Dar resposta a qualquer solicitação da Entidade Adjudicante no prazo máximo de 48 horas;

1.10. A Entidade Adjudicante, nos termos do n.º 1 do art.º 48 do *Regime Jurídico da Distribuição de Seguros e de Resseguros*, aprovado no *Anexo à Lei nº 7/2019, de 16 de janeiro*, exerceu o seu direito de designar um Corretor de Seguros para intervir na mediação e gestão dos contratos de seguros adjudicados, constituindo obrigação do prestador de serviços:

1.10.1. Aceitar a intervenção do Corretor de Seguros em todas as matérias relacionadas com a gestão das apólices, sinistros, cobranças e monotorização da execução do contrato;

1.10.2. Fornecer ao Corretor de Seguros da Entidade Adjudicante todos os elementos, informações e esclarecimentos necessários ao bom desempenho da sua atividade e à eficiente colocação e gestão, quer dos contratos de seguro adjudicados, quer dos sinistros que venham a ocorrer;

1.10.3. Aceitar como data de comunicação de qualquer risco, a data em que a Entidade Adjudicante comunique esse risco ao Corretor de Seguros;

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

ALIJO

1.10.4. Assegurar a remuneração do Corretor de Seguros da Entidade Adjudicante, conforme previsto na alínea c) do art.º 23º do *Regime Jurídico da Distribuição de Seguros e de Resseguros*, aprovado no *Anexo à Lei nº 7/2019, de 16 de janeiro*, em função da tabela de comissionamento que o adjudicatário tenha em vigor à data de adjudicação, sem que tal facto implique qualquer encargo para a Entidade Adjudicante ou qualquer alteração ao valor da proposta adjudicada;

1.11. Comunicar à Entidade Adjudicante, com uma antecedência de 30 dias, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação de serviços definida neste Caderno de Encargos e demais documentos contratuais;

1.12. Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são prestados os serviços, bem como ministrar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;

1.13. Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução dos contratos e que altere designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação de serviços, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;

2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessária à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 7.ª
Prestação do serviço e informação

1. A prestação do serviço deve ser executada em conformidade com todas as cláusulas contratuais, e demais legislação aplicável, de modo a garantirem as especificações técnicas de presente Caderno de Encargos.
2. O prestador de serviços deve disponibilizar à Entidade Adjudicante todas as informações que esta lhe solicitar, diretamente ou através do seu Corretor de Seguros, e que sejam necessárias à fiscalização do modo de execução do contrato, devendo a Entidade Adjudicante satisfazer os pedidos de informação formulados pelo prestador de serviços e que respeitem a elementos técnicos na sua posse cujo conhecimento se mostre necessário à execução do contrato.

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

3. Salvo quando, por força do contrato, caiba ao prestador de serviços o exercício de poderes públicos, compete exclusivamente à Entidade Adjudicante a satisfação do direito à informação por parte de particulares sobre teores e quaisquer aspetos da respetiva execução.

Cláusula 8.ª
Dever de sigilo

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Entidade Adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado, direta e exclusivamente, à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fosse comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 9.ª
Preço contratual

1. Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada.
2. O preço referido no número anterior não pode, em qualquer caso, ser superior a 110.000,00€ (cento e dez mil euros).

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

ALIJÓ

3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Entidade Adjudicante, incluindo os custos das apólices, custos de cartas verdes, custos de fracionamento de pagamentos, despesas de alojamento, alimentação e deslocação dos seus meios humanos, bem como todas as despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção dos seus meios materiais.

Cláusula 10.ª
Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela Entidade Adjudicante, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas diretamente ao segurador, ou a este por intermédio do Corretor de Seguros mencionado nos Avisos de Pagamento, observando o regime jurídico dos contratos de seguros e demais legislação aplicável.
2. Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
3. Apenas serão permitidas alterações às condições contratuais das apólices se estas resultarem de disposição legal ou de normas da ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.
4. Apenas serão aceites atualizações de prémios, em caso de alteração dos capitais seguros, alteração das massas salariais seguras, alteração do número de pessoas seguras ou alteração das coberturas da apólice.
5. Qualquer atualização de prémio originada por alteração de massas salariais seguras ou por alteração do número de pessoas seguras não pode ser superior à que resultaria da aplicação da taxa comercial ou do prémio por pessoa, que constar no *Anexo C "Mapa de Quantidades"* entregue pelo concorrente, à variação verificada.

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

ALIJO

Cláusula 11.ª
Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Entidade Adjudicante pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, não podendo, contudo, ser superior a 5% do preço contratual.
2. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no ponto anterior e a Entidade Adjudicante decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 10%.
3. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Entidade Adjudicante terá em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
4. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Entidade Adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 12.ª
Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
   3.1. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

ALIJO

3.2. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

3.3. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento, pelo prestador de serviços, de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

3.4. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;

3.5. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

3.6. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;

3.7. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior devem ser imediatamente comunicadas à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 13.ª
Resolução por parte da Entidade Adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Entidade Adjudicante poderá resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços, violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incubem, designadamente:

1.1. Se não forem cumpridas as Especificações Técnicas estabelecidas na Parte II deste Caderno de Encargos;

1.2. Se se verificar o incumprimento, por um período superior a 90 dias, no reembolso dos valores relativos a estornos de prémios por cessação antecipada de contrato ou por diminuição de capitais, coberturas ou riscos do contrato;

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

1.3. Se se verificar o incumprimento, por um período superior a 30 dias no reembolso dos valores relativos a indemnizações por sinistros, contados desde a data em que a responsabilidade esteja atribuída.

2. O direito de resolução referido no número anterior exercer-se-á mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determinará a repetição das prestações já realizadas a menos que tal seja determinado pela Entidade Adjudicante.
3. A resolução do contrato não invalida o direito a qualquer ação que venha a ser interposta por parte da Entidade Adjudicante com vista à justa indemnização por perdas e danos eventualmente sofridos com o incumprimento do contrato.

Cláusula 14.ª
Resolução por parte do prestador de serviços

1. O prestador de serviços pode resolver o contrato nos casos previstos no art.º 332.º do *Código dos Contratos Públicos*.

Cláusula 15.ª
Gestor do contrato

1. O gestor do contrato, conforme definido nos termos do art.º 290º-A do *Código dos Contratos Públicos*, será designado pela entidade competente para a decisão de contratar aquando da adjudicação do contrato.
2. No desempenho das suas funções, o gestor do contrato contará com o apoio técnico especializado do Corretor de Seguros da Entidade Adjudicante.

Cláusula 16.ª
Caução

1. É dispensada a caução de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 2 do art.º 88.º do *Código dos Contratos Públicos (CCP)*, dado o preço contratual ser inferior a 500.000,00€ não havendo também lugar à retenção nos pagamentos a que se refere o n.º 3 do mesmo artigo.

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

ALIJO

Cláusula 17.ª
Foro competente

1. Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 18.ª
Subcontratação e cessão da posição contratual

1. A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização escrita da Entidade Adjudicante.

Cláusula 19.ª
Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do *Código dos Contratos Públicos*, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 20.ª
Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias que constituam, ou não, força maior e que previsivelmente impeçam o cumprimento de qualquer uma

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

das obrigações, bem como do tempo e/ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 21.ª
Contagem dos prazos

1. Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 22.ª
Legislação aplicável

1. O procedimento é regulado pelo *Código dos Contratos Públicos (CCP)* aprovado em Anexo ao *Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro*, na versão alterada e republicada pelo *Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto*, retificado pela *Declaração de Retificação n.º 36-A/2017, de 30 de outubro* e *Declaração de Retificação n.º 42/2017, de 30 de novembro*, alterado pelo *Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio*, *Decreto-Lei nº 170/2019, de 04 de dezembro*, *Resolução da Assembleia da República nº 16/2020, de 19 de março*, *Lei n.º 30/2021, de 21 de maio*, *Declaração de Retificação n.º 25/2021, de 21 de julho* e demais legislação complementar aplicável, nomeadamente a legislação mencionada nas peças do presente procedimento.

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

PARTE II
CLÁUSULAS TÉCNICAS

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

Cláusula 23.ª
Objeto da prestação do serviço

1. O contrato a celebrar reporta-se aos seguintes ramos de seguros do Município de Alijó:
   1.1. Seguro de Acidentes de Trabalho;
   1.2. Seguro de Acidentes Pessoais – Programas ocupacionais promovidos pelo IEFP;
   1.3. Seguro de Acidentes Pessoais – Eleitos Locais;
   1.4. Seguro de Acidentes Pessoais – Utentes de Instalações Desportivas, Culturais e Recreativas;
   1.5. Seguro de Acidentes Pessoais – Participantes em Atividades Desportivas, Culturais e Recreativas de natureza temporária e eventual;
   1.6. Seguro de Acidentes Pessoais – Campos de Férias;
   1.7. Seguro de Acidentes Pessoais – Membros da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ);
   1.8. Seguro de Acidentes Pessoais – Voluntariado;
   1.9. Seguro de Acidentes Pessoais – Universidade Sénior;
   1.10. Seguro de Frota Automóvel;
   1.11. Seguro de Multirriscos Patrimoniais;
   1.12. Seguro de Responsabilidade Civil da Autarquia;
   1.13. Seguro de Responsabilidade Civil – Aplicação Terrestre de Produtos Fitofarmacêuticos;
   1.14. Seguro de Responsabilidade Ambiental.
2. O objeto do contrato a celebrar visa a transferência de risco para seguradoras através da contratação de apólices de seguro.

Cláusula 24.ª
Contratação por lotes

1. A aquisição de seguros, objeto do presente procedimento, não será efetuada por lotes, pelos motivos que constam no Programa do Procedimento.
2. As seguradoras concorrentes, sob pena de exclusão, deverão apresentar proposta para a totalidade dos seguros, objeto do presente procedimento.

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

ALIJO

Cláusula 25.ª
Seguro de Acidentes de Trabalho

1. Objeto do seguro

1.1. O seguro de Acidentes de Trabalho compreende a transferência da responsabilidade para a seguradora por todos os encargos resultantes de sinistro tipificado como acidente de trabalho do pessoal afeto à Entidade Adjudicante que, independentemente do vinculo contratual, conste nas folhas de férias a fornecer mensalmente à seguradora, nos termos da legislação em vigor, nomeadamente o *Regime Jurídico dos Acidentes em Serviço e das Doenças Profissionais no âmbito da Administração Pública* aprovado pelo *Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro*, alterado pela *Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro*, *Lei nº 64-A/2008, de 31 de dezembro*, *Lei n.º 11/2014, de 6 de março*, *Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro*, *Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio*, *Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho*, *Lei nº 46/2020, de 20 de agosto* e *Lei nº 19/2021, de 08 de abril* e o *Regime de Reparação de Acidentes de Trabalho e de Doenças Profissionais, incluindo a Reabilitação e Reintegração Profissionais*, regulamentado pela *Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro*, nos termos do art.º 284.º do *Código do Trabalho*, aprovado pela *Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro*, na redação atual.

2. Âmbito do seguro

2.1. Ficam abrangidos por este seguro todos os trabalhadores da Entidade Adjudicante contratados em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado ou a termo resolutivo, certo ou incerto, inscritos no Regime de Proteção Social Convergente (RPSC – Caixa Geral de Aposentações) ou no Regime Geral de Segurança Social (RGSS), bem como, desde que mencionados nas folhas de salários a remeter mensalmente ao adjudicatário, os eleitos locais em regime de tempo inteiro e a meio tempo e os trabalhadores dos gabinetes de apoio ao executivo, nos termos do n.º 3 do art.º 2º do *Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro*, na atual redação, e ainda, todos aqueles que, considerando-se na dependência económica do Tomador do Seguro, prestem, em conjunto ou isoladamente, determinado trabalho ou função remunerada.

2.2. É considerado acidente de trabalho, o acidente:

2.2.1. Que se verifique no local e tempo de trabalho e produza direta ou indiretamente lesão corporal, perturbação funcional ou doença de que resulte redução na capacidade de trabalho ou de ganho ou a morte;

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

2.2.2. Ocorrido no trajeto normalmente utilizado e durante o período de trabalho habitualmente gasto pelo trabalhador:

2.2.2.1. De ida e de regresso para e do local de trabalho, entre a sua residência habitual ou ocasional e as instalações que constituem o seu local de trabalho,

2.2.2.2. Entre o local de trabalho e o local de refeição;

2.2.2.3. Entre o local onde, por determinação da Entidade Adjudicante, presta qualquer serviço relacionado com o seu trabalho e as instalações que constituem o seu local de trabalho habitual ou a sua residência habitual ou ocasional,

2.2.2.4. Entre qualquer dos locais de trabalho da Pessoa Segura, no caso de ter mais de um emprego, sendo responsável pelo acidente o empregador para cujo local de trabalho o trabalhador se dirige,

2.2.3. Ocorrido quando o trajeto normal, a que se refere o ponto anterior, tenha sofrido interrupções ou desvios determinados pela satisfação de necessidades atendíveis do trabalhador, bem como por motivo de força maior ou por caso fortuito;

2.2.4. Ocorrido na execução de serviços espontaneamente prestados e de que possa resultar proveito económico para o Tomador do Seguro;

2.2.5. Ocorrido no local de trabalho, ou fora deste, quando no exercício do direito de reunião ou de atividade de representante dos trabalhadores nos termos da Lei;

2.2.6. Ocorrido no local de trabalho, quando em frequência de curso de formação profissional ou, fora do local de trabalho, quando exista autorização expressa da Entidade Adjudicante para tal frequência;

2.2.7. Ocorrido em atividade de procura de emprego durante o crédito de horas para tal concedido por Lei aos trabalhadores com processo de cessação de contrato de trabalho em curso;

2.2.8. Ocorrido fora do local ou do tempo de trabalho, quando verificado na execução de serviços determinados pela Entidade Adjudicante ou por esta consentidos;

2.2.9. Que se verifique no local do pagamento da retribuição, enquanto o trabalhador aí permanecer para tal efeito;

2.2.10. Que se verifique no local onde ao trabalhador deva ser prestada qualquer forma de assistência ou tratamento por virtude de anterior acidente de trabalho e enquanto aí permanecer para esses fins.

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

2.3. Fica garantida pelo Adjudicatário a responsabilidade da Entidade Adjudicante pelos encargos obrigatórios, quer sejam em espécie, quer sejam em dinheiro, devidos aos seus trabalhadores em consequência de acidente de trabalho.

2.3.1. Constituem prestações em espécie:

2.3.1.1. A assistência médica e cirúrgica, geral ou especializada, incluindo todos os elementos de diagnóstico e de tratamento que forem necessários, bem como as visitas domiciliárias;

2.3.1.2. A assistência medicamentosa e farmacêutica;

2.3.1.3. Os cuidados de enfermagem;

2.3.1.4. A hospitalização, fisioterapia e os tratamentos termais;

2.3.1.5. A hospedagem;

2.3.1.6. Os transportes para observação, tratamento ou comparência em juntas médicas e/ou atos judiciais;

2.3.1.7. O fornecimento de ajudas técnicas e outros dispositivos técnicos de compensação das limitações funcionais, bem como a sua renovação e reparação;

2.3.1.8. Os serviços de reabilitação e reintegração profissional e social, incluindo a adaptação do posto de trabalho;

2.3.1.9. Os serviços de reabilitação médica ou funcional para a vida ativa;

2.3.1.10. Apoio psicoterapêutico, sempre que necessário, à família do sinistrado;

2.3.1.11. A assistência psicológica e psiquiátrica ao sinistrado e respetiva família, quando reconhecida como necessária pelo médico assistente.

2.3.2. Constituem prestações em dinheiro:

2.3.2.1. A indemnização por incapacidade temporária para o trabalho por acidente em serviço;

2.3.2.2. A indemnização em capital e/ou pensão por incapacidade permanente para o trabalho;

2.3.2.3. O subsídio por situação de elevada incapacidade permanente;

2.3.2.4. O subsídio por morte;

2.3.2.5. O subsídio por despesas de funeral;

2.3.2.6. A pensão aos familiares por morte;

2.3.2.7. A prestação suplementar para assistência de terceira pessoa, mediante validação médica, resultante de acidente que não permita ao trabalhador praticar

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

com autonomia os atos indispensáveis à satisfação das necessidades básicas da vida quotidiana sem apoio de outra pessoa:

2.3.2.7.1. Consideram-se necessidades básicas os atos relativos à alimentação, locomoção e cuidados de higiene;

2.3.2.7.2. O familiar do dependente ou quem com ele coabite, que lhe preste assistência permanente, é considerado terceira pessoa;

2.3.2.8. O subsídio para readaptação de habitação;

2.3.2.9. O subsídio para a frequência de ações no âmbito da reabilitação profissional necessárias e adequadas à reintegração do sinistrado no mercado de trabalho.

2.4. O local de trabalho é todo o lugar em que o trabalhador se encontra ou a que se deva dirigir em virtude do seu trabalho ou funções e em que esteja, direta ou indiretamente, sujeito ao controlo e/ou direção da Entidade Adjudicante.

2.5. O tempo de trabalho engloba todos os acidentes que possam ocorrer no local de trabalho e durante o período normal de laboração, o que preceder o seu início, em atos de preparação ou com ele relacionados, o que se lhe seguir, em atos também com ele relacionados, e ainda as interrupções normais ou forçosas de trabalho.

2.6. Além dos acidentes excluídos pela legislação aplicável, estão também excluído(a)s:

2.6.1. As doenças profissionais;

2.6.2. Os acidentes devidos a atos de terrorismo e de sabotagem, rebelião, insurreição, revolução e guerra civil;

2.6.3. Os acidentes devidos a invasão e guerra contra país estrangeiro (declarada ou não) e hostilidades entre nações estrangeiras (quer haja ou não declaração de guerra) ou de atos bélicos provenientes direta ou indiretamente dessas hostilidades;

2.6.4. As hérnias com saco formado;

2.6.5. A responsabilidade por quaisquer multas e coimas que recaiam sobre a Entidade Adjudicante por falta de cumprimento das disposições legais.

3. Outras condições

3.1. Em conformidade com o n.º 3 do art.º 45.º do *Decreto-Lei 503/99, de 20 de novembro*, na redação atual, a Entidade Adjudicante transfere todas as responsabilidades por acidentes em serviço previstas neste diploma para o Adjudicatário, que deverá garantir as prestações, o pagamento das despesas e o cumprimento das formalidades legais nele previstas, sendo nulas todas as clausulas que impliquem a redução de quaisquer direitos, regalias e garantias:

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

3.1.1. As indemnizações por incapacidade temporária, absoluta ou parcial, serão calculadas em função do salário ilíquido englobando as remunerações de carater permanente ou acessório incluídas na massa salarial segura, não podendo o valor das indemnizações processadas pelo Adjudicatário ser inferior ao salário líquido do sinistrado;

3.1.2. Em caso de Incapacidade Temporária Parcial, não haverá redução da remuneração nem perda de regalias, conforme estipulado pelo nº 4 do art.º 23.º do *Decreto-Lei n.º 509/99, de 20 de novembro*;

3.1.3. As pensões por incapacidade permanente parcial ou absoluta e as derivadas de morte em acidente em serviço fixadas pela Caixa Geral de Aposentações, bem como os subsídios previstos nos art.º 35.º, 36.º e 37.º do *Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro* ficam igualmente garantidos pela seguradora, que assumirá, perante o Município, os pedidos de reembolso que lhe forem feitos pela Caixa Geral de Aposentações.

3.2. Ficam cobertos os acidentes de trabalho que ocorram em Portugal e, automaticamente, os riscos de deslocação e de exercício da atividade profissional ou funções ao/e no estrangeiro, por períodos até 15 dias, sem necessidade de prévia comunicação à seguradora e sem qualquer agravamento tarifário.

3.3. Em caso de acidente ocorrido em território estrangeiro, as despesas aí efetuadas relativas à assistência médica, medicamentosa ou hospitalar, bem como os encargos referentes a transportes ou repatriamento ficarão a cargo do Adjudicatário.

3.4. O Adjudicatário renuncia ao direito de regresso contra a Entidade Adjudicante relativamente a quaisquer montantes que venha a suportar em processos de sinistro e que seriam legal ou contratualmente imputáveis e devidos pela Entidade Adjudicante por se enquadrarem em acidentes de trabalho resultantes da falta ou inobservância das regras sobre segurança e saúde no trabalho por atos ou omissões de mera negligência da Entidade Adjudicante ou de pessoa por quem este seja responsável, assumindo também nestes casos, perante o Município, os pedidos de reembolso que lhe forem feitos pela Caixa Geral de Aposentações.

3.5. A renúncia prevista no número anterior não prejudica os direitos que legal ou contratualmente sejam titulados pelo Adjudicatário contra terceiros, entidades ou pessoas, atuando ou não por conta da Entidade Adjudicante, que tenham dado causa ao sinistro e aos danos daí decorrentes.

3.6. Caso no futuro se verifique a necessidade de serem adjudicadas apólices temporárias de Acidentes de Trabalho para garantir Programas de Estágios Profissionais na Administração

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

Local, deverá o Adjudicatário aplicar a estas apólices a mesma taxa comercial que pratica na apólice dos trabalhadores contratados em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado ou a termo resolutivo.

4. Modalidade do seguro
   4.1. O seguro funcionará na modalidade de prémio variável, sendo o prémio provisório calculado de acordo com a estimativa de salários anuais fornecida pela Entidade Adjudicante.
   4.2. Para o efeito a Entidade Adjudicante obriga-se a remeter ao adjudicatário, até ao dia 15 de cada mês, a relação dos proventos salariais que cada trabalhador auferiu no mês anterior.
   4.3. No final de cada ano civil, na data de vencimento do contrato ou no caso de resolução antecipada do contrato, será sempre efetuado acerto em relação à diferença verificada entre o prémio provisório e o prémio definitivo, calculado em função do total de retribuições inicialmente estimadas e aquelas que foram efetivamente pagas.
5. Atividade predominante
   5.1. Diversas atividades desenvolvidas pela Entidade Adjudicante, no âmbito das atribuições e competências legalmente conferidas aos municípios:
      5.1.1. CAE principal: 84113;
      5.1.2. CAE's secundários: 90020, 90040, 85100, 85201.
6. Estimativa de salários
   6.1. A massa salarial anual prevista pela Entidade Adjudicante é de 4.284.887,34€ (quatro milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e sete euros e trinta e quatro cêntimos).
7. Início do seguro
   7.1. O seguro deverá iniciar a 01 de janeiro de 2023.
8. Formas de pagamento
   8.1. O prémio terá um fracionamento mensal.
9. Pagamento de Incapacidades e Despesas Médicas
   9.1. As indemnizações por Incapacidades Temporárias, serão liquidadas à Entidade Adjudicante, figurando esta como entidade recebedora, dado que a Entidade Adjudicante assegura o salário do trabalhador sinistrado durante o período em que este se encontrar de baixa por acidente de trabalho ou, de regresso ao serviço, com tarefas e horários adaptados ao seu estado de saúde, até se encontrar totalmente reabilitado.
   9.2. Nas pensões e subsídios fixados pela Caixa Geral de Aposentações e sobre os quais esta Caixa tenha direito de reembolso sobre a Entidade Adjudicante nos termos do art.º 43.º do *Decreto-*

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

Lei nº 503/99, de 20 de novembro, a seguradora reembolsará diretamente a Entidade Adjudicante da quantia que esta pagou à Caixa Geral de Aposentações.

9.3. As despesas médicas ou outras despesas devidamente autorizadas e comprovadas, que estejam relacionadas com o sinistro e que tenham sido suportadas pelo sinistrado, serão comunicadas ao Adjudicatário para serem reembolsadas diretamente ao lesado.

10. Proposta e demais condições a apresentar pelos concorrentes

10.1. A proposta e demais condições a apresentar pelo concorrente deverão traduzir-se em taxas comerciais, taxas totais, prémios comerciais e prémios totais com encargos, devendo também ser apresentadas as condições gerais da apólice.

11. Informação complementar:

11.1. O Salário Anual Estimado, correspondente ao pessoal inscrito no Regime de Proteção Social Convergente (Caixa Geral de Aposentações) é de 2.061.096,13€;

11.2. O número de Trabalhadores estimados, pertencentes ao Regime de Proteção Social Convergente (Caixa Geral de Aposentações) é de 122 trabalhadores;

11.3. O Salário Anual Estimado correspondentes ao pessoal inscrito no Regime Geral de Segurança Social é de 2.223.791,21€.

11.4. O número de Trabalhadores estimados, pertencentes ao Regime Geral de Segurança Social é de 139 trabalhadores;

11.5. O Risco de Acidentes de Trabalho encontra-se atualmente garantido pela seguradora Generali (Tranquilidade) através da apólice nº 0005967103.

11.6. O quadro de pessoal da Entidade Adjudicante não inclui Sapadores Florestais, Forças Policiais nem Bombeiros.

Cláusula 26.ª
Seguro de Acidentes Pessoais – Programas Ocupacionais promovidos pelo IEFP

1. Objeto do seguro

1.1. Pretende-se garantir o pessoal colocado ao serviço da Entidade Adjudicante através de programas ocupacionais promovidos pelo IEFP, tais como medidas Contrato Emprego-Inserção (CEI) e Contrato Emprego-Inserção+ (CEI+), reguladas pela *Portaria n.º 128/2009, de 30 de janeiro*, na versão alterada e republicada pela *Portaria n.º 20-B/2014, de 30 de janeiro*, ou outra legislação que lhe suceda ou que entretanto surja e se destine a regular a colocação temporária

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

de desempregados inscritos no IEFP, para o desempenho de trabalho socialmente necessário, através de apólices temporárias e individuais de Acidentes Pessoais com data de início e data de termo coincidentes com as datas dos respetivos contratos celebrados com o IEFP.

2. Coberturas, Capitais e Limites de Indemnização

2.1. As apólices a efetuar para estas pessoas deverão garantir, no mínimo, as seguintes coberturas e os seguintes limites de indemnização:

2.1.1. Morte ou Invalidez Permanente: 75.000,00€;

2.1.1.1. Em caso de Morte da Pessoa Segura, ocorrida imediatamente ou no decurso de dois anos a contar da data do acidente, o Adjudicatário pagará aos herdeiros legais o capital seguro.

2.1.1.2. Ocorrendo a Invalidez permanente da Pessoa Segura, clinicamente constatada e fixada através de relatório médico no decurso de dois anos a contar da data do acidente garantido pela apólice, o Adjudicatário pagará o montante correspondente à aplicação da percentagem de desvalorização sofrida pela pessoa segura, ao capital seguro.

2.1.1.3. O capital seguro não é cumulável para os riscos de Morte e de Invalidez Permanente pelo que, se a Pessoa Segura falecer em consequência de acidente, e esse falecimento ocorrer no prazo de dois anos a contar do acidente, ao capital por Morte será abatido o capital por Invalidez Permanente que eventualmente tenha sido atribuído ou pago relativamente ao mesmo acidente.

2.1.2. Despesas de Tratamento e Repatriamento: 15.000,00€;

2.1.2.1. O Adjudicatário garantirá em relação às Pessoas Seguras identificadas, nos termos a seguir previstos e até ao valor acima fixado, o reembolso das despesas necessárias para o tratamento das lesões sofridas em consequência de acidentes garantidos pela apólice, bem como das despesas extraordinárias de repatriamento em transporte clinicamente aconselhado em função das referidas lesões;

2.1.2.1.1. Por Despesas de Tratamento entendem-se as relativas a honorários médicos e internamento hospitalar, incluindo a assistência medicamentosa e de enfermagem, que forem necessárias em consequência do acidente;

2.1.2.1.2. No caso de ser necessário tratamento clínico regular, e durante todo o período do mesmo, consideram-se também incluídas as despesas de

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

deslocação ao médico, hospital, clínica ou posto de enfermagem, desde que o meio de transporte utilizado seja adequado à gravidade da lesão;

2.1.2.1.3. Por despesas de repatriamento entendem-se as relativas ao transporte clinicamente aconselhado;

2.1.2.1.4. O reembolso das despesas acima garantidas será feito a quem as demonstrar ter pago, contra entrega da respetiva documentação comprovativa.

2.1.3. Subsídio Diário em caso de Incapacidade Temporária: 25,00€/dia.

2.1.3.1. O Adjudicatário garantirá em relação às Pessoas Seguras identificadas, em consequência de acidente garantido pela apólice, e até ao valor acima fixado, o pagamento de um Subsídio Diário por Incapacidade Temporária, absoluta ou parcial.

2.1.3.2. Tratando-se de apólice subscrita no âmbito de Contratos Emprego Inserção ou análogo, o funcionamento desta cobertura terá as seguintes especificidades:

2.1.3.2.1. O valor do subsídio diário terá como limite máximo o valor da remuneração diária recebida pela pessoa segura ou do valor diário acima fixado, quando este seja inferior;

2.1.3.2.2. A atribuição do subsídio diário será feita com base na informação clínica, até ao limite de 365 dias, ou do termo do contrato de formação, caso este ocorra antes;

2.1.3.2.3. A atribuição do subsídio diário cessará quando termine o contrato de formação, mesmo que este termo ocorra antes de concluídos os prazos estabelecidos nas alíneas anteriores;

2.1.3.2.4. No caso de Incapacidade temporária parcial, o valor do subsídio diário a atribuir será calculado com base na percentagem de incapacidade fixada na informação clínica.

3. Exclusões

3.1. É admitido que fiquem excluídos os sinistros que resultem de:

3.1.1. Ação ou omissão da Pessoa Segura sob o efeito do álcool ou bebida alcoólica que determine grau de alcoolémia superior a 0,5 gr. por litro e/ou uso de estupefacientes fora da prescrição médica, ou quando incapaz de controlar os seus atos;

3.1.2. Ações ou omissões criminosas da Pessoa Segura;

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

3.1.3. Ações ou omissões negligentes da Pessoa Segura, quando a negligência possa ser qualificada de grave;

3.1.4. Suicídio ou tentativa de suicídio;

3.1.5. Atos notoriamente perigosos que não sejam justificados pelo exercício da profissão, quando o contrato garantir os riscos profissionais;

3.1.6. Apostas e desafios;

3.1.7. Ações praticadas pela Pessoa Segura sobre si própria;

3.1.8. Ações praticadas pelo Beneficiário sobre a Pessoa Segura;

3.1.9. Ações praticadas pelo Tomador do Seguro sobre a Pessoa Segura;

3.1.10. Ações praticadas por todos aqueles pelos quais sejam civilmente responsáveis qualquer das pessoas referidas nos três pontos anteriores sobre a Pessoa Segura;

3.1.11. Prática desportiva federada ou associativa e respetivos treinos;

3.1.12. Prática de alpinismo, artes marciais, boxe, caça de animais ferozes, caça submarina, desportos de inverno, motonáutica, motorismo, paraquedismo, tauromaquia e outros desportos e atividades análogas na sua perigosidade, tais como por exemplo, voo em asa delta e ultraleves, BTT, bungee jumping, escalada, espeleologia, kite surf, montanhismo, parapente, rafting, rappel, rugby, esqui náutico, slide, surf, body board e windsurf;

3.1.13. Hérnias de qualquer natureza, varizes e suas complicações;

3.1.14. Perturbações ou danos do foro psíquico, única e exclusivamente;

3.1.15. Síndroma de Imunodeficiência Adquirida (SIDA);

3.1.16. Ataque cardíaco, salvo se for causado por traumatismo físico externo à Pessoa Segura;

3.1.17. Quaisquer outras doenças quando não se prove, por diagnóstico médico inequívoco, que são consequência direta do acidente garantido pelo contrato.

3.1.18. Pilotagem de aeronaves;

3.1.19. Cataclismos da natureza, tais como ventos ciclónicos, terramotos, maremotos, e outros fenómenos análogos nos seus efeitos e ainda ação de queda de raio;

3.1.20. Guerra, declarada ou não, invasão, atos de inimigos estrangeiros, rebelião, revolução, insurreição, greves, "lock-outs", distúrbios laborais, tumultos, alterações da ordem pública, atos de vandalismo, execução de lei marcial e usurpação de poder civil ou militar e atos de terrorismo, tal como tipificados na legislação penal;

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

3.1.21. Acidentes resultantes de explosão ou quaisquer outros fenómenos direta ou indiretamente relacionados com a desintegração ou fusão de núcleos de átomos, bem como os efeitos da contaminação radioativa;

3.1.22. Sempre que alguma cobertura fornecida pela apólice implique a violação de quaisquer embargos ou sanções financeiras ou económicas emitidas pela União Europeia, pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, pelo OFAC (Office of Foreign Assets Control) ou pelo HM Treasury, desde que aplicáveis na ordem jurídica portuguesa, a cobertura será considerada nula, não produzindo quaisquer efeitos;

3.1.23. Em complemento do disposto no ponto anterior, de acordo com as normas nacionais e internacionais e com as boas práticas de negócio, ao Adjudicatário reserva-se o direito de se abster de executar qualquer operação sobre a apólice, que esteja ou que se suspeite estar relacionada com a prática dos crimes de branqueamento de capitais e/ou financiamento ao terrorismo.

4. Outras condições

4.1. Além dos acidentes que possam ocorrer com os desempregados colocados pelo IEFP durante o desenvolvimento normal das suas tarefas de trabalho socialmente necessário sob orientação da Entidade Adjudicante, as apólices deverão igualmente garantir os acidentes que venham a ocorrer durante a ida e o regresso para o local do trabalho bem como as deslocações, por motivo de convocatória, ao IEFP ou à Segurança Social, qualquer que seja o meio de transporte utilizado por essas pessoas.

4.2. Derrogando tudo o que em contrário se encontrar estipulado nas condições gerais apresentadas pelo concorrente, devem ficar garantidos, por todas as coberturas da apólice, os seguintes riscos:

4.2.1. Resultantes da utilização pela pessoa segura, durante as deslocações, de qualquer meio de transporte, incluindo veículos motorizados de duas rodas, triciclos e quadriciclos.

4.3. Derrogando o que em contrário se encontrar estipulado nas Condições Gerais apresentadas pelo concorrente, devem ficar garantidos, até ao limite indemnizatório fixado na cobertura de Despesas de Tratamento e de Repatriamento, as consequências de sinistros que se traduzam em:

4.3.1. Roturas e/ou distensões musculares, de ligamentos, articulações e/ou tendões;

4.3.2. Implantação, reparação ou substituição de próteses e/ou ortóteses, em consequência de acidente garantido pela apólice e desde que dele resultem danos corporais;

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

4.3.3. Despesas de transporte que se adequem à natureza da lesão, desde que o meio de transporte específico seja prescrito pelo médico assistente;

4.3.4. Reconstituição cosmética por acidente abrangido pelas condições da apólice;

4.3.5. Despesas com Estomatologia diretamente relacionadas com acidente garantido pelas coberturas da apólice;

4.4. Caso seja expressamente solicitado, a seguradora encaminhará a pessoa sinistrada para os seus serviços clínicos, assumindo diretamente, junto do seu prestador clínico, o pagamento das despesas de tratamento até ao montante fixado na cobertura.

4.4.1. Sem prejuízo de o sinistrado poder optar pela modalidade de reembolso, no caso de ser solicitada assistência clínica ao Segurador, este, salvo situações de urgência, encaminhará o sinistrado para a sua rede clínica convencionada e assumirá, sem custos para o sinistrado, todas as despesas de tratamento até ao seu completo restabelecimento ou até ao esgotamento do capital definido na cobertura "*Despesas de tratamento e repatriamento*".

4.5. No caso de algum contrato ter o seu termo antes da data inicialmente prevista, quer por desistência da pessoa segura, quer por outro qualquer motivo que implique a extinção do risco, a seguradora procederá ao estorno do prémio pró-rata temporis, desde a data em que a Entidade Adjudicante comunicar a extinção do risco e a data de termo da apólice.

4.6. O subsídio diário em caso de incapacidade temporária só é aplicável no caso de o sinistrado estar a receber uma remuneração à data do acidente e só é devido em caso de suspensão total ou parcial do subsídio atribuído pela Entidade Promotora, não podendo, em caso algum, o valor a indemnizar ser superior ao valor que o trabalhador receberia no caso de se encontrar ativo na atividade ocupacional.

5. Pessoal estimado

5.1. Anualmente, estima-se que que sejam colocadas temporariamente, através de programas ocupacionais promovidos pelo IEFP, 14 (onze) pessoas distribuídas da seguinte forma:

5.1.1. Contratos com duração igual ou inferior a 30 dias: 1 (uma) pessoa;

5.1.2. Contratos com duração igual ou superior a 31 dias e igual ou inferior a 90 dias: 1 (uma) pessoas;

5.1.3. Contratos com duração igual ou superior a 91 dias e igual ou inferior a 180 dias: 1 (uma) pessoas;

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

5.1.4. Contratos com duração igual ou superior a 181 dias e igual ou inferior a 270 dias: 1 (uma) pessoas;

5.1.5. Contratos com duração igual ou superior a 271 dias: 10 (dez) pessoas.

6. Proposta e demais condições a apresentar pelos concorrentes

6.1. O concorrente deverá indicar na sua proposta o prémio comercial e o prémio total aplicado a cada trabalhador, bem como o prémio comercial e o prémio total com encargos para a totalidade dos trabalhadores estimados, devendo ainda apresentar as condições gerais aplicadas a cada apólice.

7. Informações Complementares

7.1. O pessoal colocado através destes programas ficará seguro através de apólices temporárias de Acidentes Pessoais com data de início e data de termo a indicar pela Entidade Adjudicante, posteriormente e caso a caso.

7.2. Independentemente de poder vir a ser colocada alguma pessoa para desempenhar outras funções, prevê-se que os trabalhadores colocados pelo IEFP ao abrigo destes programas se venham a enquadrar nas classes de risco I e II, desempenhando as seguintes funções:

7.2.1.1. Serviços administrativos;

7.2.1.2. Serviços auxiliares de ação educativa;

7.2.1.3. Assistentes operacionais;

7.2.1.4. Cantoneiros de limpeza;

7.2.1.5. Auxiliares de Serviços Gerais.

Cláusula 27.ª
Seguro de Acidentes Pessoais - Eleitos Locais

1. Objeto e âmbito do seguro

1.1. O seguro de grupo de Acidentes Pessoais dos eleitos locais destina-se a garantir os eventuais acidentes de que resultem danos corporais e que ocorram no desempenho das funções autárquicas ou por causa delas, conforme consagra o art.º 17.º do *Estatuto dos Eleitos Locais* aprovado pela *Lei n.º 29/87, de 30 de junho*, na versão alterada e republicada em Anexo à *Lei n.º 52-A/2005, de 19 de Outubro*, alterada pela *Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro* e pela *Lei nº 2/2020, de 31 de março*, quando se encontrarem ao serviço ou em representação do

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

Município em qualquer parte do mundo, e abrange a totalidade dos membros da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal.

1.2. Para efeito deste seguro são consideradas 42 (quarenta e duas) pessoas, que serão devidamente identificadas em listagem a fornecer ao adjudicatário:

1.2.1. Presidente de Câmara	1 Pessoa
1.2.2. Vereadores em regime de tempo inteiro	3 Pessoas
1.2.3. Vereadores em regime de meio tempo	1 Pessoa
1.2.4. Vereadores em regime de não permanência	2 Pessoas
1.2.5. Membros da Assembleia Municipal	35 Pessoas

1.3. Os membros da Assembleia Municipal participam nas sessões ordinárias, em número de cinco, ou nas sessões extraordinárias do respetivo órgão e das comissões a que compareçam e participem, conforme previsto nos artigos 26.º, n.º 1, alínea c), 27.º, n.º 1, e 28.º do *Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL)* aprovado no Anexo I à *Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro*, na redação atual.

1.4. Os membros da Câmara Municipal em regime de não permanência participam nas reuniões ordinárias ou extraordinárias do respetivo órgão, conforme previsto no art.º 40.º, n.º 1, e no art.º 41.º ambos do *Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL)*, e, querendo-o, participam nas sessões da Assembleia Municipal em conformidade com o disposto no n.º 3 do art.º 48.º da designada *Lei das Autarquias Locais (LAL)* aprovada pela *Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro*, alterada e republicada pela *Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro*, retificada pela *Declaração de Retificação n.º 4/2002, de 6 de fevereiro* e *Declaração de Retificação n.º 9/2002, de 5 de Março*, e alterada pela *Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro*, pela *Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de Novembro*, pela *Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro*, e *Lei nº 7-A/2016, de 30 de março*.

2. Coberturas/Capitais por Pessoa Segura

2.1. Pretende-se que fiquem garantidos:

2.1.1. Os Riscos Profissionais e Extra-profissionais dos eleitos locais a tempo inteiro;

2.1.2. Os Riscos Profissionais, apenas quando no exercício das suas funções ou em representações autárquicas, dos eleitos com funções a meio tempo, dos eleitos em regime de não permanência e dos membros da Assembleia Municipal.

2.2. Pretende-se garantir as seguintes coberturas, por pessoa segura:

2.2.1. Morte ou Invalidez Permanente

2022,INT,1,GO,1063528-11-2022

2.2.1.1. Em caso de Morte da Pessoa Segura, ocorrida imediatamente ou no decurso de dois anos a contar da data do acidente, o Adjudicatário pagará aos herdeiros legais o capital seguro.

2.2.1.2. Ocorrendo a Invalidez permanente da Pessoa Segura, clinicamente constatada e fixada através de relatório médico no decurso de dois anos a contar da data do acidente garantido pela apólice, o Adjudicatário pagará o montante correspondente à aplicação da percentagem de desvalorização sofrida pela pessoa segura, ao capital seguro.

2.2.1.3. Se a desvalorização ou a soma de desvalorizações for superior a 66%, o valor da indemnização corresponderá ao montante total do capital seguro para a presente garantia.

2.2.1.4. O capital seguro não é cumulável para os riscos de Morte e de Invalidez permanente pelo que, se a Pessoa Segura falecer em consequência de acidente, e esse falecimento ocorrer no prazo de dois anos a contar do acidente, ao capital por Morte será abatido o capital por Invalidez Permanente que eventualmente tenha sido atribuído ou pago relativamente ao mesmo acidente.

2.2.2. Despesas de Tratamento e Repatriamento

2.2.2.1. O Adjudicatário garantirá em relação às Pessoas Seguras identificadas, nos termos a seguir previstos e até ao valor fixado no quadro do ponto seguinte, o reembolso das despesas necessárias para o tratamento das lesões sofridas em consequência de acidentes garantidos pela apólice, bem como das despesas extraordinárias de repatriamento em transporte clinicamente aconselhado em função das referidas lesões.

2.2.2.1.1. Por Despesas de Tratamento entendem-se as relativas a honorários médicos e internamento hospitalar, incluindo a assistência medicamentosa e de enfermagem, que forem necessárias em consequência do acidente;

2.2.2.1.2. No caso de ser necessário tratamento clínico regular, e durante todo o período do mesmo, consideram-se também incluídas as despesas de deslocação ao médico, hospital, clínica ou posto de enfermagem, desde que o meio de transporte utilizado seja adequado à gravidade da lesão;

2.2.2.1.3. Por despesas de repatriamento entendem-se as relativas ao transporte clinicamente aconselhado;

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

2.2.2.1.4. O reembolso das despesas acima garantidas será feito a quem as demonstrar ter pago, contra entrega da respetiva documentação comprovativa.

2.2.3. Subsídio Diário em caso de Incapacidade Temporária

2.2.3.1. O Adjudicatário garantirá em relação a cada Pessoa Segura, nos termos a seguir previstos e até aos valores fixados no quadro do ponto seguinte, o pagamento de um subsídio diário por Incapacidade temporária, absoluta ou parcial, resultantes de acidentes garantidos pela Apólice.

2.2.3.2. Ocorrendo uma situação de Incapacidade temporária, clinicamente constatada no decurso de cento e oitenta (180) dias a contar da data do acidente, o Adjudicatário pagará o subsídio diário fixado durante os períodos previstos nos pontos que se seguem, enquanto subsistir essa incapacidade.

2.2.3.3. Esta incapacidade considera-se dividida em dois graus:

2.2.3.3.1. 1.º Grau – Incapacidade temporária absoluta – Enquanto a Pessoa Segura, que exerça profissão remunerada, se encontrar na completa impossibilidade física, clinicamente comprovada, de atender ao seu trabalho, ainda que seja o de instruir, dirigir ou coordenar os seus subordinados e, para a Pessoa Segura que não exerça profissão remunerada, enquanto estiver hospitalizada ou for obrigada a permanecer acamada no seu domicílio sob tratamento médico;

2.2.3.3.2. 2.º Grau – Incapacidade temporária parcial – Enquanto a Pessoa Segura, que exerça profissão remunerada, se encontrar apenas em parte inibida de realizar qualquer trabalho nas condições da alinea precedente e se essa situação lhe provocar diminuição dos seus proventos. Em relação a pessoa que não exerça profissão remunerada, este tipo de incapacidade não se aplica, não lhe sendo, portanto, conferido direito a qualquer subsídio por incapacidade temporária, logo que deixem de se verificar as circunstâncias que conferem direito a subsídio por incapacidade temporária absoluta (1.º grau).

2.2.3.4. Verificando-se uma situação de Incapacidade Temporária Absoluta (1.º grau), o Adjudicatário pagará, durante o período máximo de cento e oitenta (180) dias, a

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

indemnização diária fixada. Esta indemnização é devida a partir do dia imediato ao da assistência clínica.

2.2.3.5. Em caso de Incapacidade temporária parcial (2.º grau), o Adjudicatário pagará, durante o período máximo de trezentos e sessenta (360) dias, a contar do dia imediato ao da assistência clínica, uma indemnização até metade da fixada para a incapacidade temporária absoluta, com base na percentagem de incapacidade fixada pelo médico assistente ou, se for caso disso, em resultado de um exame efetuado por um médico designado pelo Adjudicatário.

2.2.3.6. Ao período máximo de Incapacidade Temporária Parcial de trezentos e sessenta (360) dias, será sempre deduzido o período de tempo absorvido em Incapacidade temporária absoluta (1.º grau).

2.2.3.7. A Incapacidade temporária absoluta (1.º grau), converte-se em Incapacidade temporária parcial (2.º grau) em qualquer das seguintes circunstâncias:

2.2.3.7.1. Quando a Pessoa Segura que exerça profissão remunerada, embora não completamente curada, já não se encontrar absolutamente impossibilitada de atender ao seu trabalho;

2.2.3.7.2. Quando, embora subsistindo as causas que deram origem à Incapacidade temporária absoluta, tenha decorrido o prazo de cento e oitenta (180) dias.

2.2.3.8. O pagamento do subsídio diário será feito à Pessoa Segura.

2.2.4. Incapacidade Temporária por Internamento Hospitalar

2.2.4.1. O Adjudicatário garantirá em relação às Pessoas Seguras identificadas, até aos valores fixados, o pagamento de um subsídio diário por Incapacidade temporária por internamento hospitalar, resultante de acidente garantido pela Apólice.

2.2.4.2. O subsídio diário será pago à Pessoa Segura enquanto subsistir o internamento, em hospital ou clínica, por um período não superior a trezentos e sessenta (360) dias a contar da data em que a Pessoa Segura tiver sido internada.

2.2.5. Despesas de Funeral

2.2.5.1. O Adjudicatário garantirá, até aos valores fixados, o pagamento das despesas com o funeral da Pessoa Segura.

2.2.5.2. O reembolso das despesas será feito a quem demonstrar ter pago as mesmas, contra entrega da respetiva documentação comprovativa.

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

2.3. Os capitais e coberturas por pessoa segura são os que constam do quadro que se segue:

	Morte ou Invalidez Permanente	Subsídio Diário por Incapacidade Temporária	Subsídio Diário por Internamento Hospitalar	Despesas de Tratamento e Repatriamento	Despesas de Funeral
Presidente de Camara	210.000,00€	100,00€	100,00€	15.000,00€	5.000,00€
Vereadores em Regime de tempo inteiro	175.000,00€	75,00€	75,00€	10.000,00€	5.000,00€
Vereadores em Regime de Meio Tempo	175.000,00€	75,00€	75,00€	10.000,00€	5.000,00€
Vereadores em regime de não permanência	95.000,00€	75,00€	75,00€	5.000,00€	2.500,00€
Membros da Assembleia Municipal	25.000,00€	25,00€	25,00€	2.500,00€	2.500,00€

2.4. Para cumprimento do estipulado no n.º 2 do art.º 17.º da *Lei nº 29/87, de 30 de junho*, eventuais alterações salariais que venham a ocorrer durante o prazo de execução do contrato, poderão implicar a atualização dos capitais que se encontram atualmente determinados para os membros dos órgãos executivos em regime de permanência.

2.5. Caso a Entidade Adjudicante não comunique oportunamente os novos capitais, o Adjudicatário obriga-se, em caso de sinistro, a assumir os valores mínimos legalmente exigidos e, se assim o entender, emitir recibo suplementar de acerto com efeitos retroativos à data da alteração salarial.

2.6. A taxa de acerto, aplicável sobre o prémio unitário que constar na proposta apresentada pelo Adjudicatário para cada membro dos órgãos executivos em regime de permanência, não poderá, em caso algum, ser percentualmente superior à percentagem de aumento salarial que se verificou.

3. Outras Condições

3.1. Derrogando tudo o que em contrário se encontrar estipulado nas condições gerais apresentadas pelo concorrente, devem ficar garantidos, por todas as coberturas da apólice, os seguintes riscos:

3.1.1. Resultantes de cataclismos da natureza, tais como ventos ciclónicos, terramotos, maremotos e outros fenómenos análogos nos seus efeitos e ainda ação de raio;

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

3.1.2. Resultantes de greves, distúrbios laborais, alteração da ordem pública e atos e vandalismo ou de sabotagem, expeto se a pessoa segura neles for participante ativo;

3.1.3. Resultantes da utilização pela pessoa segura, durante as deslocações, de qualquer meio de transporte, incluindo veículos motorizados de duas rodas, triciclos, quadriciclos e aeronaves comerciais e particulares;

3.1.4. Garantia de todas as coberturas da apólice para as pessoas com mais de 70 anos de idade.

3.2. Derrogando o que em contrário se encontrar estipulado nas Condições Gerais apresentadas pelo concorrente, devem ficar garantidos, até ao limite indemnizatório fixado na cobertura de Despesas de Tratamento e de Repatriamento, as consequências de sinistros que se traduzam em:

3.2.1. Roturas e/ou distensões musculares, de ligamentos, articulações e/ou tendões;

3.2.2. Implantação, reparação ou substituição de próteses e/ou ortóteses, em consequência de acidente garantido pela apólice e desde que dele resultem danos corporais;

3.2.3. Despesas de transporte que se adequem à natureza da lesão, desde que o meio de transporte específico seja prescrito pelo médico assistente;

3.2.4. Reconstituição cosmética por acidente abrangido pelas condições da apólice;

3.2.5. Despesas com Estomatologia diretamente relacionadas com acidente garantido pelas coberturas da apólice;

3.3. A apólice deverá garantir os Riscos Profissionais (quando no exercício das funções ou em representações autárquicas) dos eleitos locais que substituam algum, ou alguns, dos membros da Câmara Municipal ou da Assembleia Municipal, ao abrigo do art.º 78.º da *Lei das Autarquias Locais (LAL)*, que estabelece a possibilidade de os membros dos órgãos autárquicos poderem ser substituídos nos termos do art.º 79.º da mesma lei, no caso de ausência inferior a 30 dias.

3.4. A apólice deverá igualmente garantir os Riscos Profissionais (quando no exercício das funções ou em representações autárquicas) dos eleitos locais membros das Juntas de Freguesia que substituam os respetivos Presidentes da Junta nas sessões, ordinárias ou extraordinárias, da Assembleia Municipal, nos termos e em conformidade com o disposto na alínea c), do n.º 1, do art.º 18.º do *Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL)*.

3.5. A apólice deverá garantir os Riscos Profissionais das pessoas substitutas referidas nos números anteriores, durante o período da substituição, mesmo que tal substituição não tenha sido previamente comunicada à seguradora.

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

3.6. A seguradora procederá à emissão de termo de responsabilidade, sempre que tal seja solicitado, no caso de intervenções cirúrgicas ou tratamentos que o justifiquem, na sequência de acidentes cobertos pela apólice.

3.7. Para enquadramento do número anterior, entende-se que se justifica a emissão de termo de responsabilidade por parte da seguradora quando, à data de início do tratamento, se venha a estimar que o seu custo final possa vir a ultrapassar os 500,00€.

3.8. Caso seja expressamente solicitado, a seguradora encaminhará a pessoa sinistrada para os seus serviços clínicos, assumindo diretamente, junto do seu prestador clínico, o pagamento das despesas de tratamento até ao montante fixado na cobertura.

3.8.1. Sem prejuízo de o sinistrado poder optar pela modalidade de reembolso, no caso de ser solicitada assistência clínica ao Segurador, este, salvo situações de urgência, encaminhará o sinistrado para a sua rede clínica convencionada e assumirá, sem custos para o sinistrado, todas as despesas de tratamento até ao seu completo restabelecimento ou até ao esgotamento do capital definido na cobertura "*Despesas de tratamento e repatriamento*".

4. Exclusões

4.1. São admissíveis as seguintes exclusões:

4.1.1. Ação ou omissão da Pessoa Segura quando esta apresentar uma taxa de alcoolemia superior a 0,5 gr. por litro e/ou se encontrar sob influência de estupefacientes e medicamentos fora da prescrição médica, substâncias psicotrópicas ou produtos de efeitos análogos;

4.1.2. Ações ou omissões criminosas da Pessoa Segura;

4.1.3. Ações ou omissões negligentes da Pessoa Segura, quando a negligência possa ser qualificada de grave;

4.1.4. Suicídio ou tentativa de suicídio da Pessoa Segura;

4.1.5. Atos notoriamente perigosos que não sejam justificados pelo exercício da profissão, quando o contrato garantir os riscos profissionais;

4.1.6. Apostas e desafios;

4.1.7. Ações praticadas pela Pessoa Segura sobre si própria;

4.1.8. Ações praticadas pelo Beneficiário sobre a Pessoa Segura;

4.1.9. Ações praticadas pelo Tomador do Seguro sobre a Pessoa Segura;

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

4.1.10. Ações praticadas por todos aqueles pelos quais sejam civilmente responsáveis qualquer das pessoas referidas nos três pontos anteriores sobre a Pessoa Segura;

4.1.11. Prática desportiva federada e respetivos treinos;

4.1.12. Hérnias de qualquer natureza, varizes e suas complicações;

4.1.13. Perturbações ou danos do foro psíquico, única e exclusivamente;

4.1.14. Síndroma de Imunodeficiência Adquirida (SIDA);

4.1.15. Ataque cardíaco, salvo se for causado por traumatismo físico externo à Pessoa Segura;

4.1.16. Quaisquer outras doenças quando não se prove, por diagnóstico médico inequívoco que são consequência direta do acidente garantido pelo contrato

4.1.17. Acidentes resultantes de explosão ou quaisquer outros fenómenos direta ou indiretamente relacionados com a desintegração ou fusão de núcleos de átomos, bem como os efeitos da contaminação radioativa;

4.1.18. Sempre que alguma cobertura fornecida por pela apólice implique a violação de quaisquer embargos ou sanções financeiras ou económicas emitidas pela União Europeia, pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, pelo OFAC (Office of Foreign Assets Control) ou pelo HM Treasury, desde que aplicáveis na ordem jurídica portuguesa, a cobertura será considerada nula, não produzindo quaisquer efeitos.

4.1.19. Em complemento do disposto no ponto anterior, de acordo com as normas nacionais e internacionais e com as boas práticas de negócio, ao Adjudicatário reserva-se o direito de se abster de executar qualquer operação sobre a apólice, que esteja ou que se suspeite estar relacionada com a prática dos crimes de branqueamento de capitais e/ou financiamento ao terrorismo.

5. Franquias

5.1. Sem franquias

6. Início do seguro

6.1. O seguro deverá iniciar a 01 de janeiro de 2023.

7. Forma de pagamento

7.1. O prémio terá um fracionamento anual.

8. Proposta e demais condições a apresentar pelos concorrentes

8.1. A proposta e demais condições a apresentar pelos concorrentes deverão traduzir-se em prémios comerciais por pessoa, prémios totais por pessoa, prémios comercias e prémios totais com encargos, devendo também ser apresentadas as condições gerais da apólice.

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

Cláusula 28.ª
Seguro de Acidentes Pessoais – Utentes de Instalações Desportivas, Recreativas e Culturais

1. Objeto e âmbito do seguro

1.1. Pretende-se um seguro de acidentes pessoais que garanta os utentes (quer sejam participantes em alguma atividade que aí esteja a decorrer, quer sejam assistentes) das instalações desportivas, recreativas e culturais do concelho de Alijó com base nos diplomas legais em vigor, designadamente:

1.1.1. O Regime Jurídico do Seguro Desportivo Obrigatório aprovado pelo *Decreto-Lei n.º 10/2009, de 12 de janeiro*, alterado pelo *Decreto-Lei n.º 82/2013, de 17 de junho*;

1.1.2. O regime da responsabilidade técnica pela direção e orientação das atividades desportivas desenvolvidas nas instalações desportivas que prestam serviços desportivos na área da manutenção da condição física (fitness), designadamente ginásios, academias ou clubes de saúde (healthclubs), aprovado pela *Lei n.º 39/2012, de 28 de agosto*, alterado pelo *Decreto-Lei n.º 102/2017, de 23 de agosto*;

1.1.3. O regime de instalação e funcionamento dos recintos de espetáculos e de divertimentos públicos aprovado pelo *Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de dezembro*, na versão alterada e republicada pelo *Decreto-Lei n.º 204/2012, de 21 de agosto*, e *Decreto-Lei n.º 23/2014, de 14 de fevereiro*, alterado pelo *Decreto-Lei n.º 90/2019, de 5 de julho*.

1.2. As instalações desportivas, recreativas e culturais que pretendem ter os seus utentes garantidos por este contrato são as que constam do quadro:

Equipamento	Frequência Média Instantânea de Utentes	Número médio de horas semanais de ocupação
Piscinas Municipais interiores	100 utentes	60 horas
Piscinas Municipais exteriores	300 utentes	70 horas – Funciona apenas durante o período balnear (junho, julho agosto e setembro)
Estádio Municipal Eng. Delfim Magalhães	200 utentes	30 horas

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

ALIJÓ

Pavilhão gimnodesportivo Municipal	50 utentes	45 horas
Polidesportivo de Alijó	20 utentes	21 horas
Polidesportivo da Granja	20 utentes	21 horas
Polidesportivo de Carlão	20 utentes	21 horas
Polidesportivo de Franzinhal	20 utentes	21 horas
Polidesportivo de casal de Loivos	20 utentes	21 horas
Polidesportivo de Favaios	20 utentes	21 horas
Polidesportivo de Pegarinhos	20 utentes	21 horas
Polidesportivo de Pinhão	20 utentes	21 horas
Polidesportivo de Castedo	20 utentes	21 horas
Polidesportivo de Sanfins do Douro	20 utentes	21 horas
Polidesportivo de Santa Eugénia	20 utentes	21 horas
Polidesportivo de São Mamede de Ribatua	20 utentes	21 horas
Polidesportivo de Vale de Mendiz	20 utentes	21 horas
Polidesportivo de Chã	20 utentes	21 horas
Polidesportivo de Vila Verde	20 utentes	21 horas
Polidesportivo de Vilar de Maçada	20 utentes	21 horas
Polidesportivo de Vilarinho de Cotas	20 utentes	21 horas
Ciclovia (Utentes que utilizem bicicletas disponibilizadas pela Entidade Adjudicante)	7 utentes	50 horas

1.3. Para simplificação e uniformização do preço do seguro é considerada a **Frequência Média Instantânea de utilização dos equipamentos** devendo considerar-se, para efeitos de cálculo de prémio, que são 997 (novecentos e noventa e sete) os utentes das instalações desportivas, recreativas e culturais da Entidade Adjudicante, devendo, contudo, qualquer sinistro ser

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

assumido sem aplicação de qualquer regra proporcional se, na altura em que este ocorrer, se vier a constatar que a lotação do equipamento seguro excedia a sua frequência média instantânea de utilização.

1.4. Ficam garantidos por esta apólice todos os utentes dos equipamentos, indicados no quadro, quer estejam a participar na(s) atividade(s) aí desenvolvidas quer sejam assistentes dessa(s) atividade(s) independentemente da exploração do equipamento ser, no momento do acidente, da Entidade Adjudicante, de Juntas de Freguesia ou de Associações do concelho.

2. Coberturas/Capitais por Pessoa Segura

2.1. O seguro aplica-se a qualquer acontecimento de natureza acidental, de que resulte lesão traumatológica, verificado durante a utilização das instalações desportivas, recreativas e culturais.

2.2. A apólice deverá garantir, no mínimo, as seguintes coberturas:

2.2.1. Morte ou Invalidez Permanente

2.2.1.1. Em caso de Morte da Pessoa Segura, ocorrida imediatamente ou no decurso de dois anos a contar da data do acidente, o Adjudicatário pagará aos herdeiros legais o capital seguro.

2.2.1.2. Ocorrendo a Invalidez permanente da Pessoa Segura, clinicamente constatada e fixada através de relatório médico no decurso de dois anos a contar da data do acidente garantido pela apólice, o Adjudicatário pagará o montante correspondente à aplicação da percentagem de desvalorização sofrida pela pessoa segura, ao capital seguro.

2.2.1.3. Se a desvalorização ou a soma desvalorizações for superior a 66%, o valor da indemnização corresponderá ao montante total do capital seguro para a presente garantia;

2.2.1.4. O capital seguro não é cumulável para os riscos de Morte e de Invalidez permanente pelo que, se a Pessoa Segura falecer em consequência de acidente, e esse falecimento ocorrer no prazo de dois anos a contar do acidente, ao capital por Morte será abatido o capital por Invalidez Permanente que eventualmente tenha sido atribuído ou pago relativamente ao mesmo acidente.

2.2.2. Despesas de Tratamento e Repatriamento

2.2.2.1. O Adjudicatário garantirá em relação às Pessoas Seguras identificadas, nos termos a seguir previstos e até ao valor acima fixado, o reembolso das despesas

2022,INT,1,GO,1063528-11-2022

necessárias para o tratamento das lesões sofridas em consequência de acidentes garantidos pela apólice, bem como das despesas extraordinárias de repatriamento em transporte clinicamente aconselhado em função das referidas lesões

2.2.2.1.1. Por Despesas de Tratamento entendem-se as relativas a honorários médicos e internamento hospitalar, incluindo a assistência medicamentosa e de enfermagem, que forem necessárias em consequência do acidente;

2.2.2.1.2. No caso de ser necessário tratamento clínico regular, e durante todo o período do mesmo, consideram-se também incluídas as despesas de deslocação ao médico, hospital, clínica ou posto de enfermagem, desde que o meio de transporte utilizado seja adequado à gravidade da lesão;

2.2.2.1.3. Por despesas de repatriamento entendem-se as relativas ao transporte clinicamente aconselhado;

2.2.2.2. O reembolso das despesas acima garantidas será feito a quem as demonstrar ter pago, contra entrega da respetiva documentação comprovativa.

2.2.3. Despesas de funeral

2.2.3.1. O adjudicatário garantirá, até aos valores fixados nas Condições Particulares, o pagamento das despesas com o funeral da Pessoa Segura;

2.2.3.2. O reembolso das despesas acima garantidas será feito a quem demonstrar ter pago as mesmas, contra entrega da respetiva documentação comprovativa.

2.3. Os montantes de capital a segurar, por pessoa (quer seja participante em atividade desenvolvida nas instalações, quer seja assistente dessa atividade), são os seguintes:

	Morte ou Invalidez Permanente	Despesas de Tratamento e Repatriamento	Despesas de Funeral
Qualquer Utente (Participante em atividade ou assistente)	30.000,00€	5.000,00€	2.500,00€

2.4. Os montantes indicados no número anterior não poderão ser inferiores aos praticados no âmbito do seguro desportivo obrigatório previstos no art.º 16.º do *Decreto-Lei nº 10/2009, de 12 de janeiro*, na redação atual.

2.5. Este contrato não poderá ter capitais inferiores aos praticados no âmbito do seguro desportivo, ficando a seguradora obrigada a atualizar automaticamente os capitais e coberturas de acordo com os mínimos legais sempre que estes forem alterados.

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

2.6. Sempre que a seguradora atualize os capitais da apólice nos termos do número ponto, não são admissíveis atualizações do prémio inicialmente aplicado à apólice, percentualmente superiores à atualização dos capitais.

3. Outras condições

3.1. Derrogando tudo o que em contrário se encontrar estipulado nas Condições Gerais apresentadas pelo concorrente, o seguro deverá garantir, até ao limite indemnizatório fixado para a cobertura de Despesas de Tratamento e de Repatriamento, as consequências de sinistros que se traduzam em:

3.1.1. Lumbagos, roturas e ou distensões musculares, de ligamentos, articulações e/ou tendões;

3.1.2. Implantação, reparação ou substituição de próteses e/ou ortóteses, em consequência de acidente garantido pela apólice e desde que dele resultem danos corporais;

3.1.3. Despesas com Estomatologia diretamente relacionadas com acidente garantido pelas coberturas da apólice;

3.1.4. Reconstituição cosmética por acidente garantido pela apólice;

3.1.5. Despesas de transporte que se adequem à natureza da lesão, desde que o meio de transporte específico seja prescrito pelo médico assistente.

3.2. Ficam garantidas por todas as coberturas da apólice as pessoas com mais de 70 anos de idade.

3.3. De acordo com o n.º 3 e o n.º 4 do art.º 14º do *Regime Jurídico do Contrato de Seguro* aprovado em anexo ao *Decreto-Lei n.º 72/2008, de 16 de abril*, alterado pela *Lei n.º 147/2015, de 09 de setembro*, e pela *Lei n.º 75/2021, de 18 de novembro* aplicam-se aos menores de 14 anos todas as coberturas e capitais contratados.

3.4. Caso seja expressamente solicitado, a seguradora encaminhará a pessoa sinistrada para os seus serviços clínicos, assumindo diretamente, junto do seu prestador clínico, o pagamento das despesas de tratamento até ao montante fixado na cobertura.

3.4.1. Sem prejuízo de o sinistrado poder optar pela modalidade de reembolso, no caso de ser solicitada assistência clínica ao Segurador, este, salvo situações de urgência, encaminhará o sinistrado para a sua rede clínica convencionada e assumirá, sem custos para o sinistrado, todas as despesas de tratamento até ao seu completo restabelecimento ou até ao esgotamento do capital definido na cobertura "*Despesas de tratamento e repatriamento*".

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

3.5. A seguradora procederá à emissão de termos de responsabilidade, sempre que tal seja solicitado, no caso de intervenções cirúrgicas ou tratamentos que o justifiquem, na sequência de acidentes cobertos pela apólice.

3.6. Para enquadramento do número anterior, entende-se que se justifica a emissão de termo de responsabilidade por parte da seguradora, quando, à data de início do tratamento, se venha a estimar que o seu custo final possa vir a ultrapassar os 500,00€.

3.7. Caso o utente já esteja abrangido por contrato de seguro que cubra os riscos de acidentes pessoais deve o mesmo declarar a assunção de tais responsabilidades.

4. Exclusões

4.1. Admite-se que sejam aplicadas ao contrato as seguintes exclusões:

4.1.1. Inobservância das disposições preventivas das leis e regulamentos em geral, e em especial, os relativos à prática das diversas atividades desportivas, culturais ou recreativas;

4.1.2. Quando nas instalações estejam a ser praticadas atividades desportivas federadas ou durante os respetivos treinos para essas atividades desportivas federadas;

4.1.3. Ação ou omissão da Pessoa Segura sob o efeito do álcool ou bebida alcoólica que determine grau de alcoolémia superior a 0,5 gramas por litro e/ou uso de estupefacientes fora da prescrição médica, ou quando incapaz de controlar os seus atos;

4.1.4. Ações ou omissões criminosas da Pessoa Segura;

4.1.5. Ações ou omissões negligentes da Pessoa Segura, quando a negligência possa ser qualificada de grave;

4.1.6. Suicídio ou tentativa de suicídio;

4.1.7. Ações praticadas pela Pessoa Segura sobre si própria;

4.1.8. Ações praticadas pelo Beneficiário sobre a Pessoa Segura;

4.1.9. Ações praticadas pela Entidade Adjudicante sobre a Pessoa Segura;

4.1.10. Ações praticadas por todos aqueles pelos quais sejam civilmente responsáveis quaisquer das pessoas referidas nos três pontos anteriores sobre a Pessoa Segura;

4.1.11. Pilotagem de aeronaves;

4.1.12. Hérnias de qualquer natureza, varizes e suas complicações;

4.1.13. Perturbações ou danos do foro psíquico, única e exclusivamente;

4.1.14. Síndroma de Imunodeficiência Adquirida (S.I.D.A.);

4.1.15. Ataque cardíaco, salvo se for causado por traumatismo físico externo à Pessoa Segura;

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

4.1.16. Quaisquer outras doenças quando não se provem, por diagnóstico médico inequívoco que são consequência direta de acidente garantido pelo contrato;

4.1.17. Cataclismos da natureza, tais como ventos ciclónicos, terramotos, maremotos, e outros fenómenos análogos nos seus efeitos e ainda ação de queda de raio;

4.1.18. Guerra, declarada ou não, invasão, atos de inimigos estrangeiros, rebelião, revolução, insurreição, greves, "lock-outs", distúrbios laborais, tumultos, alterações da ordem pública, atos de vandalismo, execução de lei marcial, usurpação de poder civil ou militar e atos de terrorismo, tal como se encontram tipificados na legislação penal;

4.1.19. Acidentes resultantes de explosão ou quaisquer outros fenómenos direta ou indiretamente relacionados com a desintegração ou fusão de núcleos de átomos, bem como os efeitos da contaminação radioativa;

1.1.1. Sempre que a cobertura fornecida por esta apólice implique a violação de quaisquer embargos ou sanções financeiras ou económicas emitidas pela União Europeia, pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, pelo OFAC (Office of Foreign Assets Control) ou pelo HM Treasury, desde que aplicáveis na ordem jurídica portuguesa, a cobertura será considerada nula, não produzindo quaisquer efeitos;

1.1.1. Em complemento do disposto no ponto anterior, de acordo com as normas nacionais e internacionais e com as boas práticas de negócio, o Adjudicatário reserva-se o direito de se abster de executar qualquer operação sobre a apólice, que esteja ou que se suspeite estar relacionada com a prática dos crimes de branqueamento de capitais e/ou financiamento ao terrorismo

5. Franquias

5.1. Sem franquias.

6. Início do seguro

6.1. O seguro deverá iniciar a 01 de janeiro de 2023.

7. Forma de pagamento

7.1. A apólice terá um fracionamento anual.

8. Proposta e demais condições a apresentar pelos concorrentes

8.1. A proposta a apresentar pelos concorrentes deverá traduzir-se em prémios comerciais por pessoa, prémios totais por pessoa, prémios comerciais e prémios totais com encargos, devendo também ser apresentadas as condições gerais da apólice.

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

ALIJO

Cláusula 29.ª
Seguro de Acidentes Pessoais – Atividades Desportivas, Culturais e Recreativas de natureza eventual e temporária

1. Objeto e âmbito do seguro
   1.1. Pretende-se um seguro de acidentes pessoais que garanta os participantes e/ou assistentes de atividades desportivas amadoras, recreativas ou culturais desenvolvidas no âmbito de eventos de natureza temporária e eventual ou periodicamente organizados pela Entidade Adjudicante, com base nos diplomas legais em vigor, designadamente:
      1.1.1. O Regime Jurídico do Seguro Desportivo Obrigatório aprovado pelo *Decreto-Lei n.º 10/2009, de 12 de janeiro*, alterado pelo *Decreto-Lei n.º 82/2013, de 17 de junho*;
      1.1.2. O regime da responsabilidade técnica pela direção e orientação das atividades desportivas desenvolvidas nas instalações desportivas que prestam serviços desportivos na área da manutenção da condição física (fitness), designadamente ginásios, academias ou clubes de saúde (healthclubs), aprovado pela *Lei n.º 39/2012, de 28 de agosto*, alterado pelo *Decreto-Lei n.º 102/2017, de 23 de agosto*;
      1.1.3. O regime de instalação e funcionamento dos recintos de espetáculos e de divertimentos públicos aprovado pelo *Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de dezembro*, na versão alterada e republicada pelo *Decreto-Lei n.º 204/2012, de 21 de agosto*, e *Decreto-Lei n.º 23/2014, de 14 de fevereiro*, alterado pelo *Decreto-Lei n.º 90/2019, de 5 de julho.*
      1.1.4. O regulamento do Programa Férias Desportivas, aprovado pela *Portaria nº 745-L/96, de 18 de dezembro*.
   1.2. A apólice deve garantir a prática de desporto não federado, a atividade cultural e a atividade recreativa em representação ou sob organização da Entidade Adjudicante (quer seja em competição, treino, estágio, preparação, ensaio ou atuação);
   1.3. O contrato deve garantir:
      1.3.1. Todos os intervenientes (atletas, árbitros, treinadores, participantes, organizadores ou assistentes) nos projetos ou iniciativas desportivas, culturais e de recreio promovidas pela Entidade Adjudicante, tais como Férias Desportivas, Jogos Desportivos, Circuitos Municipais de Escolas de Natação, Jogos Municipais sem Fronteiras, Jogos da Amizade, Futebol, Futsal, Atletismo, Andebol, Basquetebol, Boccia, Natação, Ténis de Mesa, Cicloturismo, BTT, Caminhadas, Ginástica de manutenção, Hidroginástica, Festas

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

populares, Espetáculos e arraias, Passeios organizados pela autarquia, Crianças que frequentem atividades ocupacionais e de tempos livres (ATL), etc.

1.3.2. Os acidentes que possam ocorrer durante as atividades desportivas, recreativas ou culturais, promovidas pela Entidade Adjudicante, que sejam realizadas em território estrangeiro;

1.3.3. As consequências de acidente emergido de deslocações para participar nos eventos, desde que efetuadas em grupo e em veículo(s) da Entidade Adjudicante ou a esta cedido(s) ou alugado(s);

1.3.4. Tanto os participantes nas atividades como os assistentes dos eventos de carácter desportivo, cultural e de recreio organizados ou promovidos pela Entidade Adjudicante.

1.4. O número anual estimado de participantes em iniciativas desportivas, recreativas e culturais promovidas pela Entidade Adjudicante é de 7.500 (sete mil e quinhentas) pessoas, devendo ser essa a quantidade considerada para o cálculo do preço deste ramo.

2. Capitais e coberturas

2.1. O presente seguro aplica-se a qualquer acontecimento de natureza acidental, de que resulte lesão traumatológica, verificado durante a participação em atividades desportivas, recreativas e culturais promovidas pela Entidade Adjudicante.

2.2. A apólice deverá garantir, no mínimo, as seguintes coberturas:

2.2.1. Morte ou Invalidez Permanente

2.2.1.1. Em caso de Morte da Pessoa Segura, ocorrida imediatamente ou no decurso de dois anos a contar da data do acidente, o Adjudicatário pagará aos herdeiros legais o capital seguro.

2.2.1.2. Ocorrendo a Invalidez permanente da Pessoa Segura, clinicamente constatada e fixada através de relatório médico no decurso de dois anos a contar da data do acidente garantido pela apólice, o Adjudicatário pagará o montante correspondente à aplicação da percentagem de desvalorização sofrida pela pessoa segura, ao capital seguro.

2.2.1.3. Se a desvalorização ou a soma desvalorizações for superior a 66%, o valor da indemnização corresponderá ao montante total do capital seguro para a presente garantia;

2.2.1.4. O capital seguro não é cumulável para os riscos de Morte e de Invalidez permanente pelo que, se a Pessoa Segura falecer em consequência de acidente, e

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

esse falecimento ocorrer no prazo de dois anos a contar do acidente, ao capital por Morte será abatido o capital por Invalidez Permanente que eventualmente tenha sido atribuído ou pago relativamente ao mesmo acidente.

2.2.2. Despesas de Tratamento e Repatriamento

2.2.2.1. O Adjudicatário garantirá em relação às Pessoas Seguras identificadas, nos termos a seguir previstos e até ao valor acima fixado, o reembolso das despesas necessárias para o tratamento das lesões sofridas em consequência de acidentes garantidos pela apólice, bem como das despesas extraordinárias de repatriamento em transporte clinicamente aconselhado em função das referidas lesões

2.2.2.1.1. Por Despesas de Tratamento entendem-se as relativas a honorários médicos e internamento hospitalar, incluindo a assistência medicamentosa e de enfermagem, que forem necessárias em consequência do acidente;

2.2.2.1.2. No caso de ser necessário tratamento clínico regular, e durante todo o período do mesmo, consideram-se também incluídas as despesas de deslocação ao médico, hospital, clínica ou posto de enfermagem, desde que o meio de transporte utilizado seja adequado à gravidade da lesão;

2.2.2.1.3. Por despesas de repatriamento entendem-se as relativas ao transporte clinicamente aconselhado;

2.2.2.2. O reembolso das despesas acima garantidas será feito a quem as demonstrar ter pago, contra entrega da respetiva documentação comprovativa.

2.2.3. Despesas de funeral:

2.2.3.1. O adjudicatário garantirá, até aos valores fixados nas Condições Particulares, o pagamento das despesas com o funeral da Pessoa Segura.

2.2.3.2. O reembolso das despesas acima garantidas será feito a quem as demonstrar ter pago, contra entrega da respetiva documentação comprovativa.

2.3. Os montantes de capital a segurar, por pessoa (quer seja participante na atividade, quer seja assistente dessa atividade), são os seguintes:

	Morte ou Invalidez Permanente	Despesas de Tratamento e Repatriamento	Despesas de Funeral
Qualquer Participante na atividade ou assistente	30.000,00€	5.000,00€	2.500,00€

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

2.4. Os montantes indicados no número anterior não poderão ser inferiores aos praticados no âmbito do seguro desportivo obrigatório previstos no art.º 16.º do *Decreto-Lei nº 10/2009, de 12 de janeiro*, na redação atual.

2.5. Este contrato não poderá ter capitais inferiores aos praticados no âmbito do seguro desportivo, ficando a seguradora obrigada a atualizar automaticamente os capitais e coberturas de acordo com os mínimos legais sempre que estes forem alterados.

2.6. Sempre que a seguradora atualize os capitais da apólice nos termos do número anterior, não são admissíveis atualizações do prémio inicialmente aplicado à apólice, percentualmente superiores à atualização dos capitais.

3. Outras condições

3.1. Derrogando tudo o que em contrário se encontrar estipulado nas Condições Gerais apresentadas pelo concorrente, o seguro deverá garantir, até ao limite indemnizatório fixado para a cobertura de Despesas de Tratamento e de Repatriamento, as consequências de sinistros que se traduzam em:

3.1.1. Lumbagos, roturas e ou distensões musculares, de ligamentos, articulações e/ou tendões;

3.1.2. Implantação, reparação ou substituição de próteses e/ou ortóteses, em consequência de acidente garantido pela apólice e desde que dele resultem danos corporais;

3.1.3. Despesas com Estomatologia diretamente relacionadas com acidente garantido pelas coberturas da apólice;

3.1.4. Reconstituição cosmética por acidente garantido pela apólice;

3.1.5. Despesas de transporte que se adequem à natureza da lesão, desde que o meio de transporte específico seja prescrito pelo médico assistente.

3.2. Ficam garantidas por todas as coberturas da apólice as pessoas com mais de 70 anos de idade.

3.3. De acordo com o n.º 3 e o n.º 4 do art.º 14º do *Regime Jurídico do Contrato de Seguro* aprovado em anexo ao *Decreto-Lei n.º 72/2008, de 16 de abril*, alterado pela *Lei n.º 147/2015, de 09 de setembro*, e pela *Lei n.º 75/2021, de 18 de novembro*, aplicam-se aos menores de 14 anos todas as coberturas e capitais contratados.

3.4. Caso seja expressamente solicitado, a seguradora encaminhará a pessoa sinistrada para os seus serviços clínicos, assumindo diretamente, junto do seu prestador clínico, o pagamento das despesas de tratamento até ao montante fixado na cobertura.

3.4.1. Sem prejuízo de o sinistrado poder optar pela modalidade de reembolso, no caso de ser solicitada assistência clínica ao Segurador, este, salvo situações de urgência, encaminhará

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

o sinistrado para a sua rede clínica convencionada e assumirá, sem custos para o sinistrado, todas as despesas de tratamento até ao seu completo restabelecimento ou até ao esgotamento do capital definido na cobertura *"Despesas de tratamento e repatriamento"*.

3.5. A seguradora procederá à emissão de termos de responsabilidade, sempre que tal seja solicitado, no caso de intervenções cirúrgicas ou tratamentos que o justifiquem, na sequência de acidentes cobertos pela apólice.

3.6. Para enquadramento do número anterior, entende-se que se justifica a emissão de termo de responsabilidade por parte da seguradora, quando, à data de início do tratamento, se venha a estimar que o seu custo final possa vir a ultrapassar os 500,00€.

3.7. Caso o utente já esteja abrangido por contrato de seguro que cubra os riscos de acidentes pessoais deve o mesmo declarar a assunção de tais responsabilidades.

4. Exclusões

4.1. Admite-se que sejam aplicadas ao contrato as seguintes exclusões:

4.1.1. Inobservância das disposições preventivas das leis e regulamentos em geral, e em especial, os relativos à prática das diversas atividades desportivas, culturais ou recreativas;

4.1.2. Pratica de atividades desportivas federadas e os respetivos treinos para essas atividades desportivas federadas;

4.1.3. Ação ou omissão da Pessoa Segura sob o efeito do álcool ou bebida alcoólica que determine grau de alcoolémia superior a 0,5 gramas por litro e/ou uso de estupefacientes fora da prescrição médica, ou quando incapaz de controlar os seus atos;

4.1.4. Ações ou omissões criminosas da Pessoa Segura;

4.1.5. Ações ou omissões negligentes da Pessoa Segura, quando a negligência possa ser qualificada de grave;

4.1.6. Suicídio ou tentativa de suicídio;

4.1.7. Ações praticadas pela Pessoa Segura sobre si própria;

4.1.8. Ações praticadas pelo Beneficiário sobre a Pessoa Segura;

4.1.9. Ações praticadas pela Entidade Adjudicante sobre a Pessoa Segura;

4.1.10. Ações praticadas por todos aqueles pelos quais sejam civilmente responsáveis quaisquer das pessoas referidas nos três pontos anteriores sobre a Pessoa Segura;

4.1.11. Pilotagem de aeronaves;

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

4.1.12. Hérnias de qualquer natureza, varizes e suas complicações;

4.1.13. Perturbações ou danos do foro psíquico, única e exclusivamente;

4.1.14. Síndroma de Imunodeficiência Adquirida (S.I.D.A.);

4.1.15. Ataque cardíaco, salvo se for causado por traumatismo físico externo à Pessoa Segura;

4.1.16. Quaisquer outras doenças quando não se provem, por diagnóstico médico inequívoco que são consequência direta de acidente garantido pelo contrato

4.1.17. Cataclismos da natureza, tais como ventos ciclónicos, terramotos, maremotos, e outros fenómenos análogos nos seus efeitos e ainda ação de queda de raio;

4.1.18. Guerra, declarada ou não, invasão, atos de inimigos estrangeiros, rebelião, revolução, insurreição, greves, "lock-outs", distúrbios laborais, tumultos, alterações da ordem pública, atos de vandalismo, execução de lei marcial, usurpação de poder civil ou militar e atos de terrorismo, tal como se encontram tipificados na legislação penal;

4.1.19. Acidentes resultantes de explosão ou quaisquer outros fenómenos direta ou indiretamente relacionados com a desintegração ou fusão de núcleos de átomos, bem como os efeitos da contaminação radioativa;

4.1.20. Sempre que a cobertura fornecida por esta apólice implique a Violação de quaisquer embargos ou sanções financeiras ou económicas emitidas pela União Europeia, pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, pelo OFAC (Office of Foreign Assets Control) ou pelo HM Treasury, desde que aplicáveis na ordem jurídica portuguesa, a cobertura será considerada nula, não produzindo quaisquer efeitos.

1.1.2. Em complemento do disposto no ponto anterior, de acordo com as normas nacionais e internacionais e com as boas práticas de negócio, o Adjudicatário reserva-se o direito de se abster de executar qualquer operação sobre a apólice, que esteja ou que se suspeite estar relacionada com a prática dos crimes de branqueamento de capitais e/ou financiamento ao terrorismo

5. Funcionamento da apólice

5.1. A apólice será aberta e, dependendo do carater da atividade a realizar, garantirá as pessoas que constarem das listagens a enviar ao adjudicatário, ou garantirá qualquer participante sem necessidade de comunicação prévia nem do envio de listagens.

5.2. A seguradora emite inicialmente um prémio provisional inestornável correspondente ao número de participantes estimados e, no vencimento da apólice ou aquando da resolução

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

antecipada do contrato, se assim o entender, emitirá um recibo de prémio suplementar, no caso de terem sido comunicadas outras atividades não previstas neste Caderno de Encargos.

6. Franquias

6.1. Sem franquias.

7. Início do seguro

7.1. O seguro deverá iniciar a 01 de janeiro de 2023.

8. Forma de pagamento

8.1. A apólice terá um fracionamento anual.

9. Proposta e demais condições a apresentar pelos concorrentes

9.1. A proposta a apresentar pelos concorrentes deverá traduzir-se em prémios comerciais por pessoa, prémios totais por pessoa, prémios comerciais e prémios totais com encargos, devendo também ser apresentadas as condições gerais da apólice.

10. Informação complementar

10.1. Embora possam vir a ser promovidas outras atividades não mencionadas neste ponto, e que serão comunicadas antes da realização do evento, a Entidade Adjudicante prevê organizar anualmente as seguintes atividades de carater desportivo, recreativo e cultural, que deverão ficar garantidas pelas coberturas da apólice sem necessidade de qualquer comunicação prévia e sem necessidade do envio de qualquer listagem com a identificação dos participantes:

10.1.1. Feira dos Vinhos e Sabores dos Altos

10.1.1.1. Descrição do evento – Feira dos Vinhos e Sabores dos Altos" tem como objetivo primordial a promoção e visibilidade dos produtos endógenos. Trata-se de um evento aberto, destinado a consumidores, público interessado, mas também profissionais, focado nos produtores, nos vinhos e produtos endógenos do Planalto de Alijó

10.1.1.2. Duração – 3 dias

10.1.1.3. Estimativa de participantes – 1.000 participantes (além dos visitantes, inclui 35 expositores).

10.1.2. Festival do Moscatel Douro

10.1.2.1. Descrição do evento – Trata-se de um evento aberto, destinado ao consumidor final/público, focado no vinho moscatel, produtos endógenos com particular

2022,INT,1,GO,1063528-11-2022

relevância para o Pão e Favaios e gastronomia/pratos tradicionais, permitindo a degustação da gastronomia/pratos tradicionais da região;

10.1.2.2. Duração – 3 dias;

10.1.2.3. Estimativa de participantes – 1.400 (além dos visitantes, inclui 30 expositores).

10.1.3. Alicaça

10.1.3.1. Descrição do evento – Evento anual que se pretende afirmar como um destino turístico de caça, através da apresentação de um programa recheado de atividades de caça de cariz desportivo, que se julga ser do interesse dos apreciadores do setor. O evento pretende proporcionar ao caçador e a todos os aficionados do setor a prática e/ou contacto com atividades/provas de caça que vão desde a "Prova de Sto Huberto" a contar para o campeonato regional, Prova de Trabalho de Cão Coelheiro, Batida de Perdizes, passando por um concurso de beleza de cães de caça, uma passagem de modelos de "Moda de Caça" entre outas atividades;

10.1.3.2. Duração – 2 dias;

10.1.3.3. Estimativa de participantes – 1.000 participantes (além dos visitantes, inclui 200 participantes no evento).

10.1.4. Festejos de Natal

10.1.4.1. Descrição do evento – Este evento tem como objetivo dinamizar e valorizar o comércio tradicional, tornando-o mais atrativo durante a quadra natalícia, apelando ao consumo no comércio local;

10.1.4.2. Duração – 28 dias (de 8 de dezembro a 6 de janeiro);

10.1.4.3. Estimativa de participantes – 1.000 participantes (além dos visitantes, inclui 30 expositores).

10.1.5. Dia da Criança

10.1.5.1. Descrição do evento – Evento de carácter educativo, lúdico, artístico e que incluí divertimentos diversos, direcionados essencialmente para crianças do pré-escolar e 1.º CEB do concelho;

10.1.5.2. Duração – 1 dia;

10.1.5.3. Estimativa de Participantes – 150 participantes (as crianças que participam no evento estarão garantidas através do seguro escolar);

10.1.6. Semana Desportiva

2022,INT,1,GO,1063528-11-2022

10.1.6.1. Descrição do evento – Evento que inclui atividades de carácter desportivo direcionado para crianças e jovens;

10.1.6.1.1. Duração – 5 dias;

10.1.6.1.2. Estimativa de Participantes – 250 participantes (50 participantes/dia).

10.1.7. Encontros desportivos

10.1.7.1. Evento que inclui atividades de carácter desportivo direcionado para crianças e jovens;

10.1.7.1.1. Duração – 1 dia;

10.1.7.1.2. Estimativa de participantes – 100 participantes.

10.1.8. Quintas à noite

10.1.8.1. Evento que incluí espetáculos musicais e culturais direcionado para o público em geral

10.1.8.1.1. Duração – 4 dias;

10.1.8.1.2. Estimativa de participantes – 400 participantes (100 participantes/dia);

10.1.9. Sons no Parque

10.1.9.1. Evento que incluí essencialmente espetáculos musicais, direcionado para o público em geral

10.1.9.1.1. Duração – 2 dias;

10.1.9.1.2. Estimativa de participantes – 500 participantes;

10.1.10. Festa do Livro

10.1.10.1. Evento de carácter cultural, lúdico e de promoção do livro e da leitura, direcionado para o público em geral, comunidade escolar e IPSS's, do concelho;

10.1.10.1.1. Duração – 5 dias;

10.1.10.1.2. Estimativa de participantes – 1.000 participantes (250 participantes/dia)

10.1.11. Comemorações do 25 de abril

10.1.11.1. Descrição da atividade - Evento que inclui cerimónia protocolar e outras de carácter cultural e artístico, direcionado para público em geral;

10.1.11.1.1. Duração: 1 dia

10.1.11.1.2. Estimativa de participantes – 200 participantes

10.1.12. Dia do Município

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

10.1.12.1. Descrição da atividade – Evento que inclui atividades de carácter cultural, gastronómico e artístico direcionado para o público em geral;

10.1.12.1.1. Duração: 1 dia

10.1.12.1.2. Estimativa de participantes – 500 participantes

Cláusula 30.ª
Seguro de Acidentes Pessoais – Campos de Férias

1. Objeto e âmbito do seguro

1.1. Pretende-se garantir, através de apólices temporárias de Acidentes Pessoais, os participantes nas atividades promovidas pela Entidade Adjudicante que sejam enquadráveis no exigido pelo *Decreto-Lei nº 32/2011, de 7 de março*, que regula o *Acesso e Exercício da Atividade de Organização de Campos de Férias*.

1.2. Todos os participantes nessas atividades deverão ficar abrangidos pelas coberturas e pelos capitais mínimos exigidos pela *Portaria n.º 629/2004, de 12 de junho*, que estipula:

1.2.1. Morte ou Invalidez Permanente: 80 vezes o salário mínimo mensal mais elevado

1.2.1.1. Em caso de Morte da Pessoa Segura, ocorrida imediatamente ou no decurso de dois anos a contar da data do acidente, o Adjudicatário pagará aos herdeiros legais o capital seguro;

1.2.1.2. Ocorrendo a Invalidez permanente da Pessoa Segura, clinicamente constatada e fixada através de relatório médico no decurso de dois anos a contar da data do acidente garantido pela apólice, o Adjudicatário pagará o montante correspondente à aplicação da percentagem de desvalorização sofrida pela pessoa segura, ao capital seguro;

1.2.1.3. Se a desvalorização ou a soma desvalorizações for superior a 66%, o valor da indemnização corresponderá ao montante total do capital seguro para a presente garantia;

1.2.1.4. O capital seguro não é cumulável para os riscos de Morte e de Invalidez permanente pelo que, se a Pessoa Segura falecer em consequência de acidente, e esse falecimento ocorrer no prazo de dois anos a contar do acidente, ao capital por Morte será abatido o capital por Invalidez Permanente que eventualmente tenha sido atribuído ou pago relativamente ao mesmo acidente.

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

ALIJO

1.2.2. Despesas de Tratamento: 10 vezes o salário mínimo mensal mais elevado

1.2.2.1. O Adjudicatário garantirá em relação às Pessoas Seguras identificadas, nos termos a seguir previstos e até ao valor acima fixado, o reembolso das despesas necessárias para o tratamento das lesões sofridas em consequência de acidentes garantidos pela Apólice:

1.2.2.1.1. O Segurador garante, até ao limite definido, o pagamento das despesas efetuadas e devidamente comprovadas, resultantes de tratamento médico e cirúrgico, incluindo assistência medicamentosa e internamento hospitalar, que forem necessários em consequência de acidente sofrido pelas Pessoas Seguras;

1.2.2.1.2. Esta garantia inclui igualmente as despesas de tratamento resultantes de intoxicações alimentares sofridas pelas Pessoas Seguras em consequência da ingestão de bebidas ou alimentos fornecidos pelo Segurado ou sob a sua responsabilidade;

1.2.2.1.3. As despesas do primeiro transporte da pessoa acidentada para o seu domicílio, hospital ou outro local onde lhe deva ser prestada assistência médica, bem como as despesas correspondentes à implantação de uma prótese por anuidade, ficam cobertas por esta garantia;

1.2.2.1.4. No caso de ser necessário tratamento clínico regular, e durante todo o período do mesmo, consideram-se também incluídas as despesas de deslocação ao médico, hospital, clínica ou posto de enfermagem, desde que o meio de transporte utilizado seja adequado à gravidade da lesão;

1.2.2.1.5. O reembolso das Despesas de Tratamento será pago a quem demonstrar tê-las realizado, contraentrega de documento comprovativo.

1.2.3. Despesas com Substituição de Próteses e Ortóteses: 7,5 vezes do valor das despesas de tratamento

1.2.3.1. O Adjudicatário garantirá, em relação às Pessoas Seguras identificadas e até aos valores fixados para esta cobertura, o reembolso das despesas necessárias à substituição e/ou reparação de próteses e ortóteses de que a Pessoa segura seja portadora, e que fiquem danificadas em consequência de acidentes garantidos pela Apólice.

1.2.4. Despesas de funeral: 8 vezes o Salário Mínimo Nacional mais elevado

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

1.2.4.1. O adjudicatário garantirá, até aos valores fixados para esta cobertura, o pagamento das despesas com o funeral da Pessoa Segura;

1.2.4.2. O reembolso das despesas acima garantidas será feito a quem as demonstrar ter pago, contra entrega da respetiva documentação comprovativa.

2. Outras Condições

2.1. Derrogando tudo aquilo que em contrário constar das Condições Gerais entregues pelo concorrente, o seguro deverá garantir, até ao limite indemnizatório estipulado para a cobertura de Despesas de Tratamento, as consequências de sinistros que se traduzam em:

2.1.1. Lumbagos, roturas e/ou distensões musculares, de ligamentos, articulações e/ou tendões;

2.1.2. Reconstituição cosmética por acidente causado ao abrigo das condições da apólice;

2.1.3. Despesas de transporte que se adequem à natureza da lesão, desde que o meio de transporte específico seja prescrito pelo médico assistente;

2.1.4. Lesões corporais, incluindo a morte, resultante de insolação ou afogamento.

2.2. De acordo com o n.º 3 e o n.º 4 do art.º 14.º do *Regime Jurídico do Contrato de Seguro* aprovado em anexo ao *Decreto-Lei n.º 72/2008, de 16 de abril*, alterado pela *Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro*, aplicam-se aos menores de 14 anos todas as coberturas e capitais contratados.

2.3. Caso seja expressamente solicitado, a seguradora encaminhará a pessoa sinistrada para os seus serviços clínicos, assumindo diretamente, junto do seu prestador clínico, o pagamento das despesas de tratamento até ao montante fixado na cobertura.

2.3.1. Sem prejuízo de o sinistrado poder optar pela modalidade de reembolso, no caso de ser solicitada assistência clínica ao Segurador, este, salvo situações de urgência, encaminhará o sinistrado para a sua rede clínica convencionada e assumirá, sem custos para o sinistrado, todas as despesas de tratamento até ao seu completo restabelecimento ou até ao esgotamento do capital definido na cobertura "*Despesas de tratamento e repatriamento*".

2.4. A seguradora procederá à emissão de termo de responsabilidade, sempre que tal seja solicitado, no caso de intervenções cirúrgicas ou tratamentos que o justifiquem, na sequência de acidentes cobertos pela apólice.

2.5. Para enquadramento do número anterior, entende-se que se justifica a emissão de termo de responsabilidade por parte da seguradora quando, à data de início do tratamento, se venha a estimar que o seu custo final possa vir a ultrapassar os 500,00€.

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

ALIJO

3. Exclusões

3.1. São admissíveis as seguintes exclusões:

3.1.1. Ação ou omissão da Pessoa Segura quando esta apresentar uma taxa de alcoolemia superior a 0,5 gr. por litro e/ou se encontrar sob influência de estupefacientes e medicamentos fora da prescrição médica, substâncias psicotrópicas ou produtos de efeitos análogos;

3.1.2. Suicídio ou tentativa de suicídio da Pessoa Segura, assim como de acidente que decorra de ações praticadas pela Pessoa Segura sobre si própria;

3.1.3. Qualquer situação do foro patológico, como acidentes vasculares cerebrais e acidentes cardiovasculares;

3.1.4. Prática de atos criminosos por parte da Pessoa Segura;

3.1.5. Cataclismos da natureza, tais como ventos ciclónicos, terramotos, maremotos, e outros fenómenos análogos nos seus efeitos e ainda ação de queda de raio;

3.1.6. Greves, distúrbios laborais, tumultos e/ou alteração de ordem pública, atos de terrorismo e sabotagem, insurreição, revolução, guerra civil, invasão e guerra contra país estrangeiro (declarada ou não) e hostilidades entre nações estrangeiras (quer haja ou não declaração de guerra) ou atos bélicos provenientes direta ou indiretamente dessas hostilidades;

3.1.7. Explosão ou quaisquer outros fenómenos direta ou indiretamente relacionados com a desintegração ou fusão de núcleos de átomos, bem como os efeitos da contaminação radioativa;

3.1.8. Prática de alpinismo, artes marciais, boxe, caça de animais ferozes, caça submarina, desportos de inverno, motonáutica, motorismo, paraquedismo, parapente, asa delta, ultraleves, tauromaquia e outros desportos ou atividades análogas na sua perigosidade, tais como por exemplo, bungee jumping, canooing, escalada, espeleologia, kite surf, montanhismo, rafting, rappel, rugby, esqui náutico, slide, surf, body board e windsurf, utilização de veículos motorizados de duas ou três rodas e motoquatro;

3.1.9. Perturbações ou danos do foro psíquico;

3.1.10. Síndroma de Imunodeficiência Adquirida (SIDA), e suas consequências;

3.1.11. Danos causados por meios de transporte que, nos termos da lei, devam ser objeto de seguro obrigatório de Responsabilidade Civil;

3.1.12. Quaisquer outras doenças quando não se prove, por diagnóstico médico inequívoco, que são consequência direta do acidente garantido pelo contrato.

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

3.1.13. Acidentes resultantes de explosão ou quaisquer outros fenómenos direta ou indiretamente relacionados com a desintegração ou fusão de núcleos de átomos, bem como os efeitos da contaminação radioativa;

3.1.14. Sempre que a cobertura fornecida por esta apólice implique a Violação de quaisquer embargos ou sanções financeiras ou económicas emitidas pela União Europeia, pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, pelo OFAC (Office of Foreign Assets Control) ou pelo HM Treasury, desde que aplicáveis na ordem jurídica portuguesa, a cobertura será considerada nula, não produzindo quaisquer efeitos;

3.1.15. Em complemento do disposto no ponto anterior, de acordo com as normas nacionais e internacionais e com as boas práticas de negócio, o Adjudicatário reserva-se o direito de se abster de executar qualquer operação sobre a apólice, que esteja ou que se suspeite estar relacionada com a prática dos crimes de branqueamento de capitais e/ou financiamento ao terrorismo.

4. Pessoas a segurar

4.1. A Entidade Adjudicante estima que anualmente:

4.1.1. Seja organizado 1 (um) campo de férias;

4.1.2. O campo de férias tenha a duração de 1 (uma) semana;

4.1.3. O número de participantes por semana seja de 30 (trinta) crianças.

5. Franquias

5.1. Sem franquias

6. Proposta e demais condições a apresentar pelos concorrentes

6.1. A proposta a apresentar pelos concorrentes deverá traduzir-se em prémio comercial e prémio total aplicado semanalmente a cada participante e prémio comercial e prémio total para o número estimado de 30 participantes, devendo também ser apresentadas as condições gerais da apólice.

7. Informação complementar

7.1. As atividades ficarão seguras através de apólices temporárias de Acidentes Pessoais, com a duração de uma semana, e com data de início e data de termo a indicar pela Entidade Adjudicante aquando da realização do(s) evento(s).

7.2. Antes da realização da atividade será remetida, ao adjudicatário, listagem com identificação de todos os participantes e com a indicação do período da atividade.

7.3. Os campos de férias promovidos pela Entidade Adjudicante são não residenciais.

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

ALIJO

Cláusula 31.º
Seguro de Acidentes Pessoais – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

1. Objeto e âmbito do contrato
   1.1. Pretende-se seguro de Acidentes Pessoais que garanta os riscos que possam ocorrer no âmbito do exercício das funções dos comissários previstos nas alíneas h), i), j), l) e m) do n.º 1 do art.º 17.º da *Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo*, aprovada pela *Lei n.º 147/99, de 1 de setembro*, na versão alterada e republicada pela *Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro*, e alterada pela *Lei n.º 23/2017, de 23 de maio* e *Lei n.º 26/2018, de 5 de julho*, em relação à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) do concelho, criada pela *Portaria n.º 1143/2004, de 14 de setembro*.
   1.2. A apólice deverá garantir:
      1.2.1. Representante da associação de pais existente na área de competência da comissão de proteção;
      1.2.2. Representante das associações ou outras organizações privadas que desenvolvem, na área de competência da comissão de proteção, atividades desportivas, culturais ou recreativas destinadas a crianças e jovens;
      1.2.3. Representante das associações de jovens existentes na área de competência da comissão de proteção ou um representante dos serviços de juventude;
      1.2.4. Cidadãos eleitores, preferencialmente com especiais conhecimentos ou capacidades para investir na área das crianças e jovens em perigo, designados pela assembleia de munícipes ou assembleia de freguesia, nos casos previstos respetivamente nas alíneas a) e b) do nº 2 do art.º 15º da *Lei n.º 147/99, de 1 de setembro*, na redação atual;
      1.2.5. Técnico cooptado pela comissão, com formação designadamente em serviço social, psicologia, saúde ou direito, ou cidadão com especial interesse pelos problemas da infância e juventude.
2. Capitais e coberturas
   2.1. O presente seguro aplica-se a qualquer acontecimento de natureza acidental verificado durante o exercício de funções na comissão de Proteção de Crianças e Jovens e de que resulte lesão traumatológica.
   2.2. A apólice deverá garantir, no mínimo, as seguintes coberturas:

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

ALIJO

2.2.1. Morte ou Invalidez Permanente

2.2.1.1. Em caso de Morte da Pessoa Segura, ocorrida imediatamente ou no decurso de dois anos a contar da data do acidente, o Adjudicatário pagará aos herdeiros legais o capital seguro.

2.2.1.2. Ocorrendo a Invalidez permanente da Pessoa Segura, clinicamente constatada e fixada através de relatório médico no decurso de dois anos a contar da data do acidente garantido pela apólice, o Adjudicatário pagará o montante correspondente à aplicação da percentagem de desvalorização sofrida pela pessoa segura, ao capital seguro.

2.2.1.3. Se a desvalorização ou a soma de desvalorizações for superior a 66%, o valor da indemnização corresponderá ao montante total do capital seguro para a presente garantia;

2.2.1.4. O capital seguro não é cumulável para os riscos de Morte e de Invalidez permanente pelo que, se a Pessoa Segura falecer em consequência de acidente, e esse falecimento ocorrer no prazo de dois anos a contar do acidente, ao capital por Morte será abatido o capital por Invalidez Permanente que eventualmente tenha sido atribuído ou pago relativamente ao mesmo acidente.

2.2.2. Despesas de Tratamento e Repatriamento

2.2.2.1. O Adjudicatário garantirá em relação às Pessoas Seguras identificadas, nos termos a seguir previstos e até ao valor fixado, o reembolso das despesas necessárias para o tratamento das lesões sofridas em consequência de acidentes garantidos pela apólice, bem como das despesas extraordinárias de repatriamento em transporte clinicamente aconselhado em função das referidas lesões

2.2.2.1.1. Por Despesas de Tratamento entendem-se as relativas a honorários médicos e internamento hospitalar, incluindo a assistência medicamentosa e de enfermagem, que forem necessárias em consequência do acidente;

2.2.2.1.2. No caso de ser necessário tratamento clínico regular, e durante todo o período do mesmo, consideram-se também incluídas as despesas de deslocação ao médico, hospital, clínica ou posto de enfermagem, desde que o meio de transporte utilizado seja adequado à gravidade da lesão;

2.2.2.1.3. Por despesas de repatriamento entendem-se as relativas ao transporte clinicamente aconselhado;

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

2.2.2.2. O reembolso das despesas acima garantidas será feito a quem as demonstrar ter pago, contra entrega da respetiva documentação comprovativa.

2.2.3. Despesas de funeral

2.2.3.1. O adjudicatário garantirá, até aos valores fixados nas Condições Particulares, o pagamento das despesas com o funeral da Pessoa Segura.

2.2.3.2. O reembolso das despesas acima garantidas será feito a quem demonstrar ter pago as mesmas, contra entrega da respetiva documentação comprovativa.

2.2.4. Incapacidade Temporária

2.2.4.1. O Adjudicatário garantirá em relação às Pessoas Segura identificadas, nos termos a seguir previstos e até aos valores fixados para a cobertura, o pagamento de um subsídio diário por Incapacidade Temporária, absoluta ou parcial, resultantes de acidentes garantidos pelo Apólice:

2.2.4.1.1. Ocorrendo uma situação de Incapacidade Temporária, clinicamente constatada no decurso de cento e oitenta (180) dias a contar da data do acidente, o Adjudicatário pagará o subsídio diário fixado, enquanto subsistir essa incapacidade, nos termos e durante os prazos a seguir indicados.

2.2.4.1.2. Esta incapacidade considera-se dividida em dois graus:

2.2.4.1.2.1. Incapacidade temporária absoluta - 1.º Grau – Enquanto a Pessoa Segura, que exerça profissão remunerada, se encontrar na completa impossibilidade física, clinicamente comprovada, de atender ao seu trabalho, ainda que seja o de instruir, dirigir ou coordenar os seus subordinados e, para a Pessoa Segura que não exerça profissão remunerada, enquanto estiver hospitalizada ou for obrigada a permanecer acamada no seu domicílio sob tratamento médico;

2.2.4.1.2.2. Incapacidade temporária parcial – 2.º Grau – Enquanto a Pessoa Segura, que exerça profissão remunerada, se encontrar apenas em parte inibida de realizar qualquer trabalho nas condições do ponto precedente e se essa situação lhe provocar diminuição dos seus proventos. Em relação a pessoa que não exerça profissão remunerada, este tipo de incapacidade não se aplica, não lhe sendo, portanto, conferido direito a qualquer subsídio por incapacidade temporária, logo que deixem de se

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

verificar as circunstâncias que conferem direito a subsídio por incapacidade temporária absoluta (1.º grau).

2.2.4.1.3. Verificando-se uma situação de Incapacidade Temporária Absoluta (1.º grau), o Adjudicatário pagará, durante o período máximo de cento e oitenta (180) dias, a indemnização diária fixada. Esta indemnização é devida a partir do dia imediato ao da assistência clínica;

2.2.4.1.4. Em caso de Incapacidade temporária parcial (2.º grau), o Adjudicatário pagará, durante o período máximo de trezentos e sessenta (360) dias, a contar do dia imediato ao da assistência clínica, uma indemnização até metade da fixada para a incapacidade temporária absoluta, com base na percentagem de incapacidade fixada pelo médico assistente ou, se for caso disso, em resultado de um exame efetuado por um médico designado pelo Adjudicatário;

2.2.4.1.5. Ao período máximo de Incapacidade temporária parcial de trezentos e sessenta (360) dias, será sempre deduzido o período de tempo absorvido em Incapacidade temporária absoluta (1.º grau);

2.2.4.1.6. A Incapacidade temporária absoluta (1.º grau), converte-se em Incapacidade temporária parcial (2.º grau) em qualquer das seguintes circunstâncias;

2.2.4.1.6.1. Quando a Pessoa Segura que exerça profissão remunerada, embora não completamente curada, já não se encontrar absolutamente impossibilitada de atender ao seu trabalho;

2.2.4.1.6.2. Quando, embora subsistindo as causas que deram origem à Incapacidade temporária absoluta, tenha decorrido o prazo de cento e oitenta (180) dias.

2.2.4.2. O subsídio diário em caso de Incapacidade Temporária só é aplicável no caso de o sinistrado estar a receber uma remuneração à data do acidente e só é devido em caso de suspensão total ou parcial dessa remuneração, não podendo, em caso algum, o valor a indemnizar ser superior ao valor que a pessoa receberia no caso de se encontrar ativa na sua atividade profissional ou ocupacional.

2.3. Os montantes de capital a segurar, por pessoa, são os seguintes:

Morte ou Invalidez Permanente	Despesas de Tratamento e Repatriamento	Despesas de Funeral	Subsídio Diário por Incapacidade Temporária

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

50.000,00 €	5.000,00 €	1.500,00€	25,00€

3. Outras condições

3.1. Derrogando tudo o que em contrário se encontrar exarado nas condições gerais entregues pelo concorrente, este seguro deverá garantir, até ao limite indemnizatório da cobertura de Despesas de Tratamento e de Repatriamento, as consequências de sinistros que se traduzam em:

3.1.1. Lumbagos, roturas e/ou distensões musculares, de ligamentos, articulações e/ou tendões;

3.1.2. Implantação, reparação ou substituição de próteses e/ou ortóteses, em consequência de acidente garantido pela apólice e desde que dele resultem danos corporais;

3.1.3. Despesas de transporte que se adequem à natureza da lesão, desde que o meio de transporte específico seja prescrito pelo médico assistente;

3.1.4. Reconstituição cosmética por acidente garantido pelas coberturas da apólice;

3.1.5. Despesas com Estomatologia diretamente relacionadas com acidente garantido pelas coberturas da apólice.

3.2. Ficam garantidas por todas as coberturas da apólice as pessoas com mais de 70 anos de idade.

3.3. Caso seja expressamente solicitado, a seguradora encaminhará a pessoa sinistrada para os seus serviços clínicos, assumindo diretamente, junto do seu prestador clínico, o pagamento das despesas de tratamento até ao montante fixado na cobertura.

3.3.1. Sem prejuízo de o sinistrado poder optar pela modalidade de reembolso, no caso de ser solicitada assistência clínica ao Segurador, este, salvo situações de urgência, encaminhará o sinistrado para a sua rede clínica convencionada e assumirá, sem custos para o sinistrado, todas as despesas de tratamento até ao seu completo restabelecimento ou até ao esgotamento do capital definido na cobertura "*Despesas de tratamento e repatriamento*".

3.4. A seguradora procederá à emissão de termo de responsabilidade, sempre que tal seja solicitado, em caso de intervenções cirúrgicas, ou tratamentos que o justifiquem, na sequência de acidentes cobertos pela apólice.

3.5. Para enquadramento do número anterior, entende-se que se justifica a emissão de termo de responsabilidade por parte da seguradora quando, à data de início do tratamento, se venha a estimar que o seu custo final possa vir a ultrapassar os 500,00€.

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

ALIJÓ

4. Exclusões

4.1. São admissíveis as seguintes exclusões:

4.1.1. Ação ou omissão da Pessoa Segura quando esta apresentar uma taxa de alcoolemia superior a 0,5 gr. por litro e/ou se encontrar sob influência de estupefacientes e medicamentos fora da prescrição médica, substâncias psicotrópicas ou produtos de efeitos análogos;

4.1.2. Ações ou omissões criminosas da pessoa segura;

4.1.3. Atos notoriamente perigosos que não sejam justificados pelo exercício das funções de comissário;

4.1.4. Suicídio ou tentativa de suicídio da Pessoa Segura, assim como de acidente que decorra de ações praticadas pela Pessoa Segura sobre si própria;

4.1.5. Qualquer situação do foro patológico, como acidentes vasculares cerebrais e acidentes cardiovasculares;

4.1.6. Prática de atos criminosos por parte da Pessoa Segura;

4.1.7. Cataclismos da natureza, tais como ventos ciclónicos, terramotos, maremotos, e outros fenómenos análogos nos seus efeitos e ainda ação de queda de raio;

4.1.8. Greves, distúrbios laborais, tumultos e/ou alteração de ordem pública, atos de terrorismo e sabotagem, insurreição, revolução, guerra civil, invasão e guerra contra país estrangeiro (declarada ou não) e hostilidades entre nações estrangeiras (quer haja ou não declaração de guerra) ou atos bélicos provenientes direta ou indiretamente dessas hostilidades;

4.1.9. Prática de alpinismo, artes marciais, boxe, caça de animais ferozes, caça submarina, desportos de inverno, motonáutica, motorismo, paraquedismo, parapente, asa delta, ultraleves, tauromaquia e outros desportos ou atividades análogas na sua perigosidade, tais como por exemplo, bungee jumping, canooing, escalada, espeleologia, kite surf, montanhismo, rafting, rappel, rugby, esqui náutico, slide, surf, body board e windsurf;

4.1.10. Acidentes ocorridos com meios de transporte que, nos termos da lei, devam ser objeto de seguro obrigatório de responsabilidade civil;

4.1.11. Hérnias de qualquer natureza, varizes e suas complicações;

4.1.12. Perturbações ou danos do foro psíquico;

4.1.13. Síndroma de Imunodeficiência Adquirida (SIDA), e suas consequências;

4.1.14. Ataque cardíaco, salvo se for causado por traumatismo físico externo à Pessoa Segura;

2022,INT,1,GO,1063528-11-2022

4.1.15. Quaisquer outras doenças quando não se prove, por diagnóstico médico inequívoco, que são consequência direta do acidente garantido pelo contrato.

4.1.16. Acidentes resultantes de explosão ou quaisquer outros fenómenos direta ou indiretamente relacionados com a desintegração ou fusão de núcleos de átomos, bem como os efeitos da contaminação radioativa;

4.1.17. Sempre que a cobertura fornecida por esta apólice implique a Violação de quaisquer embargos ou sanções financeiras ou económicas emitidas pela União Europeia, pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, pelo OFAC (Office of Foreign Assets Control) ou pelo HM Treasury, desde que aplicáveis na ordem jurídica portuguesa, a cobertura será considerada nula, não produzindo quaisquer efeitos;

4.1.18. Em complemento do disposto no ponto anterior, de acordo com as normas nacionais e internacionais e com as boas práticas de negócio, o Adjudicatário reserva-se o direito de se abster de executar qualquer operação sobre a apólice, que esteja ou que se suspeite estar relacionada com a prática dos crimes de branqueamento de capitais e/ou financiamento ao terrorismo.

5. Pessoas seguras

5.1. A apólice deverá garantir 5 comissários, cuja identificação será posteriormente fornecida ao Adjudicatário.

6. Franquias

6.1. Total ausência de franquias.

7. Inicio do seguro

7.1. O seguro deverá ter início em 01 janeiro de 2023.

8. Forma de pagamento

8.1. O prémio terá um fracionamento anual.

9. Proposta e demais condições a apresentar pelos concorrentes

9.1. A proposta e demais condições a apresentar pelos concorrentes deverão traduzir-se em prémios comerciais por pessoa, prémios totais por pessoa, prémios comerciais e prémios totais com encargos, devendo também ser apresentadas as condições gerais da apólice.

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

Cláusula 32.º
Seguro de Acidentes Pessoais – Voluntariado

1. Objeto e âmbito do contrato
   1.1. Pretende-se seguro de Acidentes Pessoais que garanta os riscos que possam ocorrer no âmbito do exercício das funções de voluntariado previstas pela *Lei n.º 71/98, de 3 de novembro*, regulamentada pelo *Decreto-Lei nº 389/99, de 30 de setembro*, alterado pelo *Decreto-Lei nº 176/2005, de 25 de outubro*, repristinado pelo art.º 181º do *Decreto-Lei nº 33/2018, de 15 de maio*.
2. Capitais e coberturas
   2.1. O seguro aplica-se a qualquer acontecimento de natureza acidental verificado durante o exercício de voluntariado e deverá garantir, no mínimo, as seguintes coberturas:
      2.1.1. Morte ou Invalidez Permanente
         2.1.1.1. Em caso de Morte da Pessoa Segura, ocorrida imediatamente ou no decurso de dois anos a contar da data do acidente, o Adjudicatário pagará aos herdeiros legais o capital seguro.
         2.1.1.2. Ocorrendo a Invalidez permanente da Pessoa Segura, clinicamente constatada e fixada através de relatório médico no decurso de dois anos a contar da data do acidente garantido pela apólice, o Adjudicatário pagará o montante correspondente à aplicação da percentagem de desvalorização sofrida pela pessoa segura, ao capital seguro.
         2.1.1.3. Se a desvalorização ou a soma de desvalorizações for superior a 66%, o valor da indemnização corresponderá ao montante total do capital seguro para a presente garantia;
         2.1.1.4. O capital seguro não é cumulável para os riscos de Morte e de Invalidez permanente pelo que, se a Pessoa Segura falecer em consequência de acidente, e esse falecimento ocorrer no prazo de dois anos a contar do acidente, ao capital por Morte será abatido o capital por Invalidez Permanente que eventualmente tenha sido atribuído ou pago relativamente ao mesmo acidente.
      2.1.2. Despesas de Tratamento e Repatriamento
         2.1.2.1. O Adjudicatário garantirá em relação às Pessoas Seguras identificadas, nos termos a seguir previstos e até ao valor acima fixado, o reembolso das despesas necessárias para o tratamento das lesões sofridas em consequência de acidentes

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

garantidos pela apólice, bem como das despesas extraordinárias de repatriamento em transporte clinicamente aconselhado em função das referidas lesões

2.1.2.1.1. Por Despesas de Tratamento entendem-se as relativas a honorários médicos e internamento hospitalar, incluindo a assistência medicamentosa e de enfermagem, que forem necessárias em consequência do acidente;

2.1.2.1.2. No caso de ser necessário tratamento clínico regular, e durante todo o período do mesmo, consideram-se também incluídas as despesas de deslocação ao médico, hospital, clínica ou posto de enfermagem, desde que o meio de transporte utilizado seja adequado à gravidade da lesão;

2.1.2.1.3. Por despesas de repatriamento entendem-se as relativas ao transporte clinicamente aconselhado;

2.1.2.2. O reembolso das despesas acima garantidas será feito a quem as demonstrar ter pago, contra entrega da respetiva documentação comprovativa.

2.1.3. Despesas de funeral

2.1.3.1. O adjudicatário garantirá, até aos valores fixados, o pagamento das despesas com o funeral da Pessoa Segura.

2.1.3.2. O reembolso das despesas acima garantidas será feito a quem demonstrar ter pago as mesmas, contra entrega da respetiva documentação comprovativa.

2.1.4. Incapacidade Temporária

2.1.4.1. O Adjudicatário garantirá em relação às Pessoas Segura identificadas, nos termos a seguir previstos e até aos valores fixados para a cobertura, o pagamento de um subsídio diário por Incapacidade Temporária, absoluta ou parcial, resultantes de acidentes garantidos pelo Apólice:

2.1.4.1.1. Ocorrendo uma situação de Incapacidade temporária, clinicamente constatada no decurso de cento e oitenta (180) dias a contar da data do acidente, o Adjudicatário pagará o subsídio diário fixado enquanto subsistir essa incapacidade, nos termos e durante os prazos a seguir indicados.

2.1.4.1.2. Esta incapacidade considera-se dividida em dois graus:

2.1.4.1.2.1. Incapacidade temporária absoluta - 1.º Grau – Enquanto a Pessoa Segura, que exerça profissão remunerada, se encontrar na completa impossibilidade física, clinicamente comprovada, de atender ao seu trabalho, ainda que seja o de instruir, dirigir ou coordenar os seus

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

ALIJO

subordinados e, para a Pessoa Segura que não exerça profissão remunerada, enquanto estiver hospitalizada ou for obrigada a permanecer acamada no seu domicílio sob tratamento médico;

2.1.4.1.2.2. Incapacidade temporária parcial – 2.º Grau – Enquanto a Pessoa Segura, que exerça profissão remunerada, se encontrar apenas em parte inibida de realizar qualquer trabalho nas condições do ponto precedente e se essa situação lhe provocar diminuição dos seus proventos. Em relação a pessoa que não exerça profissão remunerada, este tipo de incapacidade não se aplica, não lhe sendo, portanto, conferido direito a qualquer subsídio por incapacidade temporária, logo que deixem de se verificar as circunstâncias que conferem direito a subsídio por incapacidade temporária absoluta (1.º grau).

2.1.4.1.3. Verificando-se uma situação de Incapacidade Temporária Absoluta (1.º grau), o Adjudicatário pagará, durante o período máximo de cento e oitenta (180) dias, a indemnização diária fixada. Esta indemnização é devida a partir do dia imediato ao da assistência clínica;

2.1.4.1.4. Em caso de Incapacidade temporária parcial (2.º grau), o Adjudicatário pagará, durante o período máximo de trezentos e sessenta (360) dias, a contar do dia imediato ao da assistência clínica, uma indemnização até metade da fixada para a incapacidade temporária absoluta, com base na percentagem de incapacidade fixada pelo médico assistente ou, se for caso disso, em resultado de um exame efetuado por um médico designado pelo Adjudicatário;

2.1.4.1.5. Ao período máximo de Incapacidade temporária parcial de trezentos e sessenta (360) dias, será sempre deduzido o período de tempo absorvido em Incapacidade temporária absoluta (1.º grau);

2.1.4.1.6. A Incapacidade temporária absoluta (1.º grau), converte-se em Incapacidade temporária parcial (2.º grau) em qualquer das seguintes circunstâncias;

2.1.4.1.6.1. Quando a Pessoa Segura que exerça profissão remunerada, embora não completamente curada, já não se encontrar absolutamente impossibilitada de atender ao seu trabalho;

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

2.1.4.1.6.2. Quando, embora subsistindo as causas que deram origem à Incapacidade temporária absoluta, tenha decorrido o prazo de cento e oitenta (180) dias.

2.1.4.2. O subsídio diário em caso de Incapacidade Temporária só é aplicável no caso de o sinistrado estar a receber uma remuneração à data do acidente e só é devido em caso de suspensão total ou parcial dessa remuneração, não podendo, em caso algum, o valor a indemnizar ser superior ao valor que a pessoa receberia no caso de se encontrar ativa na sua atividade profissional ou ocupacional.

2.2. Os montantes de capital a segurar, por pessoa, são os seguintes:

Morte ou Invalidez Permanente	Despesas de Tratamento e Repatriamento	Despesas de Funeral	Incapacidade Temporária
50.000,00 €	5.000,00 €	1.500,00€	25,00€

3. Outras condições

3.1. Derrogando tudo o que em contrário se encontrar exarado nas condições gerais entregues pelo concorrente, este seguro deverá garantir, até ao limite indemnizatório da cobertura de Despesas de Tratamento e de Repatriamento, as consequências de sinistros que se traduzam em:

3.1.1. Lumbagos, roturas e/ou distensões musculares, de ligamentos, articulações e/ou tendões;

3.1.2. Implantação, reparação ou substituição de próteses e/ou ortóteses, em consequência de acidente garantido pela apólice e desde que dele resultem danos corporais;

3.1.3. Despesas de transporte que se adequem à natureza da lesão, desde que o meio de transporte específico seja prescrito pelo médico assistente;

3.1.4. Reconstituição cosmética por acidente garantido pelas coberturas da apólice;

3.1.5. Despesas com Estomatologia diretamente relacionadas com acidente garantido pelas coberturas da apólice.

3.2. Ficam garantidas por todas as coberturas da apólice as pessoas com mais de 70 anos de idade.

3.3. A seguradora procederá à emissão de termo de responsabilidade, sempre que tal seja solicitado, em caso de intervenções cirúrgicas, ou tratamentos que o justifiquem, na sequência de acidentes cobertos pela apólice.

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

3.4. Para enquadramento do número anterior, entende-se que se justifica a emissão de termo de responsabilidade por parte da seguradora quando, à data de início do tratamento, se venha a estimar que o seu custo final possa vir a ultrapassar os 500,00€.

3.5. Caso seja expressamente solicitado, a seguradora encaminhará a pessoa sinistrada para os seus serviços clínicos, assumindo diretamente, junto do seu prestador clínico, o pagamento das despesas de tratamento até ao montante fixado na cobertura.

3.5.1. Sem prejuízo de o sinistrado poder optar pela modalidade de reembolso, no caso de ser solicitada assistência clínica ao Segurador, este, salvo situações de urgência, encaminhará o sinistrado para a sua rede clínica convencionada e assumirá, sem custos para o sinistrado, todas as despesas de tratamento até ao seu completo restabelecimento ou até ao esgotamento do capital definido na cobertura "*Despesas de tratamento e repatriamento*

4. Exclusões

4.1. São admissíveis as seguintes exclusões:

4.1.1. Ação ou omissão da Pessoa Segura quando esta apresentar uma taxa de alcoolemia superior a 0,5 gr. por litro e/ou se encontrar sob influência de estupefacientes e medicamentos fora da prescrição médica, substâncias psicotrópicas ou produtos de efeitos análogos;

4.1.2. Ações ou omissões criminosas da pessoa segura;

4.1.3. Atos notoriamente perigosos que não sejam justificados pelo exercício das funções de comissário;

4.1.4. Suicídio ou tentativa de suicídio da Pessoa Segura, assim como de acidente que decorra de ações praticadas pela Pessoa Segura sobre si própria;

4.1.5. Qualquer situação do foro patológico, como acidentes vasculares cerebrais e acidentes cardiovasculares;

4.1.6. Prática de atos criminosos por parte da Pessoa Segura;

4.1.7. Cataclismos da natureza, tais como ventos ciclónicos, terramotos, maremotos, e outros fenómenos análogos nos seus efeitos e ainda ação de queda de raio;

4.1.8. Greves, distúrbios laborais, tumultos e/ou alteração de ordem pública, atos de terrorismo e sabotagem, insurreição, revolução, guerra civil, invasão e guerra contra país estrangeiro (declarada ou não) e hostilidades entre nações estrangeiras (quer haja ou não declaração de guerra) ou atos bélicos provenientes direta ou indiretamente dessas hostilidades;

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

4.1.9. Prática de alpinismo, artes marciais, boxe, caça de animais ferozes, caça submarina, desportos de inverno, motonáutica, motorismo, paraquedismo, parapente, asa delta, ultraleves, tauromaquia e outros desportos ou atividades análogas na sua perigosidade, tais como por exemplo, bungee jumping, canooing, escalada, espeleologia, kite surf, montanhismo, rafting, rappel, rugby, esqui náutico, slide, surf, body board e windsurf;

4.1.10. Acidentes ocorridos com meios de transporte que, nos termos da lei, devam ser objeto de seguro obrigatório de responsabilidade civil;

4.1.11. Hérnias de qualquer natureza, varizes e suas complicações;

4.1.12. Perturbações ou danos do foro psíquico;

4.1.13. Síndroma de Imunodeficiência Adquirida (SIDA), e suas consequências;

4.1.14. Ataque cardíaco, salvo se for causado por traumatismo físico externo à Pessoa Segura;

4.1.15. Quaisquer outras doenças quando não se prove, por diagnóstico médico inequívoco, que são consequência direta do acidente garantido pelo contrato.

4.1.16. Acidentes resultantes de explosão ou quaisquer outros fenómenos direta ou indiretamente relacionados com a desintegração ou fusão de núcleos de átomos, bem como os efeitos da contaminação radioativa;

4.1.17. Sempre que a cobertura fornecida por esta apólice implique a Violação de quaisquer embargos ou sanções financeiras ou económicas emitidas pela União Europeia, pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, pelo OFAC (Office of Foreign Assets Control) ou pelo HM Treasury, desde que aplicáveis na ordem jurídica portuguesa, a cobertura será considerada nula, não produzindo quaisquer efeitos;

4.1.18. Em complemento do disposto no ponto anterior, de acordo com as normas nacionais e internacionais e com as boas práticas de negócio, o Adjudicatário reserva-se o direito de se abster de executar qualquer operação sobre a apólice, que esteja ou que se suspeite estar relacionada com a prática dos crimes de branqueamento de capitais e/ou financiamento ao terrorismo.

5. Pessoas seguras

5.1. Estima-se que anualmente estejam 41 pessoas, a prestar voluntariado à Entidade Adjudicante.

5.2. Independentemente de poderem vir a exercer outras tarefas, prevê-se que a atividade de voluntariado seja prestada nas seguintes áreas:

5.2.1. Culturais, desportivas e recreativas;

5.2.2. Lazer e tempos livres;

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

5.2.3. Solidariedade Social;

5.2.4. Desenvolvimento comunitário e associativismo;

5.2.5. Saúde;

5.2.6. Justiça (Apoio à Vítima, Reinserção Social e Direitos Humanos);

5.2.7. Proteção Civil;

5.2.8. Proteção do Património;

5.2.9. Universidade Sénior

5.2.10. Informação e prevenção

5.3. Em média, os voluntários prestam serviço dois dias por semana.

5.4. Estima-se que o tempo médio semanal disponibilizado pelos voluntários à Entidade Adjudicante seja:

5.4.1. Até 3 horas semanais – 20 Voluntários;

5.4.2. Até 6 horas semanais – 15 voluntários;

5.4.3. Até 8 horas semanais – 5 voluntários;

5.4.4. Superior a 8 horas semanais – 1 voluntário (*de momento a Entidade Adjudicante não tem nenhuma pessoa a prestar voluntariado mais que 8 horas por semana. Foi considerado um voluntário, apenas para ser obtido o preço unitário deste item*).

6. Franquias

6.1. Total ausência de franquias.

7. Funcionamento da apólice

7.1. Inicialmente, a Entidade Adjudicante fornecerá ao Adjudicatário a lista dos voluntários que devem ficar garantidos pelas coberturas da apólice, onde constará:

7.1.1. Nome completo do Voluntário;

7.1.2. Morada do Voluntário;

7.1.3. Data de Nascimento do Voluntário;

7.1.4. Número de Identificação Fiscal do Voluntário.

7.2. Sempre que a Entidade Adjudicante comunicar ao Adjudicatário a inclusão de um novo Voluntário, será emitido um recibo de prémio suplementar desde a data da comunicação até à data de vencimento da apólice;

7.3. Sempre que a Entidade Adjudicante comunicar ao Adjudicatário a exclusão de algum Voluntário será emitido um Recibo de Estorno desde a data da comunicação até à data de vencimento da apólice.

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

8. Inicio do seguro

   8.1. O seguro deverá ter início em 01 janeiro de 2023.

9. Forma de pagamento

   9.1. O prémio terá um fracionamento anual.

10. Proposta e demais condições a apresentar pelos concorrentes

    10.1. A proposta e demais condições a apresentar pelos concorrentes deverão traduzir-se em prémios comerciais por pessoa, prémios totais por pessoa, prémios comerciais e prémios totais com encargos, devendo também ser apresentadas as condições gerais da apólice.

Cláusula 33.ª
Seguro de Acidentes Pessoais – Universidade Sénior

1. Objeto e âmbito do seguro

   1.1. Pretende-se um seguro de acidentes pessoais que garanta os professores voluntários e alunos da Universidade Sénior por acidente ocorrido no local onde se desenvolvem as atividades, entendendo-se como tal, as atividades realizadas:

      1.1.1. Nas instalações ou estabelecimento de ensino durante os seguintes períodos:

         1.1.1.1. Horário escolar ou de trabalho;

         1.1.1.2. Tempos livres incluídos no respetivo horário escolar;

         1.1.1.3. Realizações de natureza escolar, circum-escolar, desportiva ou de convívio, desde que organizadas ou autorizadas pelo estabelecimento de ensino.

      1.1.2. Fora das instalações do estabelecimento de ensino, em excursões, aulas ao ar livre, aulas práticas, estágios ligados à atividade escolar, visitas de estudo e demais iniciativas circum-escolares, desportivas ou de convívio, desde que promovidas pelo estabelecimento de ensino ou com a sua participação, com ressalva das situações expressamente excluídas;

      1.1.3. No percurso normal e direto de ida ou regresso entre a residência e o estabelecimento de ensino, excluindo-se a estada voluntária das Pessoas Seguras em qualquer local do percurso.

2. Capitais e coberturas

   2.1. A apólice deverá garantir, no mínimo, as seguintes coberturas:

      2.1.1. Morte ou Invalidez Permanente

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

2.1.1.1. Em caso de Morte da Pessoa Segura, ocorrida imediatamente ou no decurso de dois anos a contar da data do acidente, o Adjudicatário pagará aos herdeiros legais o capital seguro.

2.1.1.2. Ocorrendo a Invalidez permanente da Pessoa Segura, clinicamente constatada e fixada através de relatório médico no decurso de dois anos a contar da data do acidente garantido pela apólice, o Adjudicatário pagará o montante correspondente à aplicação da percentagem de desvalorização sofrida pela pessoa segura, ao capital seguro.

2.1.1.3. O capital seguro não é cumulável para os riscos de Morte e de Invalidez permanente pelo que, se a Pessoa Segura falecer em consequência de acidente, e esse falecimento ocorrer no prazo de dois anos a contar do acidente, ao capital por Morte será abatido o capital por Invalidez Permanente que eventualmente tenha sido atribuído ou pago relativamente ao mesmo acidente.

2.1.2. Despesas de Tratamento e Repatriamento:

2.1.2.1. O Adjudicatário garantirá em relação às Pessoas Seguras identificadas, nos termos a seguir previstos e até ao valor acima fixado, o reembolso das despesas necessárias para o tratamento das lesões sofridas em consequência de acidentes garantidos pela apólice, bem como das despesas extraordinárias de repatriamento em transporte clinicamente aconselhado em função das referidas lesões

2.1.2.1.1. Por Despesas de Tratamento entendem-se as relativas a honorários médicos e internamento hospitalar, incluindo a assistência medicamentosa e de enfermagem, que forem necessárias em consequência do acidente;

2.1.2.1.2. No caso de ser necessário tratamento clínico regular, e durante todo o período do mesmo, consideram-se também incluídas as despesas de deslocação ao médico, hospital, clínica ou posto de enfermagem, desde que o meio de transporte utilizado seja adequado à gravidade da lesão;

2.1.2.1.3. Por despesas de repatriamento entendem-se as relativas ao transporte clinicamente aconselhado;

2.1.2.2. O reembolso das despesas acima garantidas será feito a quem as demonstrar ter pago, contra entrega da respetiva documentação comprovativa.

2.1.3. Despesas de funeral:

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

ALIJO

2.1.3.1. O adjudicatário garantirá, até aos valores fixados, o pagamento das despesas com o funeral da Pessoa Segura.

2.1.3.2. O reembolso das despesas acima garantidas será feito a quem as demonstrar ter pago, contra entrega da respetiva documentação comprovativa.

2.2. Os montantes de capital a segurar, por pessoa são os seguintes:

	Morte ou Invalidez Permanente	Despesas de Tratamento e Repatriamento	Despesas de Funeral
Pessoas com idades até aos 80 anos	20.000,00€	3.000,00€	5.000,00€

	Morte ou Invalidez Permanente	Despesas de Tratamento e Repatriamento	Despesas de Funeral
Pessoas com idades superiores a 80 anos	10.000,00€	1.500,00€	2.500,00€

3. Outras condições

3.1. Derrogando tudo o que em contrário se encontrar estipulado nas Condições Gerais apresentadas pelo concorrente, o seguro deverá garantir, até ao limite indemnizatório fixado para a cobertura de Despesas de Tratamento e de Repatriamento, as consequências de sinistros que se traduzam em:

3.1.1. Lumbagos, roturas e ou distensões musculares, de ligamentos, articulações e/ou tendões;

3.1.2. Implantação, reparação ou substituição de próteses e/ou ortóteses, em consequência de acidente garantido pela apólice e desde que dele resultem danos corporais;

3.1.3. Despesas com Estomatologia diretamente relacionadas com acidente garantido pelas coberturas da apólice;

3.1.4. Despesas de transporte que se adequem à natureza da lesão, desde que o meio de transporte específico seja prescrito pelo médico assistente.

3.2. Ficam garantidas por todas as coberturas da apólice as pessoas com mais de 70 anos de idade.

3.3. A seguradora procederá à emissão de termos de responsabilidade, sempre que tal seja solicitado, no caso de intervenções cirúrgicas ou tratamentos que o justifiquem, na sequência de acidentes cobertos pela apólice.

3.4. Para enquadramento do número anterior, entende-se que se justifica a emissão de termo de responsabilidade por parte da seguradora, quando, à data de início do tratamento, se venha a estimar que o seu custo final possa vir a ultrapassar os 500,00€.

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

3.5. Caso seja expressamente solicitado, a seguradora encaminhará a pessoa sinistrada para os seus serviços clínicos, assumindo diretamente, junto do seu prestador clínico, o pagamento das despesas de tratamento até ao montante fixado na cobertura.

3.5.1. Sem prejuízo de o sinistrado poder optar pela modalidade de reembolso, no caso de ser solicitada assistência clínica ao Segurador, este, salvo situações de urgência, encaminhará o sinistrado para a sua rede clínica convencionada e assumirá, sem custos para o sinistrado, todas as despesas de tratamento até ao seu completo restabelecimento ou até ao esgotamento do capital definido na cobertura *"Despesas de tratamento e repatriamento"*.

4. Exclusões

4.1. Admite-se que sejam aplicadas ao contrato as seguintes exclusões:

4.1.1. Inobservância das disposições preventivas das leis e regulamentos em geral, e em especial, os relativos à prática das diversas atividades desportivas, culturais ou recreativas;

4.1.2. Ação ou omissão da Pessoa Segura sob o efeito do álcool ou bebida alcoólica que determine grau de alcoolémia superior a 0,5 gramas por litro e/ou uso de estupefacientes fora da prescrição médica, ou quando incapaz de controlar os seus atos;

4.1.3. Ações ou omissões criminosas da Pessoa Segura;

4.1.4. Ações ou omissões negligentes da Pessoa Segura, quando a negligência possa ser qualificada de grave;

4.1.5. Suicídio ou tentativa de suicídio;

4.1.6. Ações praticadas pela Pessoa Segura sobre si própria;

4.1.7. Ações praticadas pelo Beneficiário sobre a Pessoa Segura;

4.1.8. Ações praticadas pela Entidade Adjudicante sobre a Pessoa Segura;

4.1.9. Ações praticadas por todos aqueles pelos quais sejam civilmente responsáveis quaisquer das pessoas referidas nos três pontos anteriores sobre a Pessoa Segura;

4.1.10. Pilotagem de aeronaves;

4.1.11. Hérnias de qualquer natureza, varizes e suas complicações;

4.1.12. Perturbações ou danos do foro psíquico, única e exclusivamente;

4.1.13. Síndroma de Imunodeficiência Adquirida (S.I.D.A.);

4.1.14. Ataque cardíaco, salvo se for causado por traumatismo físico externo à Pessoa Segura;

2022,INT,1,GO,1063528-11-2022

4.1.15. Quaisquer outras doenças quando não se provem, por diagnóstico médico inequívoco que são consequência direta de acidente garantido pelo contrato

4.1.16. Cataclismos da natureza, tais como ventos ciclónicos, terramotos, maremotos, e outros fenómenos análogos nos seus efeitos e ainda ação de queda de raio;

4.1.17. Guerra, declarada ou não, invasão, atos de inimigos estrangeiros, rebelião, revolução, insurreição, greves, "lock-outs", distúrbios laborais, tumultos, alterações da ordem pública, atos de vandalismo, execução de lei marcial, usurpação de poder civil ou militar e atos de terrorismo, tal como se encontram tipificados na legislação penal;

4.1.18. Acidentes resultantes de explosão ou quaisquer outros fenómenos direta ou indiretamente relacionados com a desintegração ou fusão de núcleos de átomos, bem como os efeitos da contaminação radioativa;

4.1.19. Sempre que a cobertura fornecida por esta apólice implique a Violação de quaisquer embargos ou sanções financeiras ou económicas emitidas pela União Europeia, pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, pelo OFAC (Office of Foreign Assets Control) ou pelo HM Treasury, desde que aplicáveis na ordem jurídica portuguesa, a cobertura será considerada nula, não produzindo quaisquer efeitos.

1.1.3. Em complemento do disposto no ponto anterior, de acordo com as normas nacionais e internacionais e com as boas práticas de negócio, o Adjudicatário reserva-se o direito de se abster de executar qualquer operação sobre a apólice, que esteja ou que se suspeite estar relacionada com a prática dos crimes de branqueamento de capitais e/ou financiamento ao terrorismo

2. Pessoas seguras e atividades seguras

2.1. Para efeitos de calculo de prémio deverão ser consideradas as seguintes 81 pessoas:

2.1.1. Alunos, distribuídos pelos seguintes escalões etários:

2.1.1.1. Entre os 55 anos e os 70 anos – 29 alunos;

2.1.1.2. Entre os 71 anos e os 80 anos – 35 alunos;

2.1.1.3. Com idade superior a 81 anos – 6 alunos.

2.1.2. Professores:

2.1.2.1. Todos com idades inferiores a 80 anos – 11 professores

2.2. Durante o ano letivo vão ser lecionadas as seguintes disciplinas:

2.2.1. Expressão musical;

2.2.2. Histórias, Histórias locais;

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

2.2.3. Cavaquinho;

2.2.4. Língua, literatura e cultura;

2.2.5. Danças tradicionais;

2.2.6. Informática;

2.2.7. Atelier solidário;

2.2.8. Meditação;

2.2.9. Alongamentos;

2.2.10. Teatro;

2.2.11. Clube de leitura.

3. Franquias

3.1. Total ausência de franquias.

4. Funcionamento da apólice

4.1. A Entidade Adjudicante fornecerá ao Adjudicatário a lista dos Alunos e dos Professores que devem ficar garantidos pelas coberturas da apólice, onde constará:

4.1.1. Nome completo;

4.1.2. Morada;

4.1.3. Data de Nascimento;

4.1.4. Número de Identificação Fiscal.

4.2. Sempre que a Entidade Adjudicante comunicar ao Adjudicatário a inclusão de uma nova pessoa, será emitido um recibo de prémio suplementar desde a data da comunicação até à data de vencimento da apólice;

4.3. A comunicação da exclusão de alguma pessoa não implicará a emissão de qualquer Recibo de Estorno.

5. Inicio do seguro

5.1. O seguro deverá ter início em 01 janeiro de 2023.

6. Forma de pagamento

6.1. O prémio terá um fracionamento anual.

7. Proposta e demais condições a apresentar pelos concorrentes

7.1. A proposta e demais condições a apresentar pelos concorrentes deverão traduzir-se em prémios comerciais por pessoa, prémios totais por pessoa, prémios comerciais e prémios totais com encargos, devendo também ser apresentadas as condições gerais da apólice.

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

ALIJO

Cláusula 34.º
Seguro de Frota Automóvel

1. Objeto e âmbito do Seguro
   1.1. Pretende-se um seguro de responsabilidade civil automóvel e danos próprios, incluindo em países abrangidos pela carta verde, nos termos previstos no regime de sistema do seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel aprovado pelo *Decreto-Lei nº 291/2007, de 21 de agosto*, alterado pelo *Decreto-Lei n.º 153/2008, de 6 de agosto*, para a frota automóvel da Entidade Adjudicante com base num único prémio anual para todo o período de vigência do contrato.
   1.2. A frota automóvel da Entidade Adjudicante é composta pelos veículos propriedade da mesma, bem como por eventuais viaturas cedidas por protocolo a esta e cuja responsabilidade pelo seguro lhe tenha sido transmitida e ainda por veículos eventualmente cedidos, por protocolo, pela Entidade Adjudicante a outras Entidades, sendo atualmente a frota automóvel constituída pelas viaturas que constam do Anexo A (Frota Automóvel).
   1.3. A apólice pretendida é de frota.
2. Capitais e coberturas
   2.1. Os capitais e as coberturas pretendidos para cada veículo são os que constam no Anexo A (Frota Automóvel).
   2.2. Descrição das abreviaturas utilizadas no Anexo A (Frota Automóvel):
      2.2.1. *P.B:* Peso Bruto da viatura;
      2.2.2. *Valor Atual*: Valor atual do veículo a garantir pelas coberturas de danos próprios, estando os extras nele incorporados automaticamente garantidos sem necessidade de serem discriminados e valorizados, uma vez que a totalidade do capital seguro da viatura indicado reflete a soma do valor do veículo e dos seus extras;
      2.2.3. *R.C:* Responsabilidade Civil Automóvel com o limite de indemnização indicado no Anexo A (Frota Automóvel) que garanta:
         2.2.3.1. A obrigação de seguro de responsabilidade civil automóvel, fixada no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto;
         2.2.3.2. Até aos limites indicados no Anexo A – Frota Automóvel e nas condições legalmente estabelecidas:
            2.2.3.2.1. A responsabilidade civil do Tomador do Seguro, proprietário do veículo, usufrutuário, adquirente com reserva de propriedade ou locatário em regime

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

de locação financeira, bem como dos seus legítimos detentores e condutores, pelos danos, corporais e materiais, causados a terceiros;

2.2.3.2.2. A satisfação da reparação devida pelos autores de furto, roubo, furto de uso de veículos ou de acidentes de viação dolosamente provocados.

2.2.3.3. São aceites as seguintes exclusões especificas na garantia de Responsabilidade Civil Obrigatória:

2.2.3.3.1. Os danos corporais sofridos pelo condutor do veículo seguro responsável pelo acidente, assim como os danos decorrentes daqueles;

2.2.3.3.2. Os danos materiais causados às seguintes pessoas:

2.2.3.3.2.1. Condutor do veículo responsável pelo acidente;

2.2.3.3.2.2. Tomador do Seguro;

2.2.3.3.2.3. Todos aqueles cuja responsabilidade é, nos termos legais, garantida, nomeadamente em consequência da compropriedade do veículo seguro;

2.2.3.3.2.4. Sociedades ou representantes legais das pessoas coletivas responsáveis pelo acidente, quando no exercício das suas funções;

2.2.3.3.2.5. Cônjuge, ascendentes, descendentes ou adotados das pessoas referidas nas alíneas a) a c), assim como outros parentes ou afins até ao 3.º grau das mesmas pessoas, mas, neste último caso, só quando elas coabitem ou vivam a seu cargo;

2.2.3.3.2.6. Aqueles que, nos termos dos artigos 495.º, 496.º e 499.º do Código Civil, beneficiem de uma pretensão indemnizatória decorrente de vínculos com alguma das pessoas referidas nas alíneas anteriores;

2.2.3.3.2.7. A passageiros, quando transportados em contravenção às regras relativas ao transporte de passageiros constantes do Código da Estrada, onde designadamente relevam os regimes especiais relativos ao transporte de crianças, ao transporte fora dos assentos e ao transporte em motociclos, triciclos, quadriciclos e ciclomotores;

2.2.3.3.3. Os danos causados no próprio veículo seguro;

2.2.3.3.4. Os danos causados nos bens transportados no veículo seguro, quer se verifiquem durante o transporte quer em operações de carga e descarga;

2.2.3.3.5. Quaisquer danos causados a terceiros em consequência de operações de carga e descarga;

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

2.2.3.3.6. Os danos devidos, direta ou indiretamente, a explosão, libertação de calor ou radiação, provenientes de desintegração ou fusão de átomos, aceleração artificial de partículas ou radioatividade;

2.2.3.3.7. Quaisquer danos ocorridos durante provas desportivas e respetivos treinos oficiais, salvo tratando-se de seguro de provas desportivas, caso em que se aplicam as presentes condições gerais com as devidas adaptações previstas para o efeito pelas partes;

2.2.3.3.8. Nos casos de roubo, furto ou furto de uso de veículos e acidentes de viação dolosamente provocados, o seguro não garante a satisfação das indemnizações devidas pelos respetivos autores e cúmplices para com o proprietário, usufrutuário, adquirente com reserva de propriedade ou locatário em regime de locação financeira, nem para com os autores ou cúmplices ou para com os passageiros transportados que tivessem conhecimento da posse ilegítima do veículo e de livre vontade nele fossem transportados;

2.2.3.4. São aceites as seguintes exclusões especificas nas coberturas de Responsabilidade Civil Facultativa:

2.2.3.4.1. Danos causados a terceiros, em consequência de acidente de viação resultante de furto, roubo ou furto de uso;

2.2.3.4.2. Os danos causados por um veículo rebocado a um veículo rebocador ou por este àquele ainda que ao contrato se aplique a Cláusula Particular de Inclusão do Serviço de Reboque;

2.2.3.4.3. Danos ou lesões causados a pessoas transportadas, quando o veículo seguro não esteja oficialmente autorizado para o transporte de pessoas;

2.2.3.4.4. Responsabilidade civil contratual;

2.2.3.4.5. Quaisquer danos causados a terceiros em consequência de acidentes ocorridos com o veículo seguro no perímetro interior de aeroportos ou aeródromos.

2.2.4. *C.C.C.:* Choque, Colisão ou Capotamento que garanta os danos no veículo seguro resultantes do embate contra qualquer corpo fixo ou sofrido por aquele quando imobilizado, os danos no veículo seguro resultantes do embate com qualquer outro corpo em movimento ou os danos no veículo seguro resultantes de situação em que este perca a sua posição normal e não resulte de Choque ou Colisão;

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

2.2.4.1. São aceites as seguintes exclusões especificas na cobertura de Choque, Colisão ou Capotamento:

2.2.4.1.1. Danos nas capotas de lona, jantes, câmaras de ar e pneus, exceto se resultarem de choque colisão ou capotamento e quando acompanhados de outros danos ao veículo;

2.2.4.1.2. Danos resultantes da circulação em locais reconhecidos como não acessíveis ao veículo;

2.2.4.1.3. Causados por objetos transportados ou durante operações, de carga e descarga;

2.2.4.1.4. Danos diretamente produzidos por lama ou alcatrão ou outros materiais utilizados na construção das vias;

2.2.4.1.5. Danos causados exclusivamente pelo veículo rebocado ao veículo rebocador ou por este àquele, ainda que se aplique a Cláusula Particular de "Inclusão do Serviço de Reboque", exceto se a presente cobertura tiver sido subscrita em relação a ambas as unidades;

2.2.4.1.6. Danos que consistam em riscos, raspões, fendas ou ocorram em consequência de operações de montagem ou desmontagem ou instalação defeituosa

2.2.5. *I.R.E.:* Incêndio, Raio ou Explosão que garanta o ressarcimento dos danos causados ao veículo seguro em consequência de incêndio, queda de raio ou explosão, quer o veículo se encontre em marcha ou parado, quer esteja recolhido em garagem ou noutro local;

2.2.5.1. *São aceites as seguintes exclusões especificas na cobertura de Incêndio, Raio ou Explosão:*

2.2.5.1.1. Danos na aparelhagem ou instalação elétrica, quando resultem de queda de raio;

2.2.5.1.2. Danos provocados por incêndio ou explosão que tenha origem em atos ou omissões dolosos da Entidade Adjudicante, pessoas que se encontram ao seu serviço, ou por quem, em geral, aqueles sejam civilmente responsáveis;

2.2.5.1.3. Danos diretamente produzidos por lama ou alcatrão ou outros materiais utilizados na construção das vias;

2.2.5.1.4. Danos produzidos em capotas de lona isoladamente.

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

2.2.6. *F.R.:* Furto ou Roubo que garanta o ressarcimento dos danos causados ao veículo seguro por furto ou roubo, quer estes se traduzam no desaparecimento, na destruição ou deterioração do veículo e/ou dos seus componentes, quer na subtração de peças fixas e indispensáveis à sua utilização;

2.2.6.1. São aceites as seguintes exclusões especificas na cobertura de furto ou roubo:

2.2.6.1.1. Danos que consistam em lucros cessantes, perda de benefícios ou de resultados para o Tomador do Seguro e/ou Segurado em consequência de privações de uso, gastos de substituição ou depreciação do veículo seguro;

2.2.6.1.2. Furto ou roubo cometido por pessoas que coabitem ou dependam economicamente do Tomador do Seguro/Segurado, pessoas que se encontram ao seu serviço, ou por quem, em geral, aqueles sejam civilmente responsáveis;

2.2.6.1.3. Danos diretamente produzidos por lama ou alcatrão ou outros materiais utilizados na construção das vias;

2.2.7. *F.N.:* Fenómenos da Natureza que garanta o ressarcimento das perdas ou danos no veículo seguro em consequência da ação direta de:

2.2.7.1. Queda de árvores, telhas, chaminés, muros ou construções urbanas provocadas por vento violento, ciclones, tempestades, temporais e trombas de água;

2.2.7.2. Tufões, ciclones, tornados e erupções vulcânicas;

2.2.7.3. Trombas de água, chuvas torrenciais, enxurradas ou aluimento de terras;

2.2.7.4. Tremores de terra, terramotos e maremotos;

2.2.7.5. Abatimento de pontes, túneis ou outras obras de engenharia e de queda acidental de aeronaves.

2.2.7.6. É aceite a seguinte exclusão especifica na cobertura de Fenómenos da natureza:

2.2.7.6.1. Danos produzidos em capotas de lona isoladamente.

2.2.8. *A.M.:* Atos de Vandalismo, maliciosos ou de sabotagem que garanta o ressarcimento das perdas ou danos no veículo seguro em consequência de:

2.2.8.1. Atos de vandalismo, considerando-se como tal os atos causados por terceiro com o exclusivo intuito de apenas danificar o veículo seguro;

2.2.8.2. Atos de pessoas que tomem parte em greves ou distúrbios no trabalho, bem como de tumultos ou alterações da ordem pública, quando diretamente resultantes de tais manifestações laborais;

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

2.2.8.3. Atos praticados por qualquer autoridade legalmente constituída, em virtude de medidas tomadas por ocasião da ocorrência mencionada nas alíneas anteriores, para a salvaguarda ou proteção de pessoas e bens;

2.2.8.4. É aceite a seguinte exclusão especifica na cobertura de Fenómenos da natureza:

2.2.8.4.1. *Danos produzidos em capotas de lona isoladamente*

2.2.9. *Q.V.:* Quebra isolada de vidros que garanta o ressarcimento dos danos resultantes da quebra de vidros do veículo seguro – ou equivalente em matéria sintética – por qualquer causa não expressamente excluída.

2.2.9.1. A cobertura de Quebra Isolada de Vidros deverá ser subscrita nos seguintes termos:

2.2.9.1.1. Sem qualquer franquia;

2.2.9.1.2. Com um capital para cada viatura nunca inferior ao indicado no mapa;

2.2.9.1.3. No caso de a Entidade Adjudicante optar por não recorrer ao(s) prestador(es) convencionado(s), o adjudicatário reserva-se ao direito de efetuar a peritagem da viatura sinistrada na oficina reparadora indicada pela entidade Adjudicante.

2.2.9.2. *Na cobertura de Quebra Isolada de Vidros, aceitam*-se as seguintes exclusões especificas:

2.2.9.2.1. Quebra de quaisquer faróis ou farolins e espelhos retrovisores;

2.2.9.2.2. Danos que ocorram em consequência de operações de montagem ou desmontagem ou instalação defeituosa;

2.2.10. *OCUP:* Ocupantes na Modalidade Proteção ao Condutor

2.2.10.1. Sempre que a cobertura seja subscrita deverá garantir os seguintes capitais mínimos:

2.2.10.1.1. Morte ou Invalidez Permanente: 25.000,00€

2.2.10.1.2. Despesas de Tratamento e Repatriamento: 10% do capital de Morte ou Invalidez;

2.2.11. *A.V.:* Assistência em viagem

2.2.11.1. Quando subscrita, a cobertura deverá garantir:

2.2.11.1.1. Um capital mínimo de 350,00€ para "primeiro" reboque;

2.2.11.1.2. Ausência de qualquer franquia quilométrica;

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

2.2.11.1.3. Garantia de continuação de viagem até ou local de destino ou garantia de viagem até à residência dos ocupantes da viatura sinistrada.

2.2.12. *V.S.*P.U. Viatura de Substituição ou Privação de Uso

2.2.12.1. Quando subscrita, deverá ser garantida Viatura de Substituição de categoria e cilindrada equivalentes às do veículo seguro, ou Indemnização Diária por Privação de Uso com o "Nível" indicado no mapa da frota automóvel (VS-1, VS-2, VS-3, PU-1, PU-2 ou PU-3):

2.2.12.1.1. Viatura de Substituição "VS-1"

2.2.12.1.1.1. Garantia de viatura de substituição por avaria, nos seguintes moldes:

2.2.12.1.1.1.1. Limite de Intervenções por anuidade – Até 3 ocorrências;

2.2.12.1.1.1.2. Período de dias por ano – Até 5 dias (pelo período da reparação).

2.2.12.1.1.2. Garantia de viatura de substituição por Atos de vandalismo, Fenómenos da natureza e Incêndio, raio e explosão

2.2.12.1.1.2.1. Limite de Intervenções por anuidade – 2 ocorrências;

2.2.12.1.1.2.2. Período de dias por ano – Até 30 dias (pelo período da reparação).

2.2.12.1.2. Viatura de Substituição "VS-2"

2.2.12.1.2.1. Garantia de viatura de substituição, por avaria

2.2.12.1.2.1.1. Limite de Intervenções por anuidade – 3 ocorrências;

2.2.12.1.2.1.2. Período de dias por ano – Até 5 dias (pelo período da imobilização).

2.2.12.1.2.2. Garantia de viatura de substituição por Atos de vandalismo, Fenómenos da natureza e Incêndio, raio e explosão

2.2.12.1.2.2.1. Limite de Intervenções por anuidade – 2 ocorrências;

2.2.12.1.2.2.2. Período de dias por ano – Até 30 dias (com um máximo de 5 dias entre a data de imobilização e o início da reparação)

2.2.12.1.2.3. Viatura de substituição por perda total – 15 dias.

2.2.12.1.3. Viatura de Substituição "VS-3"

2.2.12.1.3.1. Garantia de viatura de substituição por avaria:

2.2.12.1.3.1.1. Limite de Intervenções por anuidade – 3 ocorrências;

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

2.2.12.1.3.1.2. Período de dias por ano – 5 dias (pelo período da imobilização).

2.2.12.1.3.2. Garantia de viatura de substituição por Atos de vandalismo, Fenómenos da natureza e Incêndio, Raio e Explosão:

2.2.12.1.3.2.1. Limite de Intervenções por anuidade – 2 ocorrências;

2.2.12.1.3.2.2. Período de dias por ano – Até 30 dias (com um máximo de 5 dias entre a data de imobilização e o início da reparação)

2.2.12.1.3.3. Garantia de viatura de substituição por furto ou roubo:

2.2.12.1.3.3.1. Limite de Intervenções por anuidade – 2 ocorrências;

2.2.12.1.3.3.2. Período de dias por ano – Até 30 dias (com um máximo de 5 dias entre a data de imobilização e o início da reparação)

2.2.12.1.3.4. Garantia de viatura de substituição por Acidente:

2.2.12.1.3.4.1. Limite de Intervenções por anuidade – 2 ocorrências;

2.2.12.1.3.4.2. Período de dias por ano – Até 30 dias (com um máximo de 5 dias entre a data de imobilização e o início da reparação);

2.2.12.1.3.5. Viatura de substituição por perda total – 15 dias.

2.2.12.1.4. Privação Uso "PU-1"

2.2.12.1.4.1. O adjudicatário procederá a uma Indemnização Diária pela privação de uso da viatura sinistrada, no montante de 50,00€/ dia, nos seguintes termos:

2.2.12.1.4.1.1. Em caso de Choque, colisão ou capotamento, Incêndio, raio ou explosão de Riscos catastróficos e Atos de vandalismo até ao limite máximo de trinta (30) dias por anuidade;

2.2.12.1.4.1.2. Em caso de Furto ou roubo até ao máximo de sessenta (60) dias por anuidade;

2.2.12.1.4.1.3. Em caso de Avaria até ao máximo de dez (10) dias por anuidade;

2.2.12.1.4.2. O início do pagamento do valor diário será:

2.2.12.1.4.2.1. Caso exista imobilização – Desde o dia do pedido de marcação de peritagem ou início da reparação nos casos de avaria;

2.2.12.1.4.2.2. Caso não exista imobilização – Desde o dia do início da reparação;

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

2.2.12.1.4.2.3. Em caso de desaparecimento – Desde o dia da participação às Autoridades.

2.2.12.1.5. Privação Uso "PU-2"

2.2.12.1.5.1. O adjudicatário procederá a uma Indemnização Diária pela privação de uso da viatura sinistrada, no montante de 100,00€/ dia, nos seguintes termos:

2.2.12.1.5.1.1. Em caso de Choque, colisão ou capotamento, Incêndio, raio ou explosão de Riscos catastróficos e Atos de vandalismo até ao limite máximo de trinta (30) dias por anuidade;

2.2.12.1.5.1.2. Em caso de Furto ou roubo até ao máximo de sessenta (60) dias por anuidade;

2.2.12.1.5.1.3. Em caso de Avaria até ao máximo de dez (10) dias por anuidade;

2.2.12.1.5.2. O início do pagamento do valor diário será:

2.2.12.1.5.2.1. Caso exista imobilização – Desde o dia do pedido de marcação de peritagem ou início da reparação nos casos de avaria;

2.2.12.1.5.2.2. Caso não exista imobilização – Desde o dia do início da reparação;

2.2.12.1.5.2.3. Em caso de desaparecimento – Desde o dia da participação às Autoridades.

2.2.12.1.6. Privação Uso "PU-3"

2.2.12.1.6.1. O adjudicatário procederá a uma Indemnização Diária pela privação de uso da viatura sinistrada, no montante de 150,00€/ dia, nos seguintes termos:

2.2.12.1.6.1.1. Em caso de Choque, colisão ou capotamento, Incêndio, raio ou explosão de Riscos catastróficos e Atos de vandalismo até ao limite máximo de trinta (30) dias por anuidade;

2.2.12.1.6.1.2. Em caso de Furto ou roubo até ao máximo de sessenta (60) dias por anuidade;

2.2.12.1.6.1.3. Em caso de Avaria até ao máximo de dez (10) dias por anuidade;

2.2.12.1.6.2. O início do pagamento do valor diário será:

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

2.2.12.1.6.2.1. Caso exista imobilização – Desde o dia do pedido de marcação de peritagem ou início da reparação nos casos de avaria;

2.2.12.1.6.2.2. Caso não exista imobilização – Desde o dia do início da reparação;

2.2.12.1.6.2.3. Em caso de desaparecimento – Desde o dia da participação às Autoridades.

2.2.13. *Franq:* Franquia máxima a aplicar nas coberturas de Danos Próprios, com exceção da cobertura de Quebra Isolada de Vidros.

3. Exclusões admissíveis em coberturas facultativas

3.1. São aceites as seguintes exclusões nas coberturas facultativas de Danos próprios e na parte facultativa do capital de responsabilidade civil.

3.1.1. Sinistros em que o veículo seja conduzido por pessoa que, para tal, não esteja legalmente habilitada ou esteja inibida, por lei ou decisão judicial, de conduzir;

3.1.2. Danos causados intencionalmente pelo Tomador do Seguro, Segurado, pessoas por quem estes sejam civilmente responsáveis ou às quais tenham confiado a guarda ou utilização do veículo seguro;

3.1.3. Sinistros resultantes de demência do condutor do veículo ou quando este conduza em contravenção à legislação aplicável à condução sob o efeito de álcool, ou sob a influência de estupefacientes, outras drogas, produtos tóxicos ou fármacos cujo os efeitos, diretos ou secundários, resultem na diminuição da capacidade de condução, ou ainda quando aquele se recuse a submeter-se aos testes de alcoolemia ou de deteção de estupefacientes, bem como quando, voluntariamente e por sua iniciativa, abandone o local do acidente de viação antes da chegada da autoridade policial, quando esta tenha sido chamada por si ou por outra entidade;

3.1.4. Sinistros ocorridos em serviço diferente e de maior risco do que aquele que estiver contratado nas Condições Particulares do Contrato;

3.1.5. Sinistros originados pelo veículo quando não tiverem sido cumpridas as disposições sobre inspeção obrigatória ou outras relativas à homologação do veículo, exceto se for feita prova de que o sinistro não foi provocado ou agravado pelo mau estado do veículo, nem por causa conexa com a falta de homologação;

3.1.6. Sinistros causados por excesso ou mau acondicionamento de carga, transporte de objetos ou participação em atividades que ponham em risco a estabilidade e domínio do veículo;

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

3.1.7. Danos provocados ou agravados por defeito de construção, montagem ou afinação, vício próprio ou má conservação do veículo;

3.1.8. Danos causados intencional ou involuntariamente pelos próprios ocupantes ou outras pessoas, com quaisquer objetos que empunhem ou arremessem;

3.1.9. Danos resultantes de situações de guerra, revoluções, execução da lei marcial ou usurpação de poder civil ou militar;

3.1.10. Atos de terrorismo, tais como tipificados na legislação penal portuguesa;

3.1.11. Atos de sabotagem, tais como tipificados na legislação penal portuguesa.

4. Outras condições

4.1. Todos os reboques têm seguro próprio de responsabilidade civil automóvel pelo que ficará derrogada a exclusão de serviço de reboque para todas as viaturas que constituem a frota automóvel da Entidade Adjudicante, sem necessidade de identificar as viaturas que efetuam esse serviço.

5. Início do seguro

5.1. O seguro deverá iniciar em 01 de janeiro de 2023.

6. Forma de pagamento

1.1. O pagamento do prémio será mensal.

7. Proposta e demais condições a apresentar pelo concorrente

7.1. A proposta e demais condições a apresentar pelo concorrente deverá traduzir-se em prémio comercial e prémio total para o conjunto das viaturas. Deverão ainda ser apresentadas as condições gerais da apólice.

Cláusula 35.ª
Seguro de Multirriscos Patrimoniais

1. Objeto e âmbito do Seguro

1.1. Pretende-se um seguro para os bens patrimoniais, incluindo benfeitorias, ou sobre os quais exista interesse em segurar, nomeadamente como usufrutuário ou locatário, que façam parte integrante do património mobiliário ou imobiliário da Entidade Adjudicante.

1.2. Ficam incluídos na definição do número anterior:

1.2.1. Todos os bens, independentemente de se tratar de edifícios, utensílios, máquinas, material de exposição, equipamentos fixos ou móveis/portáteis;

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

1.2.2. Os bens de terceiros sob custódia, cuidado ou controle da Entidade Adjudicante, incluindo objetos ou bens de caráter artístico para exposição;

1.2.3. Ficam também garantidos os bens em deslocação, para qualquer local de risco ou para ser expostos em feiras ou exposições.

2. Capitais e coberturas

2.1. Os capitais a segurar de todos os bens, estão identificados no Anexo B (Património Municipal) do caderno de encargos.

2.2. A Entidade Adjudicante, se tal se justificar, poderá incluir e/ou excluir bens patrimoniais e atualizar os valores seguros.

2.3. Fica expressamente estabelecido que se, quando um sinistro ocorrer, existir excesso de capital seguro para quaisquer bens seguros, o dito excesso de capital aplicar-se-á aos bens que estejam insuficientemente seguros.

2.4. O contrário da alínea anterior aplicar-se-á se, no momento do sinistro, existir insuficiência de capital seguro nos bens afetados.

3. Riscos cobertos e limites de indemnização

3.1. Ficam expressamente definidos os limites de indemnização, por sinistro e anuidade, ocorrido ao abrigo de cada um dos seguintes riscos:

COBERTURAS	LIMITES DE INDEMNIZAÇÃO POR RISCO
Incêndio, Queda de Raio e Explosão	100 % Capital seguro para o risco
Tempestades	100 % Capital seguro para o risco
Inundações	100 % Capital seguro para o risco
Danos por água	100 % Capital seguro para o risco
Danos por neve, granizo ou gelo	100 % Capital seguro para o risco
Danos por fumo, fuligem ou cinzas	100% Capital seguro para o risco
Combustão espontânea	100% Capital seguro para o risco
Pesquisa avarias	Capital de 10.000,00€ por ano e sinistro
Danos de carater estético	Capital de 50.000,00 por ano e sinistro
Aluimento de terras	100 % Capital seguro para o risco
Derrame de Sistemas Hidráulicos de Proteção contra Incêndio	100 % Capital seguro para o risco
Derrame acidental de óleo	100% Capital seguro para o risco
Queda de Aeronaves	100 % Capital seguro para o risco
Choque ou impacto de objetos sólidos ou de animais	100 % Capital seguro para o risco
Choque ou impacto de veículos terrestres, incluindo os provocados por veículos do segurado	100 % Capital seguro para o risco
Despesas com guarda e vigilância	Capital de 50.000,00€ por ano e sinistro
Furto ou roubo e danos derivados de furto ou roubo tanto em conteúdos como em imóveis	100 % Capital seguro para o risco
Greves, tumultos e alterações da ordem pública	100 % Capital seguro para o risco
Atos de vandalismo, maliciosos ou de sabotagem	100 % Capital seguro para o risco
Danos em Muros, Vedações e Portões dos locais de risco identificados na apólice (em 1º risco)	Capital de 100.000,00€ por ano e sinistro
Limpeza, demolição e remoção de escombros	Capital de 250.000,00€ por ano e sinistro

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

Quebra ou queda de antenas, painéis solares ou painéis fotovoltaicos	Capital de 10.000,00€ por ano e sinistro
Queda de vidros, espelhos, pedras mármores, louças sanitárias, reclamos ou anúncios luminosos	Capital de 25.000,00€ por ano e sinistro
Quebra ou queda acidental de bens móveis	Capital de 25.000,00€ por ano e sinistro
Privação temporária do local arrendado ou ocupado	10% Capital seguro do conteúdo para o risco
Danos em bens do senhorio	Capital de 20.000,00€ por ano e sinistro
Danos em bens de terceiros confiados à guarda do tomador	Capital de 100.000,00€ por ano e sinistro
Desenhos e documentos	Capital de 25.000,00€ por ano e sinistro
Honorários de peritos	Capital de 50.000,00€ por ano e sinistro
Perda de Rendas	Capital de 50.000,00€ por ano e sinistro
Danos em bens transportados entre locais de risco ou para feiras ou exposições	Capital de 10.000,00€ por ano e sinistro
Danos em jardins	Capital de 25.000,00€ por ano e sinistro
Danos em bens de empregados	Capital de 5.000,00€ por ano e sinistro
Danos em bens ao ar livre (em 1º risco)	Capital de 100.000,00€ por ano e sinistro
Furto ou roubo de valores, incluindo dinheiro, em caixa, cofre ou trânsito	Capital de 5.000,00€ por ano e sinistro
Riscos Elétricos em 1º risco (inclui qualquer potência)	Capital de 100.000,00€ por ano e sinistro
Equipamento Eletrónico (em 1º risco)	Capital de 100.000,00€ por ano e sinistro
Avaria de Máquinas (em 1º risco)	Capital de 100.000,00€ por ano e sinistro
Fenómenos Sísmicos	100 % Capital seguro para o risco

4. Condições Especiais

4.1. Derrogação da regra proporcional: O Adjudicatário prescinde da aplicação da regra proporcional, desde que os capitais reais não excedam em 15% o valor seguro.

4.2. Cláusula Valor de Substituição: a base sobre a qual se calculará a quantia indemnizável, será o valor em novo, no dia imediatamente anterior ao sinistro, de bens da mesma qualidade ou tipo, mas não superiores ou de maior amplitude do que os bens seguros quando novos. O valor de substituição terá como limite máximo o dobro do valor dos bens sinistrados no momento anterior ao do sinistro.

4.3. Adiantamento por conta de sinistros: Em caso de ocorrência de sinistros abrangidos pela apólice e, após o início dos trabalhos de reparação, se a eles houver lugar, ou substituição, fica a seguradora obrigada a efetuar os adiantamentos que se revelem necessários em função do desenvolvimento e execução do programa de trabalhos, ou de aquisição de bens e / ou serviços que o segurado tenha de celebrar.

4.4. Bens de terceiros: O presente seguro inclui bens propriedade de terceiros, incluído objetos/ou bens de caracter cultural, histórico ou artístico, desde que, ou na medida em que, esses bens não se encontrem seguros pelos proprietários ou qualquer outra pessoa, sendo neste caso a responsabilidade do segurador limitada à quantia a pagar pelo segurado com o fim de compensar o respetivo proprietário pelos danos ou estragos sofridos pelos referidos bens com um limite de capital por ano e sinistro de 100.000,00€.

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

ALIJÓ

4.5. Locais de risco: O presente contrato garante todo o património mobiliário do Tomador mesmo quando em deslocação em qualquer local.

4.6. Bens transportados: Ficam garantidos os danos acontecidos em transporte terrestre, no território nacional, de equipamentos, máquinas, materiais de uso e outros bens, propriedade do segurado ou de terceiros à sua guarda, em consequência de acidentes com o veículo transportador, incêndio, raio ou explosão, choque, colisão ou capotamento, Atos de vandalismo ou maliciosos, furto e/ou roubo, incluindo as operações de carga e descarga.

4.7. Queda acidental de bens móveis: Ficam garantidos os danos acidentais em consequência de queda que sofram os bens móveis do segurado ou de terceiros quando à sua guarda, por qualquer acidente ou infortúnio desde que constituam uma ocorrência súbita e imprevista.

4.8. Bens ao ar livre: Derrogando tudo aquilo que em contrário se encontrar estipulado nas condições gerais entregues pelos concorrentes, o seguro garantirá, através de todas as coberturas contratualizadas, em primeiro risco e até ao montante de 100.000,00€ por sinistro e anuidade, as estruturas fixas que se encontrem ao ar livre, tais como equipamentos desportivos e recreativos, equipamentos de fitness, postos de transformação PT, material de sinalização, postos de iluminação e outros equipamentos análogos, bem como outras estruturas fixas que se encontrem ao ar livre em logradouros e em edifícios, não totalmente fechados, independentemente de se encontrarem, ou não, em zona vedada, ficando também revogados os pressupostos de arrombamento, escalonamento e outros para o acionamento das coberturas de furto ou roubo.

4.8.1. Os danos nas bicicletas disponibilizadas aos Munícipes apenas ficam garantidos pelas coberturas do contrato enquanto estas estiverem devidamente aparcadas, nos três locais de risco mencionados ou dentro de algum outro local de risco identificado no mapa do património, ficando assim excluído qualquer dano ocorrido durante a circulação e/ou utilização pelos utentes.

4.9. Riscos Elétricos: ficam garantidos os danos causados a quaisquer máquinas elétricas, transformadores, aparelhos e instalações elétricas e eletrónicas e seus acessórios, nomeadamente por sobretensão e sobreintensidade, incluindo os produzidos por eletricidade atmosférica, curto-circuito, mesmo quando não resulte incêndio. Fica também derrogada qualquer limitação de potencia que seja imposta nas Condições Gerais apresentadas pelo concorrente.

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

4.10. Exposições temporárias: Relativamente à realização de Exposições Temporárias da responsabilidade do Segurado, nas suas instalações ou outras, fica expressamente acordado que o objeto seguro é constituído por objetos do Município, ou de terceiros, neste último caso, quando temporariamente confiados ou entregues ao seu cuidado, controle, custódia ou consignação. A apólice cobre os danos nos objetos seguros através das coberturas contratadas na apólice até ao limite por ano e sinistro de 250.000,00€.

4.11. Antiguidades, coleções e pares ou séries de objetos: Se, em caso de sinistro garantido pela apólice, se danificar qualquer objeto que tenha um valor acrescido, por fazer parte de um par ou conjunto, qualquer pagamento que o segurador efetue terá em conta esse valor acrescido, sendo o segurado a decidir se o segurador paga a totalidade do valor do par ou conjunto. O máximo que o segurador pagará será o valor do par ou conjunto. O segurador poderá liquidar as despesas de restauro e/ou reparação, exceto se a desvalorização por parte da qualidade atribuível à mercadoria segura for reconhecida, caso em que se aplicarão as disposições a seguir mencionadas:

4.11.1. Em caso de se verificar a impossibilidade ou desvantagem económica do restauro e/ou reparação, o segurador obriga-se a indemnizar o segurado, tendo em conta o valor de mercado dos objetos sinistrados;

4.11.2. Em caso de divergência quanto à atribuição daquele valor, o segurador e o segurado nomearão, cada um, um perito avaliador que concluirá pelo valor a indemnizar.

4.12. Danos em bens de empregados: Ficam garantidos pelas coberturas do contrato os danos sofridos pelos bens pertencentes a empregados ou colaboradores da Entidade Adjudicante, incluindo títulos e valores, que ocorram durante o período laboral, tanto no interior como no exterior dos locais de trabalho, até ao limite de 1.250,00€ por sinistro e de 5.000,00€ por anuidade.

5. Exclusões

5.1. São admitidas as seguintes exclusões:

5.1.1. Guerra, declarada ou não, invasão, ato de inimigo estrangeiro, hostilidades ou operações bélicas, guerra civil, insurreição, rebelião e revolução;

5.1.2. Atos de terrorismo e/ou de sabotagem, como tal tipificados na legislação penal portuguesa vigente;

5.1.3. Levantamento militar ou ato de poder militar legítimo ou usurpado;

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

ALIJÓ

5.1.4. Confiscação, requisição, destruição ou danos produzidos nos bens seguros, por ordem do governo ou de qualquer autoridade instituída, salvo quando praticados com o fim de salvamento em razão de qualquer risco coberto pelo contrato;

5.1.5. Explosão, libertação de calor e irradiações provenientes de cisão de átomos ou radioatividade e ainda os decorrentes de radiações provocadas pela aceleração artificial de partículas;

5.1.6. Reparação, remoção, uso ou exposição ao amianto e seus derivados, quer tenha ou não existido outra causa que tenha contribuído concorrentemente para a produção do dano;

5.1.7. Danos causados pela alteração do meio ambiente, em particular os causados direta ou indiretamente por poluição e/ou contaminação do solo, da água ou da atmosfera, assim como danos causados à biodiversidade;

5.1.8. Atos ou omissões intencionais, praticados pelo Segurado ou por pessoas por quem seja civilmente responsável, com o objetivo de produzir um dano;

5.1.9. Furto, roubo ou extravio de objetos seguros quando praticados durante ou na sequência de qualquer outro sinistro coberto pelo contrato;

5.1.10. Ação da luz ou de uma fonte de calor, em estampas ou quadros seguros;

5.1.11. Contaminação por agentes químicos e/ou bacteriológicos, entendendo-se por contaminação o envenenamento, ou a prevenção e/ou a limitação de uso de objetos devido aos efeitos de substâncias químicas e/ou biológicas;

5.1.12. Utilização de mísseis;

5.1.13. Perdas ou danos em máquinas e/ou equipamentos, com locomoção própria, quando não se encontrarem armazenados ou parqueados nos imóveis designados nas Condições Particulares, mesmo que se tenha verificado a ocorrência de qualquer risco garantido pela apólice;

5.1.14. Reclamações que originem pagamentos ou compensações de qualquer espécie que possam expor o Segurador a qualquer sanção, proibição ou restrição ao abrigo de resoluções das Nações Unidas, ou sanções comerciais ou económicas, leis ou regulamentos da União Europeia.

5.1.15. Danos sofridos por edifícios de construções clandestinas, entendendo-se como tal àquelas que não tenham sido previamente legalizadas pelas autoridades competentes, quando o próprio sinistro ou o agravamento das suas consequências tenha origem em tal facto;

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

ALIJO

5.1.16. Danos resultantes de trabalhos de reparação, beneficiação ou reconstrução do edifício seguro ou do local onde se encontrem os bens seguros, bem como os causados em edifícios contíguos ou adjacentes, salvo quando esta situação tenha sido previamente comunicada ao Adjudicatário e por este aceite;

5.1.17. Danos sofridos pelos aparelhos que derem origem a uma explosão, quando integrados no equipamento necessário ao processo de fabrico, não ficarão garantidos ao abrigo do presente Contrato, exceto se a explosão resultar de uma causa externa ao próprio aparelho.

5.1.18. Violação de quaisquer embargos ou sanções financeiras ou económicas emitidas pela União Europeia, pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, pelo OFAC (Office of Foreign Assets Control) ou pelo HM Treasury, desde que aplicáveis na ordem jurídica portuguesa

5.1.19. Em complemento do disposto no ponto anterior, de acordo com as normas nacionais e internacionais e com as boas práticas de negócio, o Segurador reserva-se o direito de se abster de executar qualquer operação sobre a apólice, que esteja ou que se suspeite estar

5.1.20. Perdas Cibernéticas e Dados LMA 5401

5.1.20.1. Perdas Cibernéticas;

5.1.20.1.1. Perdas, danos, responsabilidades, reclamações, custos, despesas de qualquer natureza direta ou indiretamente causadas, emergentes, resultantes ou em conexão com qualquer perda de uso, redução de funcionalidade, reparação, substituição, reposição ou reprodução de quaisquer Dados, incluindo qualquer montante relativo ao valor dos referidos Dados, independentemente de qualquer outra causa ou evento que tenha estado na origem das mesmas, em simultâneo ou em qualquer outra sequência;

5.1.20.1.2. No caso de qualquer parte da presente exclusão ser declarada inválida ou inaplicável, o restante conteúdo da Exclusão permanece em vigor;

5.1.20.1.3. Esta exclusão tem prevalência e, se estiver em conflito com qualquer outra redação ou exclusão da apólice que esteja relacionada com Perdas Cibernéticas ou Perda de Dados, substitui a referida redação

5.1.20.1.4. Definições:

5.1.20.1.4.1. *"Perdas Cibernéticas"* significa quaisquer perdas, danos, responsabilidades, reclamações, custos, despesas de qualquer natureza

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

direta ou indiretamente causadas, emergentes, resultantes ou em conexão com qualquer ato cibernético ou incidente cibernético, incluindo, nomeadamente, qualquer ação tomada para controlar, evitar, suprimir ou reparar qualquer ato cibernético ou incidente cibernético;

5.1.20.1.4.2. *"Ato Cibernético"* significa um ato não autorizado, malicioso ou criminoso ou uma série de atos relacionados não autorizados, maliciosos ou criminosos, independentemente de hora e local, ou a ameaça ou falsidade no âmbito dos mesmos que envolva o acesso, processamento, utilização ou operação de qualquer Sistema Informático;

5.1.20.1.4.3. *"Incidente Cibernético"* significa:

5.1.20.1.4.3.1. Qualquer erro ou omissão ou série de erros ou omissões relacionados que envolvam o acesso, processamento, utilização ou operação de qualquer Sistema Informático;

5.1.20.1.4.3.2. qualquer indisponibilidade parcial ou total ou falha ou série de falhas que provoquem uma indisponibilidade parcial ou total no acesso, processamento, utilização ou operação de qualquer Sistema Informático;

5.1.20.1.4.4. *"Sistema Informático"* significa:

5.1.20.1.4.4.1. Qualquer computador, hardware, software, sistema de comunicação, dispositivo eletrónico (incluindo, nomeadamente, smartphones, laptops, tablets, wearables), servidor, "nuvem" ou microcontrolador, incluindo qualquer sistema semelhante ou qualquer configuração dos acima mencionados e incluindo qualquer entrada, saída, dispositivo de armazenamento de dados, equipamento de rede ou instalação de backup, pertencente ou operado pelo Segurado ou por qualquer outra parte;

5.1.20.1.4.5. *"Dados"* significa:

5.1.20.1.4.6. Informações, factos, conceitos, códigos ou qualquer outra informação de qualquer tipo que seja registada ou transmitida de forma a poder ser utilizada, acedida, tratada, transmitida ou armazenada por um Sistema Informático;

5.1.21. Exclusão de doenças contagiosas LMA 5394.

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

5.1.21.1. A apólice exclui todos e quaisquer danos, perdas, responsabilidades, custos ou despesas de qualquer natureza, causados direta ou indiretamente por, surgindo de, resultando de, ou relacionados de alguma forma com uma Doença Contagiosa ou com o receio ou ameaça (quer seja real ou percecionado) de uma Doença Contagiosa, independentemente de qualquer outra causa ou evento que contribua concorrentemente ou por qualquer outra ordem para o mesmo;

5.1.21.2. Entende-se por *"Doença Contagiosa"* qualquer doença que pode ser transmitida por meio de qualquer substância ou agente de um qualquer organismo para outro organismo e em que:

5.1.21.2.1. A substância ou agente inclui, mas não se limita a, vírus, bactérias, parasitas ou qualquer outro organismo ou sua variante, vivo ou não vivo;

5.1.21.2.2. O método de transmissão, direto ou indireto, inclui, mas não se limita a transmissão aérea, transmissão através de fluidos corporais, transmissão a partir de ou para qualquer superfície ou objeto, sólido, líquido ou gasoso ou entre organismos;

5.1.21.2.3. A doença, substância, ou agente pode causar ou ameaçar causar danos à saúde humana ou ao bem-estar humano ou pode causar ou ameaçar causar danos, deterioração, perda de valor, perda de capacidade de comercialização ou perda de uso dos bens seguros.

6. Franquias

6.1. Em caso de sinistro serão aplicadas as seguintes franquias:

6.1.1. Na cobertura de Fenómenos Sísmicos – Franquia de 5% do capital seguro por local de risco.

6.1.2. Na cobertura de Danos em Bens de Empregados – Franquia fixa de 50,00€;

6.1.3. Nas restantes coberturas – Franquia de 10% do valor indemnizável com um mínimo de 250,00€ e um máximo de 2.500,00€.

7. Capital Total a Segurar

7.1. O montante a segurar é de 9.145.143,07€ (nove milhões, cento e quarenta e cinco mil, cento e quarenta e três euros e sete cêntimos), conforme discriminativa e valorativa no Anexo B (Património Municipal).

8. Início do seguro

8.1. O seguro deverá ter início em 01 de janeiro de 2023.

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

9. Forma de pagamento

9.1. O pagamento do prémio terá um fracionamento Semestral.

10. Propostas e demais condições a apresentar pelos concorrentes

10.1. A proposta a apresentar pelos concorrentes deverá traduzir-se em taxas comerciais, taxas totais, prémios comerciais e prémios totais com encargos. Deverão também ser apresentadas as condições gerais da apólice.

Cláusula 36.ª
Seguro de Responsabilidade Civil da Autarquia

1. Objeto e âmbito do seguro

1.1. Pretende-se uma apólice única de Responsabilidade Civil da Autarquia que garanta as consequências pecuniárias resultantes de danos corporais e materiais da responsabilidade do tomador do seguro, em todo o território de Portugal.

2. Atividades do segurado

2.1. São consideradas atividades do segurado, ao abrigo da presente apólice, todas as atividades decorrentes das atribuições legais da Entidade Adjudicante e do exercício das competências do Presidente da Câmara e dos órgãos autárquicos municipais, de acordo com a legislação em vigor, excluindo-se as atividades nas entidades participadas pelo Município previstas no *Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais (RJAEL)* aprovado pela *Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto*, alterada pela *Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto*, *Lei nº 69/2015, de 16 de julho, 7-A/2016, de 30 de março*, *Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro*, e *Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro*.

3. Pessoas seguras

3.1. A Entidade Adjudicante, seus representantes legais e todas as pessoas que a possam obrigar, quando no exercício das suas funções.

3.2. Os agentes colocados sob autoridade da Entidade Adjudicante no exercício das funções para que foram requisitados.

3.3. Os civis requisitados para prevenir ou fazer cessar qualquer acidente, incêndio, flagelo ou calamidade.

3.4. Todo e qualquer voluntário que preste auxílio à Entidade Adjudicante.

4. Capitais e coberturas

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

4.1. Os limites de indemnização desta apólice são 500.000,00€ (quinhentos mil euros) por sinistro e anuidade.

4.2. A título enunciativo, mas não limitativo, o presente seguro deverá garantir o pagamento das indemnizações a terceiros, resultantes nomeadamente das seguintes responsabilidades:

4.2.1. Responsabilidade derivada da realização de trabalhos, serviços e prestação de serviços que resultem das atribuições e competências legais do segurado;

4.2.2. Responsabilidade derivada dos atos, erros ou omissões do segurado;

4.2.3. Responsabilidade derivada dos agentes que trabalhem por conta e sob direção do segurado, no exercício das suas funções e por causa desse exercício;

4.2.4. Responsabilidade derivada de atos ou omissões de agentes requisitados civilmente pelo Município, ao abrigo da legislação em vigor, para prevenir ou pôr cobro a acidentes e calamidades;

4.2.5. Responsabilidade derivada da qualidade de entidade empregadora, ficando garantidas as indemnizações pecuniárias devidas, a título de responsabilidade civil extracontratual, pelo segurado aos seus trabalhadores ou respetivos herdeiros, exclusivamente por danos não patrimoniais decorrentes de lesões corporais sofridas em consequência de acidente que, nos termos da lei, seja qualificado como de trabalho, excluindo-se os danos indemnizáveis ao abrigo do seguro de acidentes de trabalho, mesmo em caso de insuficiência da respetiva apólice. Esta garantia tem um sub-limite máximo de indemnização de 100.000,00€ por sinistro e anuidade;

4.2.6. Responsabilidade do exercício das atividades desenvolvidas pelas Freguesias no âmbito das competências delegadas pelo Município;

4.2.7. Responsabilidade derivada de incêndio e/ou explosão;

4.2.8. Responsabilidade derivada da exploração e manutenção de instalações e serviços camarários, nomeadamente: Bibliotecas Municipais, feiras, exposições, mercados, cantinas, colónias de férias, escolas, jardins-de-infância, pavilhões desportivos, polidesportivos e piscinas, lares de 3ª idade, parques de lazer e parques infantis, serviços de recolha manual ou mecânica de resíduos ou detritos sólidos, serviços de limpeza e higiene urbana, conservação e manutenção de instalações, parques e jardins, cemitérios, canis e gatis, parques de estacionamento, garagens, oficinas, estaleiros, postos abastecedores de combustíveis, sistema de distribuição e fornecimento de águas e gestão de águas residuais, sistema de sinalização de trânsito, atividades de promoção turística,

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

gestão de refeitórios escolares e rede de transportes escolares (considerando-se como terceiros os utentes de quaisquer destas instalações, quer sejam ou não funcionários do tomador).

4.2.9. Responsabilidade derivada de danos corporais e/ou materiais causados a terceiros por crianças das escolas públicas quando em atividades organizadas e da responsabilidade da autarquia;

4.2.10. Responsabilidade derivada da sua qualidade de proprietário, locatário, usufrutuário e inquilino decorrentes do uso e ou utilização de imóveis e equipamentos quer sejam destinados ao uso de utilização pública ou privada;

4.2.11. Responsabilidade derivada da propriedade, manutenção e conservação de parques naturais, zonas verdes, espaços ajardinados e zonas arborizadas;

4.2.12. Responsabilidade derivada da execução de trabalhos de construção, ampliação, renovação, conservação, manutenção ou reparação;

4.2.13. Responsabilidade resultante de acidentes causados por falta de sinalização, sinalização deficiente ou por sinalização retirada por terceiros ou por ação de elementos naturais;

4.2.14. Responsabilidade derivada da laboração de máquinas, gruas, empilhadores e utilização de outro equipamento auxiliar, tais como andaimes e outras estruturas amovíveis, que sejam utilizadas no seu interesse e/ou sob a sua direção efetiva;

4.2.15. Responsabilidade derivada da eletrocussão e queda total ou parcial de anúncios luminosos ou outros painéis publicitários, antenas, postes de iluminação pública, pacómetros, semáforos e outros sistemas de sinalização, que sejam propriedade do segurado ou por ele sejam explorados;

4.2.16. Responsabilidade pela propriedade ou pela guarda de animais;

4.2.17. Responsabilidade derivada da utilização de ascensores, monta-cargas, plataformas, escadas rolantes e outros equipamentos de elevação;

4.2.18. Responsabilidade derivada da organização de festas, conferências e reuniões e todas as atividades sociais, culturais, musicais, recreativas ou desportivas organizadas pelo Município;

4.2.19. Responsabilidade decorrente do armazenamento, utilização, transporte e lançamento de fogo-de-artifício e foguetes, com um sub-limite de 100.000,00€ por sinistro e por anuidade;

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

4.2.20. Responsabilidade civil legal imputável ao Município pelas lesões materiais e/ou corporais, causadas a terceiros, resultantes do mau estado das vias municipais, mesmo que esse mau estado possa derivar de negligencia do segurado na sua manutenção e/ou reparação;

4.2.21. Responsabilidade civil legal imputável ao Município pelas lesões materiais e corporais decorrentes de reclamações de sumidouros e tampas de saneamento levantadas, partidas e/ou inexistentes;

4.2.22. Responsabilidade resultante do entupimento da rede pública de água e águas residuais, incluindo ramais de ligação, provocados por entupimentos, sobrecargas e roturas de coletores da rede pública de água e águas residuais;

4.2.23. Responsabilidade resultante dos trabalhos de reparação, conservação e manutenção de todo o sistema de distribuição de água e drenagens de águas residuais;

4.2.24. Responsabilidade civil legal resultante de danos corporais ou materiais provocados por viaturas do segurado ou por equipamentos montados em viaturas do segurado, excluídos pela apólice de responsabilidade civil obrigatória do ramo automóvel;

4.2.25. Responsabilidade derivada de operações de carga, descarga e transporte de matérias, produtos ou equipamentos inerentes atividade do segurado;

4.2.26. Responsabilidade por danos causados a serviços enterrados e aéreos;

4.2.27. Responsabilidade decorrentes de danos causados a bens de terceiros que estejam confiados, alugados ou arrendados ao segurado para guarda, utilização, trabalho ou outro fim;

4.2.28. Responsabilidade civil legal subsidiaria e/ou solidária decorrente de danos causados por empresas contratadas e subcontratadas para a execução de obras e serviços, ficando salvaguardado o direito de regresso do segurador contra as entidades diretamente responsáveis pelos danos;

4.2.29. Responsabilidade civil legal imputável ao Município por danos corporais ou materiais causadas a terceiros em consequência da queda ou derrube de árvores;

4.2.30. Em resultado da responsabilidade civil extracontratual legalmente imputável ao Município, que seja decorrente de alteração do meio ambiente e ou deterioração de instalações ou bens de terceiros, causados por poluição ou contaminação provocados enquanto no exercício da atividade do Município, incluindo o custo de remoção,

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

neutralização, anulação ou limpeza das substâncias de poluição ou contaminação, única e exclusivamente quando a causa seja acidental, súbita e imprevisível;

4.2.31. Responsabilidade decorrente de obras, trabalhos, prestação de serviços, produtos, e suas embalagens, produzidos, armazenados e/ou fornecidos pelo segurado se as reclamações forem motivadas por erro, omissão ou vicio oculto que se revelem somente após a receção expressa ou tácita dos referidos bens ou serviços;

4.2.32. Responsabilidade por intoxicação alimentar provocada por alimentos confecionados e/ou fornecidos pelo Município, com um sub-limite de 100.000,00€ por sinistro e por anuidade;

4.2.33. Responsabilidade por perdas indiretas, lucros cessantes, paralisações e danos emergentes, desde que tais danos resultem de responsabilidades cobertas por esta apólice de seguro. Esta garantia tem um sublimite de indemnização máximo de 50.000,00€ por anuidade e sinistro;

4.2.34. Responsabilidade decorrente da posse, administração e exploração de parques infantis, nos termos do *Decreto-Lei n.º 203/2015, de 17 de setembro*, que regula as condições de segurança a observar na localização, implantação, conceção e organização funcional dos espaços de jogo e recreio, respetivo equipamento e superfícies de impacte. Esta garantia tem o sublimite de indemnização legalmente exigido;

4.2.35. Responsabilidade decorrentes da posse, administração e exploração de recintos e equipamentos desportivos nos termos do *Decreto-Lei n.º 100/2003, de 23 de maio*, alterado pelo *Decreto-Lei nº 82/2004 de 14 de abril*, que aprova o regulamento das condições técnicas e de segurança a observar na conceção, instalação e manutenção das balizas de futebol, andebol, hóquei e pólo aquático e dos equipamentos de basquetebol existentes nas instalações desportivas de uso público, e também a *Portaria n.º 1049/2004, de 19 de agosto*, que fixa as normas relativas às referidas instalações e de segurança, e ainda a *Portaria n.º 369/2004, de 12 de abril*, que estabelece o regime de intervenção das entidades acreditadas em ações ligadas ao processo de verificação das referidas condições técnicas e de segurança. Esta garantia tem o sublimite de indemnização legalmente exigido.

4.2.36. Responsabilidade decorrente da organização de montarias, batidas e largadas de caça nos termos do *Decreto-Lei nº 202/2004, de 18 de agosto*, na redação atual, que regulamenta a Lei de Bases da Caça e da *Portaria nº 180/2018, de 22 de junho* que

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

estabelece o capital mínimo e as condições mínimas do seguro obrigatório exigido pelo nº 2 do art.º 76 do *Decreto-Lei nº 202/2004, de 18 de agosto*. Esta garantia tem o sublimite de indemnização legalmente exigido.

5. Condições Especiais

5.1. Âmbito Temporal: A garantia concedida pelo presente contrato de seguro cobre as reclamações efetuadas durante o período de vigência da apólice, em consequência de eventos ocorridos durante esse mesmo período e ainda as reclamações efetuadas durante o período máximo de 2 (dois) anos, a contar do seu termo ou cancelamento, relativamente a eventos ocorridos durante o período em que a apólice esteve em vigor;

5.2. Custos de defesa: Por esta cláusula, o Segurador pagará:

5.2.1. Todos os custos, honorários e despesas com o seu consentimento prévio, na investigação, defesa ou liquidação de qualquer ocorrência que seja ou que possa ser parte do objeto de indemnização, por esta apólice.

5.2.2. Os custos de representação em qualquer inquérito, investigação ou outros procedimentos respeitantes a assuntos que tenham relevância direta, com qualquer ocorrência que seja ou possa ser parte do objeto da indemnização, por esta apólice.

5.2.3. O Segurador responderá por estes custos até ao limite máximo de 100.000,00 euros por sinistro e anuidade.

6. Exclusões

6.1. Derrogando tudo o que em contrário estiver estipulado nas Condições Gerais entregues pelos concorrentes, constituem exclusões únicas do presente contrato de seguro os danos:

6.1.1. Decorrentes de atos ou omissões dolosas do Tomador do seguro, do Segurado ou de pessoas por quem estes sejam civilmente responsáveis;

6.1.2. Causados pelo Tomador do seguro, pelo Segurado ou pessoas seguras em estado de embriagues ou sob influência de estupefacientes, drogas ou outros produtos tóxicos, desde que esse estado ou influência estejam devidamente comprovados, por decisão judicial transitada em julgado;

6.1.3. Decorrentes de acidentes de viação provocados por veículos que, nos termos da legislação em vigor, sejam obrigados a seguro;

6.1.4. Que devam ser garantidos ao abrigo de seguros obrigatórios, sem prejuízo das garantias explicitamente mencionadas no ponto 4 desta clausula;

6.1.5. Decorrentes de acidentes provocados por aeronaves;

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

6.1.6. Decorrentes de acidentes provocados por embarcações marítimas, lacustres ou fluviais;

6.1.7. Decorrentes, direta ou indiretamente, de explosão, libertação de calor ou radiação provenientes de desintegração ou fusão de átomos, aceleração artificial de partículas ou radioatividade;

6.1.8. Resultantes da remoção, utilização ou exposição ao amianto e seus derivados, quer tenha ou não existido outra causa que tenha contribuído concorrentemente para a produção do dano;

6.1.9. Causados aos empregados, assalariados ou mandatários do Tomador do Seguro, quando ao serviço deste e desde que tais danos resultem de acidente enquadrável na legislação de Acidentes de Trabalho, sem prejuízo do previsto na cobertura de Responsabilidade Civil Patronal do Segurado;

6.1.10. As reclamações decorrentes de responsabilidade assumidas por acordo ou contrato particular, na medida em que a mesma exceda a responsabilidade a que o segurado estaria obrigado na ausência de tal acordo ou contrato;

6.1.11. Causados a qualquer pessoa cuja responsabilidade esteja garantida por este contrato, bem como ao cônjuge, ascendentes ou descendentes ou pessoas que com eles coabitem ou vivam a seu cargo;

6.1.12. Atrasos ou incumprimento na efetivação dos trabalhos ou serviços;

6.1.13. Ação de campos eletromagnéticos;

6.1.14. Danos originados por motivos de força maior, nomeadamente, os associados a tremores de terra, furacões, trombas de água, ciclones, inundações e quaisquer outros fenómenos naturais de natureza catastrófica;

6.1.15. Os danos resultantes de asbestos, fibras de asbestos ou produtos que contenham asbestos ou sílica;

6.1.16. Os danos decorrentes de atos de guerra, guerra civil, invasão, lei marcial, revolução, rebelião, insurreição, poder militar usurpado ou tentativa de usurpação do poder, motins, comoção civil, terrorismo, confiscação, requisição e destruição causadas por ordem do governo ou quaisquer outras entidades públicas, vandalismo, sabotagem, assaltos, greves, tumultos e lock-out.

6.1.17. Os danos decorrentes de reclamações resultantes ou baseadas direta ou indiretamente na aplicação de quaisquer taxas, multas ou coimas, impostas por autoridades

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

competentes, bem como de outras penalidades de natureza sancionatória ou fiscal e por indemnizações fixadas a título de danos punitivos, danos de vingança e exemplares;

6.1.18. Derivados da interrupção ou suspensão, total ou parcial, da atividade exercida pelo segurado;

6.1.19. Os danos causados à biodiversidade, entendida esta como habitats e espécies naturais nos termos constantes do Anexo I da *Diretiva nº 79/409/CEE* ou dos Anexos I, II e IV da *Diretiva nº 92/43/CEE* ou habitats e espécies não abrangidas por aquelas Diretivas, mas em relação às quais tiverem sido designadas áreas de proteção ou conservação nos termos do direito nacional relativo à conservação da natureza, bem como quaisquer despesas efetuadas para prevenir estes danos;

6.1.20. Sempre que a cobertura fornecida por esta apólice implique a violação de quaisquer embargos ou sanções financeiras ou económicas emitidas pela União Europeia, pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, pelo OFAC (Office of Foreign Assets Control) ou pelo HM Treasury, desde que aplicáveis na ordem jurídica portuguesa, a cobertura será considerada nula, não produzindo quaisquer efeitos;

6.1.21. Em complemento do disposto no ponto anterior, de acordo com as normas nacionais e internacionais e com as boas práticas de negócio, o Adjudicatário reserva-se o direito de se abster de executar qualquer operação sobre a apólice, que esteja ou que se suspeite estar relacionada com a prática dos crimes de branqueamento de capitais e/ou financiamento ao terrorismo

7. Franquias

7.1. Em caso de sinistro será aplicada uma franquia de 10% do valor indemnizável no mínimo de 250,00€ (duzentos e cinquenta euros) e no máximo de 10.000,00€ (dez mil euros).

7.2. A franquia contratual não é oponível a terceiros lesados pelo que, após satisfação da indemnização aos terceiros lesados, a seguradora emitirá um recibo de reembolso de franquia ao Município, o qual providenciará o seu pagamento no prazo de 30 dias.

7.3. Caso sejam efetuadas participações de danos a terceiros, que se materializem em danos inferiores à franquia, a seguradora aceitará, a pedido do Município, a condução do processo, sendo que, neste caso, se houver lugar a pagamento de alguma indemnização a terceiros lesados, mesmo que de valor inferior à franquia, a seguradora procederá de acordo com o indicado no número anterior.

8. Início do seguro

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

ALIJÓ

8.1. O seguro deverá iniciar em 01 de janeiro de 2023.

9. Forma de Pagamento

9.1. O pagamento do prémio será Semestral.

10. Proposta e demais condições a apresentar pelos concorrentes

10.1. A proposta a apresentar pelos concorrentes deverá traduzir-se em taxas comerciais, taxas totais, prémios comerciais e prémios totais com encargos. Deverão também ser apresentadas as condições gerais da apólice.

10.2. É permitido ao concorrente apresentar em apólice(s) separada(s), algumas das responsabilidades exigidas nesta clausula técnica, desde que tal não sirva para diminuir o âmbito das garantias e sejam salvaguardadas as responsabilidades legalmente exigidas à Entidade Adjudicante.

10.2.1. Caso opte por garantir riscos através de apólices autónomas, o concorrente deverá acrescentar linhas no mapa Excel em Anexo C (Mapa de Quantidades) com indicação do risco garantido e com indicação as taxas comerciais, taxas totais, prémios comerciais e prémios totais com encargos, devendo também apresentar as Condições Gerais da apólice.

11. Informação complementar

11.1. Volume anual estimado de salários: 4.284.887,34€;

11.2. Número de Funcionários ao serviço do Município: 261 funcionários;

11.3. Orçamento municipal em 2022: 17.260.803,27€

11.4. Orçamento municipal estimado para o ano de 2023: 12.827.638,57€;

11.5. População do Concelho: 10.492 habitantes (Censos de 2021);

11.6. Área do Concelho (valores aproximados): 300 Km2;

11.7. O Município tem sob sua responsabilidade os seguintes equipamentos desportivos, recreativos e culturais:

11.7.1. Piscinas Municipais Interiores;

11.7.2. Piscinas Municipais Exteriores;

11.7.3. Estádio Municipal Eng. Delfim Magalhães;

11.7.4. Pavilhão Gimnodesportivo Municipal;

11.7.5. Polidesportivo de Alijó;

11.7.6. Polidesportivo da Granja;

11.7.7. Polidesportivo de Carlão;

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

ALIJÓ

11.7.8. Polidesportivo de Franzilhal;

11.7.9. Polidesportivo de Casal de Loivos;

11.7.10. Polidesportivo de Favaios;

11.7.11. Polidesportivo de Pegarinhos;

11.7.12. Polidesportivo de Pinhão;

11.7.13. Polidesportivo de Castedo;

11.7.14. Polidesportivo de Sanfins do Douro;

11.7.15. Polidesportivo de Santa Eugénia;

11.7.16. Polidesportivo de São Mamede de Ribatua;

11.7.17. Polidesportivo de Vale de Mendiz;

11.7.18. Polidesportivo de Chã;

11.7.19. Polidesportivo de Vila Verde;

11.7.20. Polidesportivo de Vilar de Maçada;

11.7.21. Polidesportivo de Vilarinho de Cotas;

11.7.22. Parque infantil do Jardim (Piscinas)

11.7.23. Parque infantil do Alijó (Centro Escolar);

11.7.24. Parque infantil de Favaios;

11.7.25. Parque infantil de S. Mamede de Ribatua (JI);

11.7.26. Parque infantil de Vila Chã;

11.7.27. Parque infantil Vilar de Maçada (EB 1);

11.7.28. Parque infantil Vilar de Maçada (JI);

11.7.29. Parque infantil Cabêda (EB 1);

11.7.30. Parque infantil de Sanfins do Douro;

11.7.31. Parque infantil de Cheires;

11.7.32. Parque infantil de Santa Eugénia;

11.7.33. Parque infantil de Pegarinhos;

11.7.34. Parque infantil de Carlão;

11.7.35. Parque infantil de Ribalonga;

11.7.36. Parque infantil de Pópulo;

11.7.37. Parque infantil de Castedo;

11.7.38. Parque infantil de Vilarinho de Cotas;

11.7.39. Parque infantil de Casal de Loivos;

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

ALIJO

11.7.40. Parque infantil de Vale de Mendiz;

11.7.41. Parque infantil de Pinhão (JI);

11.7.42. Biblioteca Municipal;

11.7.43. Auditório;

11.7.44. Espaço Multiusos (Casa dos Noura);

11.7.45. Museu Pão e Vinho Favaios;

11.8. O Município ainda não tem sob sua responsabilidade canis nem gatis, mas prevê a sua abertura durante o próximo ano.

11.9. O Município prevê que em cada montaria, batida e largada de caça maior estejam envolvidos 160 participantes.

Cláusula 37.ª
Seguro de Responsabilidade Civil – Aplicação Terrestre de Produtos Fitofarmacêuticos

1. Objeto e âmbito do seguro

1.1. A cobertura concedida por esta apólice visa garantir a responsabilidade civil extracontratual, imputável ao Segurado no exercício da atividade de aplicação terrestre de produtos fitofarmacêuticos.

2. Definições

2.1. Para efeitos do presente contrato entende-se por:

2.1.1. PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS - substâncias ativas e as preparações contendo uma ou mais substâncias ativas que sejam apresentadas sob a forma em que são fornecidas ao utilizador e se destinem a:

2.1.1.1. Proteger os vegetais ou os produtos vegetais de todos os organismos prejudiciais ou a impedir a sua ação, desde que essas substâncias ou preparações não estejam definidas de outro modo nos termos do *Decreto-Lei n.º 145/2015, de 31 de julho*, que regula a colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado.

2.1.1.2. Exercer uma ação sobre os processos vitais dos vegetais, com exceção de substâncias nutritivas (como, por exemplo, os reguladores de crescimento);

2022,INT.I,GO,1063528-11-2022

ALIJO

2.1.1.3. Assegurar a conservação dos produtos vegetais, desde que tais substâncias ou preparações não sejam objeto de disposições comunitárias especiais relativas a conservantes;

2.1.1.4. Destruir os vegetais indesejáveis;

2.1.1.5. Destruir partes de vegetais e reduzir ou impedir o crescimento indesejável dos vegetais;

2.1.1.6. Serem utilizadas como adjuvante;

3. Âmbito do contrato

3.1. O presente contrato cobre a responsabilidade civil extracontratual por danos causados a terceiros por aplicação terrestre de produtos fitofarmacêuticos, incluindo nomeadamente:

3.1.1. Por incêndio e ou explosão com origem nas instalações do segurado, assim como os ocasionados fora delas quando no desempenho de trabalhos ou da prestação dos serviços no âmbito da atividade desenvolvida;

3.1.2. Resultantes de acidente ocorrido em depósitos para matérias inflamáveis, explosivos, corrosivos ou tóxicos existentes em instalações do segurado;

3.1.3. Por utilização de instalações mecânicas, assim como por veículos agro-industriais utilizados exclusivamente no decurso do exercício da sua atividade;

3.1.4. No decurso de operações de carga, descarga, manipulação e armazenamento de mercadorias ou bens, com exclusão dos danos sofridos pelas mercadorias ou bens, manuseados ou armazenados;

3.1.5. Por poluição ou contaminação da água ou solo, incluindo o custo de remoção, anulação, ou limpeza das substâncias de poluição ou contaminação, desde que provado:

3.1.5.1. Que esta tenha sido resultado direto de um evento súbito e imprevisto, específico e identificado, ocorrido durante a vigência do contrato de seguro e com origem nas instalações do segurado e ou na prestação de serviços no âmbito da atividade desenvolvida;

3.1.5.2. Que tal poluição ou contaminação tenha sido detetada dentro de 30 dias a contar do momento em que teve início, considerando que este ocorre aquando da primeira libertação ou série de libertações resultantes de uma mesma causa.

4. Cobertura complementar

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

4.1. Conjuntamente com a cobertura a que se refere a cláusula 3ª, deverá ser alargado o âmbito desta apólice, de modo a serem garantidas as despesas com a defesa e reclamação dos direitos do segurado.

5. Capital seguro

5.1. Os capitais garantidos por esta apólice, são os correspondentes às obrigatoriedades a que se referem as alíneas a) e b) do n.º 7 da *Portaria n.º 1364/2007, de 17 de outubro*, que regulamenta o seguro obrigatório de responsabilidade civil para as empresas de aplicação terrestre de produtos fitofarmacêuticos.

6. Âmbito temporal da cobertura

6.1. O presente contrato apenas produzirá efeitos, após a autorização para o exercício da atividade de aplicação de produtos fitofarmacêuticos pelas entidades competentes.

6.2. O presente contrato garante os danos, em consequência de eventos ocorridos e reclamados durante o período de vigência da apólice e ainda as reclamações efetuadas durante o período máximo de 2 anos, a contar do seu termo ou cancelamento, relativamente a eventos ocorridos durante o período em que a apólice esteve em vigor

7. Exclusões

7.1. Sem prejuízo das exclusões contidas nas Condições Gerais e não derrogadas, esta apólice não garante, em caso algum, os danos:

7.1.1. Causados por emissões ou atividades, ainda que acidentais, que na altura da sua libertação ou efetivação não tiverem sido consideradas nocivas em conformidade com o estado do conhecimento científico e técnico assim como quaisquer danos genéticos causados a pessoas ou animais;

7.1.2. Causados à biodiversidade, entendida esta como habitats e espécies naturais nos termos constantes do *anexo I da Diretiva n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de abril*, ou dos *anexos I, II e IV da Diretiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio*, ou habitats e espécies não abrangidos por aquelas diretivas, mas em relação aos quais tiverem sido designadas áreas de proteção ou conservação nos termos do direito nacional relativo à conservação da natureza;

7.1.3. Causados aos empregados, assalariados ou mandatários do segurado, quando ao serviço deste, desde que tais danos resultem de acidente enquadrável na legislação de acidentes de trabalho, assim como os danos devidos a responsabilidade por acidentes ocorridos

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

ALIJO

com veículos que, nos termos da lei, devem ser objeto de seguro obrigatório de responsabilidade civil;

7.1.4. Causados aos sócios, gerentes, legais representantes ou agentes da pessoa coletiva cuja responsabilidade se garanta e a quaisquer pessoas cuja responsabilidade esteja garantida por este contrato, bem como ao cônjuge, pessoa que viva em união de facto com o segurado, ascendentes e descendentes ou pessoas que com eles coabitem ou vivam a seu cargo;

7.1.5. Decorrentes de custas e quaisquer outras despesas provenientes de procedimento criminal, fianças, coimas, multas, taxas, garantias financeiras de qualquer natureza, bem como por pedido de indemnização de terceiros baseadas em indemnizações fixadas nos contratos que o segurado celebre com terceiros;

7.1.6. Causados por atuação dolosa do segurado ou de pessoa por quem ele seja civilmente responsável;

7.1.7. De prejuízos indiretos, nomeadamente por paralisações ou lucros cessantes;

7.1.8. Ocorridos em consequência de guerra, greve, lockout, tumultos, comoções civis, assaltos, sabotagem, terrorismo (como tal tipificados na legislação penal portuguesa vigente), atos de vandalismo, insurreições civis ou militares ou decisões de autoridades ou de forças usurpando a autoridade, assaltos e sequestros;

7.1.9. Por indemnizações fixadas a título de danos punitivos, danos de vingança, danos exemplares e outros de características semelhantes;

7.1.10. Originados por motivo de força maior, nomeadamente os associados a tremores de terra, furacões, trombas de água, ciclones, inundações e quaisquer outros fenómenos naturais de natureza catastrófica;

7.1.11. Causados por acidentes provocados por aeronaves, embarcações marítimas, lacustres ou fluviais;

7.1.12. Devidos a atrasos ou incumprimento na efetivação dos trabalhos;

7.1.13. Devidos a inexistência de plano de emergência exigido legalmente para as atividades abrangidas pelo regime específico de prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas;

7.1.14. Sofridos pelo objeto direto da prestação de serviços no âmbito da atividade desenvolvida, nomeadamente nas culturas e solos, exceto se os danos decorrerem de

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

ALIJÓ

poluição ou contaminação, da alínea e) do n.º 2.º da *Portaria n.º 1364/2007, de 17 de outubro*;

7.1.15. Causados por organismos geneticamente modificados, mesmo quando incorporados noutros produtos;

7.1.16. Resultantes da remoção, utilização ou exposição ao amianto e seus derivados, quer tenha ou não existido outra causa que tenha contribuído concorrentemente para a produção do dano;

7.1.17. Causados pelos produtos fitofarmacêuticos, pelos quais o respetivo produtor deva responder ao abrigo do regime jurídico da responsabilidade civil do produtor, ainda que à data do seu lançamento no mercado, o defeito causador do dano não fosse do conhecimento, quer do produtor, quer do próprio segurado;

7.1.18. Decorrentes de efeito direto da radiação, bem como os provenientes de desintegração ou fusão de átomos, aceleração artificial de partículas e radioatividade.

8. Cancelamento

8.1. Em caso de cessação da atividade objeto do seguro ou perda de licenciamento para o exercício da mesma, o Segurador deverá ser informado, considerando-se como automaticamente caducado o presente contrato de seguro.

9. Direito de regresso

9.1. Satisfeita a indemnização, o Segurador tem direito de regresso contra o civilmente responsável pelos danos decorrentes de:

9.1.1. Atos ou omissões do segurado ou de pessoas por quem este seja civilmente responsável, quando praticados em estado de demência ou sob a influência do álcool e ou estiver sob a influência de estupefacientes ou outras drogas ou produtos tóxicos fora da prescrição médica;

9.1.2. Exercício, por pessoal não qualificado, de atividades profissionais para as quais seja necessária a respetiva autorização;

9.1.3. Falta de manutenção das instalações ou equipamentos do segurado;

9.1.4. Inobservância de deveres decorrentes do regime jurídico que estabelece as normas disciplinadoras do exercício da atividade.

10. Âmbito territorial

10.1. O âmbito territorial do contrato de seguro corresponde ao território português.

11. Limites de Indemnização

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

11.1. Os limites de indemnização desta apólice são os correspondentes às obrigatoriedades a que se referem as alíneas a) e b) do n.º 7 da *Portaria n.º 1364/2007, de 17 de outubro*, que regulamenta o seguro obrigatório de responsabilidade civil para as empresas de aplicação terrestre de produtos fitofarmacêuticos.

12. Franquias

12.1. A franquia por sinistro é de 250,00€ (duzentos e cinquenta euros).

12.2. A franquia contratual não é oponível a terceiros lesados pelo que, após satisfação da indemnização aos terceiros lesados, a seguradora emitirá um recibo de reembolso de franquia ao Município, o qual providenciará o seu pagamento no prazo de 30 dias.

12.3. Caso sejam efetuadas participações de danos a terceiros, que se materializem em danos inferiores à franquia, a seguradora aceitará, a pedido do Município, a condução do processo, sendo que, neste caso, se houver lugar a pagamento de alguma indemnização a terceiros lesados, mesmo que de valor inferior à franquia, a seguradora procederá de acordo com o indicado no número anterior.

13. Início do seguro

13.1. O seguro deverá ter o seu início em 01 de janeiro de 2023.

14. Forma de Pagamento

14.1. O pagamento do prémio será anual.

15. Proposta e demais condições a apresentar pelos concorrentes

15.1. A proposta a apresentar pelos concorrentes deverá traduzir-se em taxas comerciais, taxas totais e prémios totais com encargos. Deverão também ser apresentadas as condições gerais da apólice.

16. Informação complementar

16.1. A Entidade Adjudicante tem 5 (cinco) pessoas habilitadas para a aplicação terrestre de produtos fitofarmacêuticos.

16.2. Tratando-se de um seguro de carater obrigatório, definido e regulamentado por lei, não será motivo de exclusão de qualquer concorrente a apresentação de outro clausulado que, embora apresentando diferenças de redação, garanta a transferência de todas as responsabilidades legalmente exigidas para a atividade de aplicação terrestre de produtos fitofarmacêuticos.

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

ALIJO

Cláusula 38.ª
Seguro de Responsabilidade Ambiental

1. Objeto e âmbito do seguro
   1.1. Pretende-se um seguro que garanta a Responsabilidade pela prevenção e reparação de danos ambientais ou de ameaças iminentes dos mesmos previstos no Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de julho, que sejam imputáveis à Entidade Adjudicante no âmbito do exercício da sua atividade em consequência da ocorrência de uma condição poluente, ou de ameaça iminente da mesma.
   1.2. Ficam assim garantidos os custos das medidas de prevenção e de reparação primária, complementar e compensatória de danos ou ameaças ambientais.
   1.3. Pretende-se ainda garantir a responsabilidade civil extracontratual que, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 147/2008 de 29 de julho, seja imputável ao Segurado exclusivamente no exercício da sua atividade, desde que devidamente habilitado para o exercício da mesma.
   1.4. Para efeitos do disposto no número anterior, ficam garantidos os danos patrimoniais e/ou não patrimoniais exclusivamente decorrentes de lesões corporais e/ou materiais causados a terceiros pelo exercício da atividade do Segurado, que resultem da verificação ou ameaça iminente de uma condição poluente.
   1.5. As garantias dadas da apólice apenas funcionam se se verificarem cumulativamente as seguintes circunstâncias:
      1.5.1. Que a condição poluente ou a ameaça iminente tenha sido identificada e se demonstre que ocorreu durante o período de vigência da apólice;
      1.5.2. Que a primeira manifestação ou constatação de ameaça iminente desses danos se tenha verificado no período de vigência da apólice ou nos três anos seguintes após o fim da vigência da apólice;
      1.5.3. Que a reclamação tenha sido formulada contra o Segurado ou Segurador no período de vigência da apólice ou nos três anos seguintes após o fim de vigência da apólice.
   1.6. Garantem-se também os gastos judiciais, honorários de advogados e solicitadores em que o Segurado possa incorrer em virtude de uma qualquer reclamação recebida e diretamente relacionada com as garantias do presente Contrato, incluindo reclamações apresentadas pelas autoridades administrativas competentes.
   1.7. Consideram-se ainda incluídos todos os gastos razoáveis e necessários em que o Segurado tenha incorrido, com consentimento do Segurador, com vista a restaurar os bens móveis ou

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

imóveis danificados, durante as operações de limpeza com o fim de repor o estado inicial. O valor indemnizável destes gastos não poderá exceder o valor que os referidos bens tinham imediatamente antes de serem danificados, nem poderá incluir custos correspondentes a benfeitorias.

1.8. O Contrato deverá também garantir as responsabilidades e custos em consequência de condições poluentes ocorridas fora dos locais de risco seguro diretamente relacionados com os trabalhos e serviços do Segurado.

2. Atividades do segurado

2.1. São consideradas atividades do segurado, ao abrigo da presente apólice, todas as atividades decorrentes das atribuições legais do Município e do exercício das competências dos órgãos autárquicos municipais, do Presidente de Câmara no uso de competências próprias ou delegadas e dos Vereadores com competências delegadas ou subdelegadas, de acordo com a legislação em vigor, excluindo-se as atividades nas entidades participadas pelo Município previstas no *Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais (RJAEL)*, aprovado pela *Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto*, na redação atual.

3. Exclusões

3.1. Admite-se a exclusão dos seguintes danos:

3.1.1. Decorrentes de atos ou omissões dolosas do Segurado ou de pessoas por quem este seja civilmente responsável;

3.1.2. Decorrentes de acidentes de viação provocados por veículos que, nos termos da legislação em vigor, sejam obrigados a seguro, assim como os danos decorrentes de condições poluentes ocorridas em consequência desses acidentes;

3.1.3. Decorrentes de acidentes provocados por aeronaves;

3.1.4. Decorrentes de acidentes provocados por embarcações marítimas, lacustres ou fluviais;

3.1.5. Causados aos empregados, assalariados ou mandatários do Segurado, quando ao serviço deste, desde que tais danos resultem de acidente enquadrável na legislação sobre Acidentes de Trabalho;

3.1.6. Que devam ser garantidos ao abrigo de seguros obrigatórios;

3.1.7. Resultantes de lucros cessantes, paralisações de atividade e perdas indiretas de qualquer natureza, exceto se resultarem de perdas materiais ou lesões corporais;

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

3.1.8. Resultantes de reclamações baseadas em acordos ou contratos particulares celebrados entre o terceiro e o Segurado, na medida em que a responsabilidade que daí resulte exceda a que o Segurado estaria obrigado na ausência de tal acordo ou contrato;

3.1.9. Causados aos sócios, gerentes e legais representantes do Segurado, quando se garanta a responsabilidade civil de uma pessoa coletiva;

3.1.10. Causados ao cônjuge, ascendentes e descendentes ou pessoas que com eles coabitem ou vivam a seu cargo;

3.1.11. Causados em bens ou objetos de terceiros confiados ao Segurado para guarda, trabalho, utilização ou outro fim;

3.1.12. Ocorridos ou provocados pelo Segurado, quando este se encontre em estado de demência, embriaguez ou sob a influência de estupefacientes;

3.1.13. Decorrentes, direta ou indiretamente, de explosão, libertação de calor ou radiação, provenientes de desintegração ou fusão de átomos, aceleração artificial de partículas ou radioatividade;

3.1.14. Resultantes da remoção, utilização ou exposição ao amianto e seus derivados, quer tenha ou não existido outra causa que tenha contribuído concorrentemente para a produção do dano;

3.1.15. Decorrentes de guerra, guerra civil, atos de terrorismo ou sabotagem ou cometidos no âmbito de ações organizadas tais como insurreições, movimentos populares, greves, assim como os acidentes devidos a engenhos de guerra;

3.1.16. Decorrentes de condição não poluente;

3.1.17. Decorrentes de poluição difusa, entendendo-se como tal a que resulte de um conjunto de atividades ou condições poluentes sem que seja possível determinar uma origem específica;

3.1.18. Provocados por abandono ou ausência prolongada das instalações do Segurado sem que pelo mesmo sejam tomadas medidas adequadas para evitar a deterioração das condições de proteção e segurança, entendendo-se como tal, situações em que o Segurado deixe de ter ou de exercer o controlo operacional efetivo sobre o local;

3.1.19. Por Responsabilidade Civil na qualidade de entidade empregadora;

3.1.20. Causados a bens móveis e imóveis do Segurado;

3.1.21. No âmbito da Responsabilidade Civil Produtos e do Produtor;

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

3.1.22. Gastos normais de manutenção e reparação de equipamentos e instalações do Segurado;

3.1.23. Incumprimento voluntário de normas;

3.1.24. Por fenómenos da natureza de caráter extraordinário, tais como tempestades, inundações, tremores de terra, erupções vulcânicas ou furacões;

3.1.25. Reclamações relacionadas com danos ambientais ocorridos antes da vigência da apólice;

3.1.26. Que sejam consequência da manutenção, uso, operação, carga e descarga de quaisquer veículos motorizados terrestres, reboques ou semirreboques, incluindo equipamentos ou aparelhos a eles atrelados fora do perímetro do local seguro, salvo convenção em contrário devidamente acordada e indicada nas Condições Particulares;

3.1.27. Danos e prejuízos que não podiam ser previstos pelo Segurado devido ao facto de, no momento em que se produziu a emissão, o facto ou a atividade causadora dos danos, não eram considerados potencialmente prejudiciais de acordo com o estado dos conhecimentos científicos e técnicos então existentes;

3.1.28. Causados por Bifenilos Policlorados (PCBs) ou Trifenilos Policlorados (PCTs);

3.1.29. Reclamações e pretensões relativas a danos, ou ameaça de danos, ocasionados por organismos geneticamente modificados, microrganismos ou espécies invasivas;

3.1.30. Por reclamações ou pedidos apresentados por ou em nome de um Segurado contra qualquer outra pessoa ou entidade que seja também Segurado ao abrigo do presente Contrato;

3.1.31. Por reclamações ou perdas resultantes de danos materiais causados a mercadorias;

3.1.32. Por reclamações ou perdas resultantes de danos materiais a qualquer "veículo seguro" resultante de "condições poluentes" causadas pelo transporte de mercadorias;

3.1.33. Por reclamações ou perdas resultantes da existência, eliminação obrigatória ou diminuição natural de material radioativo, incluindo o "radão";

3.1.34. Perdas resultantes da prestação de serviços profissionais a terceiros, tanto por parte do Segurado como por parte de pessoas sobre as quais ele deva responder;

3.1.35. Reclamações e perdas por erros ou trocas na entrega de mercadorias;

3.1.36. Reclamações, perdas ou pretensões de qualquer tipo em consequência de danos causados a obras ou empreitadas nos quais o Segurado esteja ou tenha estado envolvido, ainda que resultantes de uma condição poluente;

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

3.1.37. Reclamações, perdas ou pretensões de qualquer tipo relacionadas com a responsabilidade diretamente imputável a empreiteiros ou subempreiteiros do Segurado, ou a quaisquer entidades que não tenham uma relação laboral com o Segurado.

3.2. Aceita-se também a exclusão da responsabilidade criminal do Segurado, pelo que o Segurador não pagará quaisquer despesas provenientes de procedimento criminal, nomeadamente, fianças, multas ou outros encargos de idêntica natureza. Assim como, aceita-se que não fique garantido ao abrigo deste Contrato qualquer tipo de sanção administrativa.

3.3. O Adjudicatário não será responsável pelo pagamento de qualquer indemnização de sinistro, ou obrigado a fornecer qualquer serviço ou benefício, na medida em que tal subscrição, pagamento de indemnização de sinistro ou prestação de qualquer benefício exponha o Segurador a qualquer sanção, proibição ou restrição ao abrigo das Resoluções das Nações Unidas, ou a quaisquer outras sanções económicas ou comerciais, leis ou regulamentos da União Europeia, dos Estados Unidos da América e/ou de Portugal.

3.3.1. Para efeitos do seguro obrigatório, a exclusão da responsabilidade acima referida apenas se aplica nos casos em que as sanções sejam aplicáveis ao ordenamento jurídico português.

3.4. Em cumprimento com as normas internacionais e nacionais, bem como com as boas práticas do negócio, ao Adjudicatário é reservado o direito de recusar a proposta de seguro ou de anular, unilateralmente, a apólice e/ou congelar os fundos / ativos, se o Tomador do Seguro/Segurado, ou quaisquer pessoas a estas associadas, constarem da lista internacional destinada a prevenção dos fenómenos de terrorismo.

4. Local de risco

4.1. O local de risco é o concelho de Alijó.

5. Âmbito temporal

5.1. O seguro abrange exclusivamente os sinistros ocorridos durante o seu período de vigência e cujas perdas e danos sejam reclamados ao Segurador no prazo máximo de 3 (três) anos após a sua cessação.

6. Capitais e coberturas

6.1. Os limites de indemnização a considerar em caso de sinistro e anuidade são de 250.000,00€ (duzentos e cinquenta mil euros).

6.1.1. Não é aplicado qualquer sublimite de capital nos Custos de Defesa e nos Danos à Biodiversidade.

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

7. Franquia

7.1. Fica a cargo da Entidade Adjudicante uma franquia de 10% do montante dos prejuízos no mínimo de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros) e no máximo de 10.000,00€ (dez mil euros).

7.2. A franquia contratual não é oponível a terceiros lesados pelo que, após satisfação da indemnização aos terceiros lesados, a seguradora emitirá um recibo de reembolso de franquia ao Município, o qual providenciará o seu pagamento no prazo de 30 dias.

7.3. Caso sejam efetuadas participações de danos a terceiros, que se materializem em danos inferiores à franquia, a seguradora aceitará, a pedido do Município, a condução do processo, sendo que, neste caso, se houver lugar a pagamento de alguma indemnização a terceiros lesados, mesmo que de valor inferior à franquia, a seguradora procederá de acordo com o indicado no número anterior

8. Início do seguro

8.1. O seguro deverá ter o seu início em 01 de janeiro de 2023.

9. Forma de pagamento

9.1. O pagamento do prémio será Anual.

10. Proposta e demais condições a apresentar pelo concorrente

10.1. A proposta a apresentar pelos concorrentes deverá traduzir-se em taxas comerciais, taxas totais e prémios totais com encargos. Deverão também ser apresentadas as condições gerais da apólice.

11. Informação Complementar

11.1. No concelho existem:

11.1.1. 9 (nove) ETAR's;

11.1.2. 23 (vinte e três) Estações Elevatórias de águas residuais.

11.1.3. Os resíduos não são geridos pela Município. São geridos pela empresa Resinorte – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA

11.2. No armazém municipal existe um reservatório de armazenamento de combustível, destinado a abastecimento de viaturas municipais com capacidade para 15.000 litros de gasóleo.

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022

ALIJO

Anexos do Caderno de Encargos

1.1. Fazem parte integrante do presente Caderno de Encargos os seguintes Anexos:

1.1.1. Anexo A – Frota Automóvel;

1.1.2. Anexo B – Património Municipal;

1.1.3. Anexo C – Mapa de Quantidades;

2022,INT,I,GO,1063528-11-2022